

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

Deize Ferreira Paiva Lopes

**LUTAS POR RECONHECIMENTO, RACISMO E SILENCIAMENTO:
um estudo de caso de conversações em ambientes digitais**

Belo Horizonte
2021

Deize Ferreira Paiva Lopes

**LUTAS POR RECONHECIMENTO, RACISMO E SILENCIAMENTO:
um estudo de caso de conversações em ambientes digitais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM/UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

Área de Concentração: Comunicação e Sociabilidade Contemporânea

Linha de pesquisa: Processos Comunicativos e Práticas Sociais

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Regiane Lucas de Oliveira Garcêz

Belo Horizonte

2021

301.16	Lopes, Deize Ferreira Paiva.
L8641	Lutas por reconhecimento, racismo e silenciamento:
2021	[manuscrito] : um estudo de caso de conversações em ambientes digitais / Deize Ferreira Paiva Lopes. - 2021. 177 f. Orientadora: Regiane Lucas de Oliveira Garcêz.
	Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia.
	1. Comunicação – Teses. 2. Racismo - Teses. I.Garcêz, Regiane Lucas de Oliveira . II.Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

FOLHA DE APROVAÇÃO

"LUTAS POR RECONHECIMENTO, RACISMO E SILENCIAMENTO: um estudo de caso de conversações em ambientes digitais"

Deize Ferreira Paiva Lopes

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada, no dia **05 de novembro de 2021**, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos(as) seguintes professores(as):

Profª Regiane Lucas de Oliveira Garcêz - Orientadora

UFMG

Profª Rousiley Celi Moreira Maia

UFMG

Profª Laura Guimarães Corrêa

UFMG

Belo Horizonte, 05 de novembro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Regiane Lucas de Oliveira Garcez, Professora do Magistério Superior**, em 18/11/2021, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Laura Guimaraes Correa, Professora do Magistério Superior**, em 18/11/2021, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rousiley Celi Moreira Maia, Professora do Magistério Superior**, em 20/12/2021, às 10:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1087286** e o código CRC **9AE9CC6E**.

*Dedico este trabalho à memória do meu
avô Anterio Ferreira (1922-2021).*

AGRADECIMENTOS

Concluir essa pesquisa de mestrado em 2021 é um acontecimento. Em um contexto de pandemia, desvalorização da ciência e invisibilização dos problemas sociais essas páginas são prova de resistência, persistência e confiança na educação como uma forma de expandir horizontes. Eu não poderia ter chegado até aqui se não fossem as várias pessoas que estiveram comigo ao longo dessa trajetória. Com esse curso tenho a oportunidade de, mais uma vez, fazer história na minha família e é por ela que inicio meus agradecimentos.

Agradeço especialmente à minha mãe, que foi a primeira pessoa a me presentear com um livro. Agradeço por me transmitir seu apreço pela educação, por ser uma amiga com quem aprendo diariamente e pela confiança que deposita em meus projetos. Agradeço também ao meu pai, pelo afeto e preocupação à sua maneira. Ao meu irmão Danilo, pela disponibilidade em me ouvir e pelos estímulos constantes.

Agradeço ao Fábio pela confiança, pelos incentivos amorosos e o bom humor. Obrigada por ter sido um ponto de leveza nos meus dias durante todo esse processo e pelo companheirismo de sempre.

Ao meu núcleo familiar pelo apoio e carinho, sobretudo às minhas tias Áurea e Izabel, minhas primas Fabíola e Viviane. Aos amigos que me acompanham nessa longa trajetória acadêmica desde a defesa do TCC, como Kety, Rômulo e Pati. Às amigas Ana, Jéssica e Nathalia.

Tenho muito a agradecer à Orientação Afirmativa, criada por Lucianna, Mayra e Pâmela. Certamente eu não me inscreveria para a seleção de Mestrado, no ano de 2019, se não fosse por vocês. Agradeço especialmente pelo espaço de acolhimento, troca e convivência com comunicadores geniais: Alessandra, Bárbara, Breno, Cláudio, Elaine, Ester, Nana, Olívia e Vívian.

A Regiane, orientadora e amiga que, em alguns momentos, acreditou mais neste projeto do que eu mesma. Agradeço pelas provocações inteligentes e perspicazes, as inquietações compartilhadas em áudios e reuniões e pelo exemplo de pesquisadora. Obrigada pela confiança!

Às colegas e amigas do mestrado pelo compartilhamento de experiências e inquietações pandêmicas, especialmente à Olívia, Agatha, Lívia, Tomás, Carol e Tayrine. À distância, seja pelas boas vibrações, torcidas e inspirações, agradeço a

Enise, Vanessa, Bruna e Juliana. Agradeço a Thais pela ajuda na coleta de dados do Facebook, sem ela parte dessa pesquisa seria inviável; e também a Júlia, pela generosidade em compartilhar as experiências metodológicas.

À Gláucia, segunda codificadora do teste de confiabilidade, pela disponibilidade e inumeráveis contribuições para o alcance da objetividade dos códigos desta pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG (PPGCOM-UFMG), especialmente nas pessoas da professora Rousiley Maia e do professor Pablo Moreno pelas contribuições generosas e inestimáveis na banca de qualificação. A professora Ângela Marques por ter me apresentado à disciplina de Comunicação e Política, pelos incentivos desde a graduação para o ingresso na pesquisa e, principalmente, por personificar a ciência feita com afeto. Às professoras Vanessa Veiga e Carol Vimieiro pelas sugestões qualificadíssimas, elogios e provocações ao longo desse percurso.

À banca de defesa – professoras Laura e Rousiley – por terem aceitado esse momento de diálogo e de contribuições, muito obrigada!

Àquelas que vieram antes, abrindo caminhos...

À literatura, parceira de todas as horas, nos momentos solitários impostos pela escrita acadêmica. A todos que tornaram este longo percurso um pouco mais leve. Aos profissionais de saúde e à ciência brasileira, por permitirem alguns lampejos de otimismo no futuro. Agradeço pela fé em Deus, na vida e, teimosamente, em dias melhores.

A dor é um acontecimento, uma experiência que deve ser reconhecida, nomeada e, então, usada de alguma forma para que a experiência mude, para que seja transformada em outra coisa, seja força, conhecimento ou ação.

Audre Lorde

RESUMO

Se, por um lado, as mobilizações e ativismos têm reverberado nas plataformas digitais, por outro, esses espaços perpetuam, quando não aprofundam, as desigualdades raciais. A fim de abordar a luta racial negra e as estratégias de invisibilização nas plataformas digitais, o presente trabalho discute reconhecimento e silenciamento. A questão central é apreender de que forma diferentes modos comunicativos da dinâmica interacional incidem sobre a luta por reconhecimento e a valorização do corpo negro. A partir das conversações online, analisamos a repercussão da suspensão do livro infantil *Peppa* (2009), responsável por desencadear uma discussão sobre estereótipos racistas. A base teórica se ancora na Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth e na produção de conhecimento sob a perspectiva racial, tal como vemos em Patricia Hill Collins, Lélia Gonzalez, Nilma Lino Gomes e Silvio Almeida. Ao tensionar a Teoria do Reconhecimento em Honneth (2009), os referidos autores fornecem subsídios que indicam a existência de lacunas na Teoria em torno da compreensão a) da desumanização da pessoa negra enquanto sujeito do reconhecimento, b) do silenciamento histórico ao qual esse grupo está submetido e c) das dificuldades referentes à reparação de injustiças. A metodologia adotada consiste na coleta e análise de conteúdo (BARDIN, 2011), quantitativa e qualitativa, dos 2.273 comentários desencadeados pela suspensão do livro, os quais estão presentes em seis vídeos no Youtube, uma publicação no Facebook e em seis *sites* de notícias e blogs. Como veremos, os resultados encontrados apontam para o seguinte cenário: I) o termo racismo está em negociação, pois que em geral, as pessoas entendem que essa opressão existe, mas há disputas quanto à sua definição; II) a desumanização, o silenciamento e a não reparação de injustiças dificultam a luta por reconhecimento de pessoas negras; III) diferentes modos comunicativos ajudam a descortinar as opressões, ao mesmo tempo em que podem conter estratégias de silenciamento ao individualizar as questões e invalidar as experiências de injustiça; em particular, IV) ataques também podem funcionar como forma de denúncia do dano sofrido e das formas de injustiça e opressão.

Palavras-chave: Lutas por reconhecimento. Plataformas digitais. Racismo. Silenciamento.

ABSTRACT

If, on the one hand, mobilizations and black activism works through the digital platforms, on the other, these spaces perpetuate, if not deepen, racial bias. In order to approach the black racial struggle and the invisibility strategies in digital platforms, this work discusses recognition and silencing. The aim is to understand, from the online conversations triggered by the video “Peppa NÃO!”, originally published on Youtube, how the communicative modes of this interactional dynamic affect the struggle for recognition and the respect of the black body. An analysis was made of the repercussions of the suspension of the children's book *Peppa* (2009), which provoked a discussion about racist stereotypes. The bibliography is based on Axel Honneth's Theory of Recognition and the production of knowledge by authors whom discuss the perspective of the black racial issue, such as Patricia Hill Collins, Lélia Gonzalez, Nilma Lino Gomes and Silvio Almeida. By discussing the Theory of Recognition in Honneth, these authors provide subsidies to indicate the existence of gaps in the theory: a) the dehumanization of the black person as a subject of recognition, b) the historical silencing to which this group is subjected and c) the difficulties of repair of injustices. The methodology adopted consists of quantitative and qualitative content analysis of the 2,273 comments triggered by the suspension of the book, which were found in six videos on Youtube, one publication on Facebook, and on six news sites and blogs was made. The results found point to the following scenario: I) the term racism is under negotiation, in general, people understand that this oppression exists, but there are disputes as to its definition; II) the dehumanization, silencing and non-repair of injustices make it difficult for black people to fight for recognition; III) different communicative modes help to uncover oppressions, at the same time they may contain silencing strategies by individualizing issues and invalidating experiences of injustice; in particular, IV) attacks can also function as a way of denouncing the damage suffered and the forms of injustice and oppression.

Keywords: Digital platforms. Racism. Silencing. Struggles for recognition.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Trecho do livro <i>Peppa</i> (2009), de Silvana Rando	18
Figura 2 – Frame do vídeo “Peppa NÃO!”, Xongani segura uma edição do livro	19
Figura 3 – Frame do vídeo “Peppa Não, Lelê SIM!”	73
Figura 4 – Frame do vídeo “Definitivamente Peppa Não!”	74
Figura 5 – Captura de tela da publicação feita pelo professor Carlos Machado.....	76

LISTA DE GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Notícias sobre o caso	77
Gráfico 1 – Posicionamentos sobre a luta por reconhecimento	95
Gráfico 2 – Prevalência de sentidos para negação da demanda	96
Tabela 1 – Youtube: Canal Ana Paula Xongani	75
Tabela 2 – Facebook: Post de compartilhamento do vídeo	76
Tabela 3 – Estrutura do livro de códigos	84
Tabela 4 – Presença de anonimato, autodeclaração e autorreferência ao cabelo nas três plataformas.....	90
Tabela 5 – Percentual de autorreferência do cabelo e autodeclaração racial entre os posicionamentos que reconhecem e negam a luta	90
Tabela 6 – Menção de expertise profissional, experiência individual e experiência de terceiros nas plataformas	91
Tabela 7 – Proferimentos que mencionam racismo, raça e termos afins nas plataformas.....	92
Tabela 8 – Comentários com posicionamentos justificados e não justificados	93
Tabela 9 – Uso de ironia ou sarcasmo e uso de humor ou piadas.....	94
Tabela 10 – Direcionamento dos ataques nas plataformas	98
Tabela 11 – Posicionamento majoritário por plataforma e justificativas	118
Tabela 12 – Posicionamentos justificados e não justificados	123
Tabela 13 – Ataques personificados: <i>youtuber</i> e autora	139

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. LUTA POR RECONHECIMENTO: CRÍTICAS E CONTRIBUIÇÕES	26
1.1 Lutas por reconhecimento em Axel Honneth	29
1.2 Lacunas na discussão do reconhecimento	33
1.3 Críticas a partir de estudos com viés racial	37
1.3.1 A categoria humano	38
1.3.2 Silenciamento de demandas de pessoas negras	40
1.3.3 Constituição da comunidade ética e reparação de injustiças	42
1.4 Ponderações sobre as lutas por reconhecimento em Honneth	45
2. RAÇA, VOZ E SILENCIAMENTO	49
2.1 Racismo à brasileira: opressão estrutural	50
2.2 Reivindicação de humanidade e a autodefinição	56
2.3 Silenciamento, Voz e Lutas por reconhecimento	62
3. METODOLOGIA	67
3.1 Perspectivas metodológicas	67
3.2 Internet e desigualdades	70
3.3 Descrição do <i>corpus</i> e escolhas metodológicas	72
3.4 Metodologia de coleta	78
3.4.1 Considerações éticas.....	81
3.5 A análise de conteúdo	81
3.6 Livro de códigos e confiabilidade	83
4. DESCRIÇÃO GERAL DOS DADOS	88
4.1 Dados gerais	88
4.1.1 Uso geral de recursos de legitimidade de fala	89
4.1.2 Uso geral dos modos comunicativos	92
4.2 Posicionamentos	95
4.3 Ataques	97

5. ANÁLISE: ENTRE LUTAS E SILENCIAMENTOS	100
5.1 Racismo: sentidos em disputa	101
5.1.1 A menção ao racismo utilizada como estratégia de silenciamento	106
5.2 Sou porque somos: autorreferências e narrativas pessoais	109
5.2.1 A autorreferência como estratégia de silenciamento	118
5.3 Posicionamentos justificados e não justificados: ponte semântica	123
5.3.1. Posicionamentos como estratégias de silenciamento.....	126
5.3.1.1 Censura	127
5.3.1.2 Interpretação individual e militância equivocada.....	131
5.4 A graça, o deboche: na luta e no silenciamento	135
5.5 Ataques	138
5.5.1 Ataques que silenciam e o “mimimi”	139
5.5.2 Ataques que denunciam o dano	142
5.5.3 Ataques raciais	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	154
ANEXOS	162
Anexo 1 – Resultado do teste de confiabilidade – Facebook	162
Anexo 2 – Resultado do teste de confiabilidade – Youtube.....	164
Anexo 3 – Resultado do teste de confiabilidade – Sites de notícias e blogs	166
Anexo 4 – Livro de códigos	168
Anexo 5 – Esquema descritivo do <i>corpus</i>	174
Anexo 6 – Quadro de dados.....	176

INTRODUÇÃO

A identificação de racismo e outras formas de opressão em produtos culturais, assim como sua denúncia e repercussão não é nova na Literatura, além disso, é algo que também perpassa a literatura infantil. Em 2010, a obra *Caçadas de Pedrinho*¹ (1933) foi denunciada à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial como um livro com estereótipos racistas. De acordo com João Feres Júnior et al. (2013, p. 84), a obra escrita por Monteiro Lobato (1882-1948) continha expressões de racismo e estereótipos em relação à personagem Tia Nastácia.

Caçadas de Pedrinho contém os trechos supracitados, nos quais ela [a personagem Tia Nastácia] é chamada de “macaca de carvão”, e o fato de ter “carne preta” é tomado claramente como sendo uma característica de inferioridade. Mas isso não é tudo. Em *Caçadas*, Lobato refere-se à Nastácia frequentemente de maneira pejorativa e desmoralizante, como, por exemplo: “resmungou a preta, pendurando o beijo”; “dizia a preta”; “tornou a preta”; “a pobre preta”; ou quando a descreve assustada, “de olhos arregalados do tamanho de xícaras de chá”.

Na época, o Conselho de Educação Básica do Ministério da Educação elaborou dois pareceres com recomendações; o segundo deles, que foi homologado, ratificou o edital do Programa Nacional Biblioteca da Escola de que não seriam aceitas obras cujo conteúdo incluísse preconceitos e/ou estereótipos. Caso alguma obra selecionada ainda apresentasse esse tipo de conteúdo, a editora seria notificada para acrescentar um texto com “contextualização crítica do autor e da obra, a fim de informar o leitor sobre os estudos atuais e críticos que discutem a presença de estereótipos na literatura, entre eles os raciais” (GOMES, 2011, p. 5 *apud* FERES JÚNIOR et al., 2013). Na ocasião, mais precisamente em novembro de 2011, a Academia Brasileira de Letras divulgou um texto em seu *site*, no qual acusava o Conselho Nacional de Educação de “tentativa de censura” ao livro de Monteiro Lobato. Posição essa que foi corroborada pelas notícias dos principais jornais impressos do país na época, sob a atribuição do rótulo de “politicamente correto” (FERES JÚNIOR et al., 2013). Especialistas na obra de Lobato foram consultados na cobertura jornalística do caso, mas, de acordo com a análise feita no levantamento dos autores, a mídia de referência não se ocupou da problematização

¹ TITO, Fábio. *G1*, 30 out. 2010. CNE quer que Monteiro Lobato com trechos racistas tenha nova edição. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2010/10/cne-quer-que-monteiro-lobato-com-trechos-racistas-tenha-nova-edicao.html>>. Acesso em: 28 jan. 2022.

a respeito da adoção do livro no contexto escolar infantil e o impacto desses estereótipos racistas entre as crianças.

Recentemente, em 11 de setembro de 2021, o livro *Abecê da liberdade: a história de Luiz Gama, o menino que quebrou correntes com palavras*² (2015) de autoria de José Roberto Torero e Marcus Aurelius Pimenta foi retirado de circulação após acusação de racismo. A obra retrata em imagens e textos, crianças se divertindo e brincando em um navio negreiro, com o seguinte trecho “Eu, a Getulinha e as outras crianças estávamos tristes no começo, mas depois [...] passamos a brincar de pega-pega, esconde-esconde, escravos de Jó (o que é bem engraçado, porque nós éramos escravos de verdade)”³. A obra infantil foi publicada no ano de 2015 e, em 2021, a Companhia das Letrinhas fez a sua reimpressão. Com a acusação de romantizar e minimizar as experiências do processo de escravização em produtos para crianças, a editora optou pelo recolhimento da obra impressa e informou que a edição “não voltará a ser comercializada”.

A partir da teoria do reconhecimento de Axel Honneth, Feres Júnior et al. (2013) destaca que os direitos são ampliados pela inserção de grupos antes excluídos de uma vida social plena. Em sociedades democráticas, a linguagem está submetida a esse processo expresso, por exemplo, no banimento progressivo de termos ofensivos, discriminatórios e dos estereótipos dirigidos a grupos e/ou a população em geral. Para os autores, as “lutas e movimentos sociais sempre se dão em torno e por meio da linguagem” (FERES JÚNIOR et al., 2013, p. 97), com o objetivo não apenas de transformar a própria linguagem, mas as instituições e a cultura. Nosso interesse em analisar os modos comunicativos decorre também desse interesse pela linguagem como conformadora da realidade social.

Para Axel Honneth, considerado um dos principais nomes da terceira geração da Teoria Crítica, o reconhecimento remete às relações recíprocas que as pessoas estabelecem entre si, identificando terceiros como dignos de valor. Ao invés de ser algo estabelecido individualmente, o filósofo alemão caracteriza o reconhecimento como intersubjetivo, ou seja, ele é construído na relação que estabelecemos uns

² ALCANTARA; Ana Maria. *UOL Notícias*, 11 set. 2021. Companhia das Letras recolhe livro com crianças brincando em navio negreiro. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/09/11/cia-das-letras-recolhe-livro-que-mostra-crianca-brincando-em-navio-negreiro.htm>>. Acesso em: 28 jan. 2022.

³ ARNOLDI, Alice. Entenda por que venda do livro infantil 'Abecê da Liberdade' foi suspensa. *Terra*, 14 set. 2021. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/criancas/entenda-por-que-venda-do-livro-infantil-abece-da-liberdade-foi-suspensa,2c76e6a771a357676d8f8a999b7aeba6xtas7b8v.html%3e>>. Acesso em: 17 set. 2021.

com os outros e na relação que cada um tem consigo mesmo. Na ausência do reconhecimento, Honneth (2009) argumenta que tanto as pessoas quanto os grupos estabelecem, por meio da percepção de um dano e de forma conflituosa, as lutas por reconhecimento com o objetivo de restaurar suas relações de autoconfiança, autorrespeito e autoestima.

No Brasil, o alcance das discussões sobre as relações raciais tem tornado as diferentes denominações acerca do racismo cada vez mais populares: racismo estrutural, racismo recreativo, racismo religioso, racismo institucionalizado... Independentemente da natureza ou nomeação, o racismo é referente a uma opressão hierarquizante com base na raça. O filósofo camaronês Achille Mbembe, autor de *Crítica da razão negra* (2014), defende que o racismo é um sistema opressor global. Assim, mais que discriminatório, o racismo inferioriza, coisifica e desumaniza sistematicamente as pessoas não-brancas. Opressão essa que tem como pressuposto necessário a exclusão e a negação de reconhecimento do outro enquanto sujeito.

Uma vez assumida a noção honnethiana de reconhecimento, suscitamos a seguinte questão: o que ocorre quando as relações de respeito devem ser estabelecidas justamente com aqueles que promovem danos e injustiças e, dessa forma, negam dignidade e respeito ao outro? Se, por um lado, a obra de Honneth se mostra importante para compreendermos as reivindicações daqueles que são vítimas de racismo, por outro, acreditamos que a produção de conhecimento por parte de autoras e autores negros, a despeito dos processos de apagamento histórico, tensionam aspectos da obra honnethiana. Diante disso, por meio da articulação entre a teoria do reconhecimento honnethiana e as epistemologias negras (FIGUEIREDO, 2020), buscaremos elucidar aspectos tais como a luta, a opressão estrutural e as estratégias de silenciamento presentes nos comentários a respeito da suspensão do livro *Peppa* (2009), retirado de circulação em 2017. Para entendermos a suspensão e as disputas de sentido em torno do caso, inicialmente é necessário retomarmos a linha cronológica dos acontecimentos.

Em 2009, a escritora paulista Silvana Rando lança a obra *Peppa*, por meio da editora Brinque-Book. A história é sobre a personagem que dá nome ao livro e sobre sua dificuldade de conviver com seus fios de cabelo rígidos como aço. O cabelo difícil da personagem faz com que ela contemple a fachada de um salão que promete deixar qualquer cabeleira lisa. Peppa se submete ao tratamento de

alisamento e, após quebrar pentes e outros instrumentos da cabeleireira, deixa o salão com uma lista de proibições, dentre as quais, não pular na piscina e não transpirar. Diante da transformação, no restante da história a personagem se divide entre a vontade de brincar e a tarefa hercúlea de manter o cabelo liso.



Figura 1 – Trecho do livro *Peppa* (2009), de Silvana Rando

Embora a editora Brinque-Book tenha publicado mais de 500 títulos infantis, o livro protagonizado pela menina de fios de aço foi um de seus carros-chefes. *Peppa* (2009) contou com mais de 37 mil exemplares vendidos até 2017, números esses expressivos para uma publicação infantil. Até a retirada de circulação, o livro estava disponível para a compra nas principais livrarias do país. Em 2011, Silvana Rando recebeu o prêmio Jabuti de Melhor Ilustração Infantil pelo livro *Gildo* (2010), uma história sobre um elefante pequeno e corajoso, também publicada pela editora Brinque-Book.

Em abril de 2016, sete anos após a publicação de *Peppa* (2009), a *youtuber* negra Ana Paula Xongani publicou uma resenha crítica intitulada “Peppa NÃO”. No vídeo com duração aproximada de seis minutos, Xongani explica que teve contato com o título por meio de sua filha, uma menina negra que estudava em uma escola municipal da rede pública de São Paulo, onde o livro foi disponibilizado. Xongani afirma ter ficado horrorizada com a leitura. No vídeo em questão, a *youtuber* faz a leitura na íntegra de todas as páginas da obra, com pausas para comentários e observações acerca dos textos e das ilustrações. Na tela, Xongani argumenta que

os estereótipos racistas no livro relacionam o “cabelo ruim” da protagonista Peppa ao cabelo crespo, uma vez que há contraposição da textura do cabelo da personagem aos cabelos lisos, loiros e sedosos ilustrados nas páginas.

Xongani critica a abordagem da autora Silvana Rando e se coloca como alvo de racismo ao evocar seu papel de mulher negra e mãe de uma menina negra: “Que informações a gente tá passando para essa criança? Que seu cabelo de novo é difícil? Que seu cabelo de novo é complicado de tratar?” (XONGANI, 2016a). No final do vídeo, a *youtuber* convida as pessoas que também se sentiram incomodadas pela mensagem transmitida pela história, a visitarem as escolas de seus filhos e perguntarem se esse livro é veiculado por lá, em defesa da valorização e autoestima das características físicas e naturais de crianças negras.



Figura 2 – Frame do vídeo “Peppa NÃO!”, Xongani segura uma edição do livro

Desde o primeiro dia em que o vídeo se tornou disponível no Youtube, precisamente em 14 de abril de 2016, dezenas de pessoas se posicionaram nos comentários da plataforma digital. Opiniões essas cujo teor é para endossar as críticas feitas por Xongani no vídeo, mas também há casos de pessoas que discordam e deslegitimam a posição da ativista sobre o livro *Peppa* (2009). Por alguns meses, no entanto, esses diálogos estavam restritos apenas à plataforma do vídeo original com poucos milhares de visualizações. Ocorre, porém, que em outubro de 2017 – um ano e seis meses após a publicação do vídeo no Youtube –, podemos constatar sua replicação em outra plataforma digital, o Facebook, dessa

vez com mais de 300 mil visualizações⁴. A publicação em questão foi feita pelo perfil pessoal do professor paulista Carlos Machado, historiador e autor de publicações sobre o apagamento das contribuições de pessoas africanas e afrodescendentes na ciência ao longo da História e sobre a escolarização de pessoas negras. Em 2017, Machado se engajou na repercussão de postagens e notícias contra o livro *Peppa* (2009), endossando a leitura crítica de Xongani sobre o caso.

No dia 22 de novembro de 2017, foi noticiada a retirada de circulação da obra *Peppa* (2009) pela editora Brinque-Book e pela autora, Silvana Rando⁵. Institucionalmente, a editora não divulgou nenhum comunicado formal a respeito das críticas desencadeadas por Ana Paula Xongani – ao menos, não foi possível recuperar nenhum tipo de pronunciamento institucional sobre a retirada da obra a partir do ano 2018, com exceção das declarações com citações indiretas publicadas em notícias. Fomos instigadas pelas formas como a retirada de circulação do livro *Peppa* (2009) foi problematizada nas redes: ofensas e ataques, narrativas pessoais, justificativas, ironia, dentre outros modos comunicativos.

A suspensão do livro e suas reverberações podem nos ajudar a compreender a constituição de demandas por reconhecimento de grupos, o que é feito com frequência na esfera pública e hoje também por meio da Internet. Além do que, a partir desse fato acreditamos que é possível refletir acerca dos próprios limites dessas reivindicações por reconhecimento. O fenômeno apresentado, uma luta por reconhecimento na qual há a reivindicação de pessoas negras pelo reconhecimento de seus traços físicos como dignos de valor – contra estereótipos racistas –, nos incita a indagar em que medida se estabelecem estratégias de silenciamento em espaços como as plataformas digitais e de que modo isso ecoa na luta por reconhecimento.

Para a estadunidense Patricia Hill Collins (2000), a experiência é o que fundamenta as epistemologias negras, como um meio de transportar para a arena política questões até então restritas ao campo individual. Nilma Lino Gomes (2019), estuda e demonstra uma dessas experiências: a vivência com o cabelo afro (crespos e cacheados), pois defende que ele é o signo da negritude, proporcionando não só

⁴ Perfil de Carlos Machado. *Facebook*, 31 out. 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/carlos.machado.56829/posts/1484440061633206>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

⁵ “Acusação de racismo faz autora tirar livro 'Peppa' de circulação”. Disponível em <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/acusacao-de-racismo-faz-autora-tirar-livro-peppa-de-circulacao.ghtml>>. Acesso em 08 out. 2019.

uma marca do pertencimento étnico, mas consistindo em um objeto de sentimentos conflituosos, posto que, não só no contexto brasileiro, o alisamento é um ritual imposto às mulheres negras desde a infância. A estadunidense bell hooks escreveu em *Alisando nosso cabelo* (2005, s/n), sobre suas experiências em meados das décadas de 1960 e 1970:

Eu queria essa mudança mesmo sabendo que em toda a minha vida me disseram que eu era “abençoada” porque tinha nascido com “cabelo bom” – um cabelo fino, quase liso –, não suficientemente bom, mas ainda assim era bom. Um cabelo que não tinha o “pé na senzala”, não tinha carapinha, essa parte na nuca onde o pente quente não consegue alisar.

Nesta dissertação, ao analisarmos uma discussão sobre o valor dos traços constitutivos da negritude, a exemplo do cabelo, estamos falando de mulheres negras compreendidas como grupo subalternizado em nosso país no que diz respeito aos aspectos políticos e simbólicos. Além da opressão racial, esses corpos são duplamente marginalizados pelo gênero: são as mulheres negras que ocupam a maioria dos cargos com menor remuneração⁶, as que menos estão presentes em cargos de poder⁷ e as que, na contramão da tendência dos últimos anos, têm sido cada vez mais vítimas de feminicídios⁸. Assim, nessa análise está em jogo não só o que essas pessoas reivindicam, mas se estas vozes são consideradas e de que forma elas são ouvidas. Os argumentos apresentados acima corroboram para situarmos a reivindicação da *youtuber* Ana Paula Xongani como uma pauta política.

Nossa análise será realizada por meio das plataformas digitais, as quais consideramos como arenas privilegiadas de observação. Não nos esqueçamos: em 2020 e em plena pandemia de Covid-19, milhões de vozes se ergueram em resposta à morte do estadunidense George Floyd – um homem negro, de 40 anos, assassinado por sufocamento por um policial branco. O ato foi gravado e circulou o

⁶ PAPP; Anna Carolina; LIMA, Bianca; GERBELLI, Luiz Guilherme. *GloboNews e G1*, 15 set. 2020. Na mesma profissão, homem branco chega a ganhar mais que o dobro que mulher negra, diz estudo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2020/09/15/na-mesma-profissao-homem-branco-chega-a-ganhar-mais-que-o-dobro-da-mulher-negra-diz-estudo.ghtml>>.

Acesso em: 26 mai. 2021.

⁷ LIMA, Mariana. Apenas 8% das mulheres negras ocupam cargos de liderança, diz estudo. *Observatório do Terceiro Setor*, 09 nov. 2020. Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/apenas-8-das-mulheres-negras-ocupam-cargos-de-lideranca-diz-estudo/>>. Acesso em 26 mai. 2021.

⁸ PAULUZE, Thaiza. Mulheres negras têm 64% mais risco de serem assassinadas do que brancas. *Folha de S.Paulo*, 19 nov. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/11/mulheres-negras-tem-64-mais-risco-de-serem-assassinadas-do-que-brancas.shtml>>. Acesso em: 26 mai. 2021.

mundo por meio da Internet. No cenário contemporâneo, as redes sociais exercem papel fundamental nessas dinâmicas de disputas e compartilhamento de sentidos das lutas por reconhecimento. Nesse sentido, a fim de nos debruçarmos sobre as conversações em torno da retirada de circulação do livro *Peppa* (2009), entre os anos 2016 e 2019, e discutir a luta por reconhecimento por melhores representações de pessoas negras, analisaremos os comentários presentes nas plataformas digitais. Nosso principal objetivo é responder à seguinte questão: *a partir das conversações online desencadeadas pelo vídeo “Peppa NÃO!” por meio dos comentários publicados no Youtube, no Facebook e em sites de notícias e blogs, de que forma os modos comunicativos dessa dinâmica interacional incidem sobre a luta por reconhecimento e a valorização do corpo negro?*

Iris Marion Young (2002), por exemplo, considera as saudações, a retórica e o *storytelling*⁹ como formas comunicativas arraigadas nas conversações cotidianas. Assumindo a perspectiva formulada por Young, buscamos identificar diferentes modos comunicativos para além daqueles já mencionados pela própria autora a partir da leitura flutuante do *corpus* (BARDIN, 2011). Sendo eles: I) o uso de experiência pessoal, expertises ou origem étnico-racial, posicionamentos (se justificados ou não justificados); II) o uso das narrativas pessoais para justificar pontos de vista; e, por fim, III) a presença de ironia e/ou sarcasmo, a presença de humor e/ou piada e linguagem chula. Os ataques feitos de forma personalizada e coletiva também foram mapeados. Os modos comunicativos aqui expostos não denotam categorias linguísticas, mas agrupamentos com a finalidade de operacionalizar a análise comunicacional. Assim como vemos em outros autores, Dahlberg (2005, p. 113) afirma que “retórica, lendas, metáforas, poesia” são formas de expressão múltiplas das conversações cotidianas estético-afetivas [*aesthetic-affective*]. Em Young (2002, p. 77), se tratam de recursos que ampliam as dinâmicas conversacionais, de tal maneira que a filósofa pontua: “considero [...] três importantes modos comunicativos adicionais, mas pode haver outros”¹⁰.

Com efeito, nossa proposta se justifica em razão de sua relevância para o campo teórico da Comunicação. O caso aqui apresentado possui uma potencialidade de pesquisa na área, na medida em que nos permite verificar

⁹ Neste trabalho, foi traduzido para “narrativas pessoais”, como apresentaremos oportunamente.

¹⁰ No original, em inglês, “I regard [...] three important additional modes of communication, but there might be others”. Tradução nossa.

conflitos e processos comunicativos. Dito de outra maneira, por um lado, podemos constatar a representação de um fenótipo negro, sobretudo associado às mulheres negras (cabelos crespos e cacheados); por outro, percebemos a exposição de uma violência e a reivindicação por representações não depreciativas, percebidas como um dano na dimensão simbólica (MARQUES; FREITAS, 2018). Consideramos que se trata de um contexto que pode oferecer subsídios para a discussão acerca de reivindicações de cunho étnico-racial, Internet e comunicação. A pesquisa em questão também pode oferecer possíveis contribuições para pensarmos estereótipos e comunicação, assim como suas interfaces com as áreas de Letras, Literatura (e o segmento da literatura infantil) e Pedagogia. Ademais pode ser possível corroborar com estudos que apontam para a ocorrência de preconceito, racismo e discriminação nos materiais didáticos e no espaço da escola (CAVALLEIRO, 1998).

Cabe também salientar o quanto é significativo o diálogo que propomos entre conceitos e autoras(es) caros à Comunicação e autoras(es) negras de diversas áreas do conhecimento. Lançamos luzes para demandas cada vez mais efervescentes e sobre discussões no que concerne à negritude e às práticas sociais. O que é feito quando atentamos para o contexto brasileiro, recorrendo aos apontamentos feitos por Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Nilma Lino Gomes e Ângela Figueiredo, e para o cenário internacional com Patricia Hill Collins, Grada Kilomba e bell hooks. Por fim, mas não menos importante, esta proposta de pesquisa envolve objetos empíricos e teóricos que me atravessam frontalmente como autora, mulher, negra. Em 2017 – justamente o ano de retirada de circulação do livro *Peppa* (2009) –, uma criança da minha família, então com quatro anos, foi vítima de racismo na escola infantil por parte de colegas. Estudante da rede municipal de ensino de Belo Horizonte, que desde 2004 mantém um Núcleo de Relações Étnico-Raciais e de Gênero, a criança estava inserida em uma escola que cumpre a lei 10.639/2003 (que institui a obrigatoriedade de estudo da História e Cultura Afro-brasileira em todo país). Contudo, a existência dessas políticas se mostrou insuficiente para combater as práticas racistas na escola.

Este trabalho é a oportunidade de um aprofundamento nas questões acerca da comunicação e da luta por reconhecimento, acompanhadas pelas discussões das relações étnico-raciais no Brasil, tendo como foco uma discussão que tangencia a persistência de opressões, questões que me são particularmente importantes. A contribuição desta pesquisa, portanto, é no sentido de articular o reconhecimento às

estratégias de silenciamento em interações envolvendo lutas que abrangem a questão racial negra. Durante o desenvolvimento da pesquisa foi possível identificar comentários acerca da repercussão do vídeo “Peppa NÃO!” de Ana Paula Xongani em três tipos de plataformas digitais: o Youtube, o Facebook e os *sites* de notícias e blogs. Convém realçar, entretanto, que o intuito não é comparar as plataformas, mas considerar as relações de poder que se estabelecem nesses espaços, assim como sua dinamicidade e explorar um cenário cada vez mais inter-relacionado. Neste momento em específico, nos filiamos à noção de ecologia das mídias. Além do que, iremos nos apropriar da análise de conteúdo (BARDIN, 2011) dos comentários desencadeados pelo vídeo original nas três plataformas digitais, para podermos compreender a articulação de demandas por reconhecimento e possíveis dinâmicas de silenciamento estabelecidas nelas. Para tanto, elaboramos um livro de códigos para a codificação dos 2.273 comentários de três vídeos publicados no Youtube (833 comentários), uma publicação no Facebook (1.117 comentários) e seis textos de *sites* de notícias e blogs (323 comentários).

Nas próximas páginas, aprofundaremos as discussões acerca dos conceitos que norteiam a análise de nosso objeto empírico. A presente dissertação será desenvolvida e estruturada em cinco capítulos. No primeiro capítulo, discorreremos sobre a noção de luta por reconhecimento, as principais críticas e lacunas apontadas a partir da perspectiva racial, bem como nossa apropriação para a análise do objeto empírico. No segundo capítulo, apresentaremos autores e autoras negras que podem contribuir, em alguma medida, para o entendimento do racismo como opressão estrutural e a conformação do racismo brasileiro, a questão do silenciamento e a constituição da categoria de “humano”, assim como os processos de autodefinição em diálogo com as lutas por reconhecimento. No terceiro capítulo, explicitaremos as escolhas metodológicas e descreveremos nossas definições analíticas a partir da identificação dos modos comunicativos, posicionamentos e ataques. No quarto capítulo, descreveremos quantitativamente os dados gerados na análise de conteúdo e os elementos – modos comunicativos e recursos de legitimidade – utilizados nas expressões de reconhecimento e não reconhecimento. No quinto e último capítulo, analisaremos qualitativamente os posicionamentos dos comentários a fim de identificar de que forma eles incidem nessas reivindicações. Organizamos a análise a partir dos eixos escolhidos conforme os dados sistematizados no quarto capítulo, sendo eles: I) disputas acerca do significado do

termo racismo. Em seguida, elucidaremos a relação entre os modos comunicativos e a luta por reconhecimento e/ou o silenciamento desse movimento. Para isso, esquematizamos os eixos subsequentes, II) as autorreferências e as narrativas pessoais; III) posicionamentos justificados e não justificados; IV) as apropriações da ironia/sarcasmo e humor/piada; e, por fim, nos detemos nos V) ataques como forma de comunicar que não obstante podem tanto incorporar o silenciamento quanto denunciar a injustiça.

1. LUTA POR RECONHECIMENTO: CRÍTICAS E CONTRIBUIÇÕES

*“Nem tudo que se enfrenta pode ser modificado,
mas nada pode ser modificado
até que seja enfrentado”.*
(James Baldwin)

Um dos primeiros expoentes das teorias do reconhecimento é o filósofo canadense Charles Taylor, que tenta compreender tensões em contexto de multiculturalismo a partir da ideia de reconhecimento e autorrealização do jovem Hegel¹¹. É o filósofo alemão Axel Honneth, no entanto, que avança a teoria ao discutir a ideia de uma gramática moral para os conflitos no bojo da sociedade contemporânea, no início da década de 1990. Neste trabalho, optamos por acionar a teoria do reconhecimento segundo Honneth (2009), pelas razões que apresentaremos a seguir.

O filósofo alemão é comumente identificado como um dos expoentes da Teoria Crítica, corrente filosófica que tem origem entre as décadas de 1920 e 1930 na Alemanha, com os teóricos Theodor Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895-1973). Inicialmente, o objetivo desta corrente era resgatar o aspecto de emancipação dos sujeitos por meio da razão, criticar o sistema capitalista, a ciência positivista e a industrialização da cultura. Trata-se, então, de uma corrente filosófica concebida para ser uma forma de agir por meio da prática teórica, superando o dualismo entre teoria e *práxis* (MENDONÇA, 2012). Em meados dos anos 1970, uma segunda geração da corrente teórica emerge centrada na figura do filósofo alemão Jürgen Habermas, que discute a racionalidade comunicativa e a racionalidade instrumental e opera algumas rupturas com o pensamento original. A partir disso, Honneth é considerado representante de uma terceira geração desses teóricos críticos, agora permeada tanto por filósofos alemães quanto estadunidenses e tendo em vista novas possibilidades emancipatórias.

De acordo com Marcos Nobre, no prefácio de *Lutas por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais* (2009), é Honneth que observa uma lacuna sociológica nas produções anteriores de pensadores que propõem uma teoria crítica

¹¹ Sobre isso, ver TAYLOR, Charles. La política del reconocimiento. In: TAYLOR, Charles. *El multiculturalismo y la política del reconocimiento*. Tradução de Mónica Utrilla de Neira. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. p. 43-107.

da sociedade. Lacuna essa assinalada pela ausência anterior de pensar a ação social ou o conflito como base da interação, assim como pela concepção dual de sociedade, tal como vemos em Habermas. Amparado nas obras do jovem Hegel¹² e de George Herbert Mead, Honneth centra seu entendimento sobre o reconhecimento nas relações recíprocas que as pessoas estabelecem entre si. A versatilidade da proposta de Honneth abrange análises teóricas em diferentes áreas como o Direito, a Pedagogia e a Ciência Política. Sua teoria é, inclusive, comumente utilizada em reflexões sobre os movimentos sociais, demandas individuais de direitos, dentre outras. Apesar disso, o filósofo coleciona críticas contundentes que vão desde a sugestão de que sua abordagem não contemplaria a distribuição material até o risco de reificação das identidades de grupos, como mencionaremos na próxima seção.

Em meio a tantas apropriações da teoria do reconhecimento honnethiana, o uso de suas reflexões em contextos de opressões racistas tem suscitado questionamentos mundo afora. O principal deles diz respeito à dificuldade de repercussão das reivindicações de pessoas e coletivos negros, de tal maneira que sejam respaldadas e legitimadas socialmente. No Brasil, último país da América a abolir o regime escravocrata de pessoas negras, esses questionamentos também se mostram pertinentes. Neste capítulo iremos recuperar de forma concisa as principais críticas feitas a Honneth. Além disso, pretendemos demonstrar as potencialidades e limites da teoria do reconhecimento no entendimento das questões raciais negras, especificamente no tocante ao nosso objeto de estudo, a saber, a repercussão do vídeo "Peppa NÃO!" de Ana Paula Xongani e a suspensão do livro *Peppa* (2009).

Para começarmos a percorrer a trilha argumentativa proposta, nas seções subsequentes faremos um primeiro esforço de apresentação da teoria do reconhecimento conforme apresentada por Honneth (2009) e quais dimensões dessa teoria podem contribuir para refletirmos sobre nosso objeto de estudo. Na segunda seção, resgataremos a crítica à obra de Honneth especificamente em relação às questões de opressão racial. Na sequência e em conformidade com

¹² A obra do filósofo Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) pode ser dividida em duas: seus primeiros trinta anos e seus trinta anos finais. A fase de transição são os escritos de Jena, em torno dos anos de 1805. Maria Cristina Felippi (1998, p. 39) afirma que se entende o "jovem Hegel" a partir das contribuições "para a compreensão e fundamentação ética de uma comunidade intersubjetiva", isso por meio da crítica do "subjetivismo da filosofia moderna e da moral iluminista". Enquanto no Hegel da "maturidade", o filósofo "encontra-se comprometido com as mesmas teses que antes preocupava-se em atacar". Axel Honneth se apropria da primeira, muito relacionada à estudos teleológicos e políticos, por isso, é comum a referência a "jovem Hegel" quando se menciona a influência de Hegel na teoria honnethiana.

autores como Nick Bromell, Elvira Basevich, David Jenkins e Melvin Rogers, explicitaremos porque a raça precisa ser uma das chaves de análise da teoria do reconhecimento e justificaremos as lacunas e potencialidades que antevemos na obra do filósofo alemão. É pertinente destacar que algumas dessas problemáticas não se restringem apenas à produção de Honneth¹³, mas de gerações de autores – nesse caso, do campo da filosofia política – que por desconhecimento, indiferença ou desinteresse não atentaram para os seus respectivos marcadores raciais. Muitos desses autores tomam direitos ocidentais, a exemplo da cidadania e da liberdade, como garantias inequívocas. Sob esse prisma, a abordagem racial não constitui uma questão para muitos desses teóricos.

Diante do que expomos até aqui, faz-se necessário situar estudos contemporâneos que têm relacionado a modernidade e seus valores com o colonialismo (MBEMBE, 2014; ALMEIDA, 2019). Nesse cenário, o silenciamento parece remontar a um contexto de negação e desumanização propiciado pelo racismo enquanto sistema opressor global. Apresentamos abaixo o conceito de “raça” ao qual nos filiamos, conforme foi descrito pelo filósofo brasileiro Silvio Almeida (2019, p. 42-53):

Raça é um conceito cujo significado só pode ser recolhido em perspectiva relacional. Ou seja, raça não é uma fantasmagoria, um delírio ou uma criação da cabeça de pessoas mal-intencionadas. É uma relação social, o que significa dizer que a raça se manifesta em atos concretos ocorridos no interior de uma estrutura social marcada por conflitos e antagonismos [...] Assim, uma pessoa não nasce branca ou negra, mas torna-se a partir do momento em que seu corpo e sua mente são conectados a toda uma rede de sentidos compartilhados coletivamente, cuja existência antecede a formação de sua consciência de seus afetos.

Essa noção de raça, uma vez situada no âmbito relacional e da linguagem, vai ao encontro de nosso entendimento. É por meio da linguagem que as pessoas reconhecem umas às outras como dignas de valor em diferentes dimensões da vida, cabe realçar então que mudança na linguagem é uma forma urgente de transformação social. Antes mesmo de elencar críticas feitas a Axel Honneth, na próxima seção iremos apresentar uma síntese de sua teoria do reconhecimento. Nossa pretensão é enfatizar aqueles aspectos da teoria que consideramos significativos para as análises a serem desenvolvidas. Assim, aprofundaremos em

¹³ Críticas a outros autores, como o filósofo John Rawls (BASEVICH, 2019).

aspectos tais como a dimensão do conflito, o aspecto intersubjetivo e comunicacional das lutas, a identificação do sofrimento como motor para as lutas e a possibilidade de transformação social.

1.1 Lutas por reconhecimento em Axel Honneth

O filósofo Axel Honneth (2009) parte do entendimento do reconhecimento como um padrão inerente à formação da identidade humana e somente mediante um reconhecimento mútuo os sujeitos alcançam uma relação satisfatória consigo mesmos. O que significa que “a reprodução da vida social se efetua sob o imperativo de um reconhecimento recíproco porque os sujeitos só chegam a uma autorrelação prática quando aprendem a se conceber” (HONNETH, 2009, p. 155). Honneth parte da ideia do jovem Hegel de que o reconhecimento muitas vezes é obtido por meio do conflito, não em virtude de estratégias de autoconservação ou de poder – como em Hobbes e Maquiavel (FRASER; HONNETH, 2003) –, mas como forma de ampliar as relações de reconhecimento e alcançar a autorrealização.

Já em George Herbert Mead¹⁴, pensador estadunidense no qual Honneth também se baseia para propor sua teoria de reconhecimento, dentre as contribuições vemos a noção do *outro generalizado*. Essa noção consiste no entendimento da relação de interdependência entre os sujeitos que pressupõe as ações de determinada pessoa no mundo. Além disso, é formulada por Mead a noção de intersubjetividade na qual Honneth (2009) se ancora. Um processo espontâneo, que se constrói na relação uns com os outros. A luta por reconhecimento é, portanto, um processo sem fim estabelecido, que considera o papel do diálogo na construção de identidades e na autorrealização dos sujeitos (MENDONÇA, 2009), o que não deixa de ser um processo agonístico. Segundo Honneth (2009, p. 156), a luta social aparece como “força estruturante na evolução moral de sociedade” tanto em Hegel quanto em Mead. Todavia, é Honneth (2009, p. 220) quem mapeia como a “experiência de desrespeito social pode motivar um sujeito a entrar numa luta ou num conflito prático; [nos autores anteriores] faltava de certo modo o elo psíquico que conduz do mero sofrimento à ação ativa”.

¹⁴ Mead foi um filósofo considerado um dos fundadores do interacionismo simbólico, corrente teórica com contribuições caras para os estudos em Comunicação ainda hoje.

Para Honneth (2009), o reconhecimento é alcançado por meio de disputas simbólicas contra experiências de desrespeito sobre a autonomia de determinados sujeitos. A ocorrência dessas experiências entre indivíduos é compreendida pelo filósofo como conflito, aquilo que serviria de base para a busca por um reconhecimento recíproco. Assim, a transformação social ocorreria mediante a identificação do sofrimento como fonte de injustiça, o que implicaria o conflito e a luta por reconhecimento. Sua dimensão é intersubjetiva na medida em que deve ser construído relacionalmente entre os grupos que reivindicam o reconhecimento em três dimensões da vida, a saber, o amor, o direito e a estima social. A partir desses três padrões, o filósofo objetiva uma “tipologia fenomenológica” na qual as formas de desrespeito dos indivíduos podem ser diferenciadas.

Tal como entendia Honneth, na esfera do amor estão situadas as relações primárias e afetivas, as quais envolvem a *autoconfiança* dos sujeitos enquanto dignos de sentimentos. Essa relação “prepara o caminho para uma espécie de autorrelação em que os sujeitos alcançam mutuamente uma confiança elementar em si mesmos” (HONNETH, 2009, p. 177). Já a esfera do direito reporta às relações legais que universalizam as pessoas enquanto seres humanos, como sendo dignas de respeito. A partir da perspectiva normativa do *outro generalizado*, somos capazes de reconhecer os demais membros de uma comunidade como moralmente imputáveis e integrantes de igual valor em uma dada coletividade, e então reconhecermos também a nós mesmos como tal (*ibid*, p. 179). Dessa maneira, o reconhecimento na esfera do direito assume que todo ser humano, sem distinção, deve ser considerado em razão da “propriedade universal que faz dele uma pessoa” (*ibid*, p. 184), o que abarca a relação das pessoas com o *autorrespeito*. Trata-se de uma esfera que, de acordo com Honneth, é constituída de direitos fundamentais que também são debatidos por grupos.

Quanto à esfera da estima social, é ela que valida as contribuições individuais para a sociedade e os modos de vida. Dito de outro modo, ela tem a ver com a necessidade de as pessoas se referirem de forma positiva às suas propriedades, capacidades individuais e/ou modos de vida e serem avaliadas positivamente pelos demais, na construção de relações de autoestima. Como observa Honneth (2009, p. 204), “uma pessoa só pode se sentir ‘valiosa’ quando se sabe reconhecida em realizações que ela justamente não partilha de maneira indistinta com todos os demais”. Seguindo as indicações honnethianas, ter o reconhecimento negado em

uma dessas esferas e percebê-lo é o que constitui um dano que, por sua vez, serve de “impulso moral” para uma luta cuja demanda é o reconhecimento. Como observa o filósofo, o desrespeito sofrido pelos sujeitos nessas esferas não é injusto apenas porque “[...] lhes inflige danos; pelo contrário, visa-se àquele aspecto de um comportamento lesivo pelo qual as pessoas são feridas numa compreensão positiva de si mesmas, que elas adquiriram de maneira intersubjetiva” (HONNETH, 2009, p. 213).

Além das relações de reconhecimento nas três esferas mencionadas – o amor, o direito e a estima social –, mais aspectos da teoria do reconhecimento honnethiana são caros para nossa pesquisa. O primeiro desses aspectos é referente ao desrespeito como acionador da luta por reconhecimento. Neste momento em específico, o filósofo alemão reporta suas ideias ao pragmatista John Dewey, que defende a noção de que sentimentos morais, a exemplo da vergonha, estão relacionados às ações dos sujeitos. Honneth (2009, p. 224) credita às reações emocionais o impulso para uma luta por reconhecimento:

Nessas reações emocionais de vergonha, a experiência de desrespeito pode tornar-se o impulso motivacional de uma luta por reconhecimento. Pois a tensão afetiva em que o sofrimento de humilhações força o indivíduo a entrar só pode ser dissolvida por ele na medida em que reencontra a possibilidade de ação ativa; mas que essa práxis reaberta seja capaz de assumir a forma de uma resistência política resulta das possibilidades do discernimento moral que de maneira inquebrantável estão embutidas naqueles sentimentos negativos, na qualidade de conteúdos cognitivos. Simplesmente porque os sujeitos humanos não podem responder de modo emocionalmente neutro às ofensas sociais.

Tal concepção apresentada nos conduz a um segundo ponto da teoria, em sentido preciso, à noção do conflito como motor para as lutas sociais e por reconhecimento. É o conflito, segundo Honneth (2009), que pode levar à reflexividade da ausência de reconhecimento nas relações entre as pessoas. Para o filósofo, as experiências morais que levam por si só à formação de conflitos de forma generalizada dependem de “critérios socialmente generalizados”, seja na esfera do amor, do direito ou da estima social. Esses critérios generalizáveis, por sua vez, nos direcionam para um terceiro ponto, a construção de uma semântica coletiva, pois é o entendimento compartilhado sobre o dano que vai possibilitar a generalização de experiências de desrespeito. Em outras palavras, a semântica coletiva é um

entendimento conjunto, uma construção da descrição do desrespeito e suas possíveis soluções pelas pessoas que se entenderam desrespeitadas.

Dessa delimitação categorial já resulta um primeiro conceito preliminar e rudimentar do que deve ser entendido por luta social no contexto de nossas considerações: trata-se do processo prático no qual experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir, como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento (HONNETH, 2009, p. 257).

É importante enfatizar que o filósofo alemão não se coloca como um teórico dos movimentos sociais (Honneth, 2003). Para Garcêz (2014), embora o conflito e a identidade sejam pontos chaves para estudos sobre os movimentos sociais e apareçam na teoria de Honneth, ainda assim são noções insuficientes para localizar as lutas por reconhecimento dentro dos estudos clássicos acerca dos movimentos sociais. Por outro lado, negar o caráter exclusivamente identitário das lutas por reconhecimento não significa dizer que os coletivos não devem se apropriar dessas demandas, mas que a ausência de reconhecimento não pode ser compreendida individualmente (GARCÊZ, 2014), uma vez que essa autorrealização depende de uma construção relacional. No artigo *Teoria do reconhecimento: uma teoria dos movimentos sociais* (2014), a autora conclui que os maiores ganhos da articulação entre ações coletivas e a teoria do reconhecimento são: I) a compreensão dos sentimentos morais como uma das principais motivações dos coletivos e movimentos; II) a evidência de que as ações coletivas se devem ao estabelecimento de semânticas coletivizadas. Nesse sentido, as questões de identidade são concebidas como sendo capazes de – mas que não necessariamente virão a – impulsionar movimentos sociais e lutas por reconhecimento, tendo como motivação as experiências de desrespeito. Em *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais* (2009, p. 220), o próprio Honneth afirma que avança ao traçar uma ponte mais aparente entre o desrespeito moral e uma luta social. De acordo com a perspectiva honnethiana, contudo, essa luta não é um trajeto linear e conclusivo, mas, ao contrário, consiste em uma luta contínua por uma ampliação cada vez maior das relações de reconhecimento, sem um estágio final ou resultado a ser atingido, conforme já mencionamos anteriormente.

O objeto de estudo desta dissertação encontra na proposição teórica de Honneth alguns elementos importantes, sendo eles: I) o desrespeito e o dano como

molhas propulsoras para a luta por reconhecimento; II) o papel central do conflito, o qual aponta para uma tensão racial. Frente a situações de injustiças, uma pessoa ou um grupo são impelidos a agir, tal como podemos constatar na luta que tem início no vídeo feito pela *youtuber* Ana Paula Xongani, cujo conteúdo é uma resenha crítica do livro *Peppa* (2009). Em última análise, III) aponta-se para o caráter coletivo que essas lutas podem assumir quando há a construção de uma semântica coletiva para a nomeação do desrespeito, como é o caso da alegação de racismo e de estereótipos racistas. Diante disso, vemos que se trata de formas de identificar o desrespeito não como um episódio rotineiro e individual, mas como um dano coletivo que, por sua vez, é prejudicial ao modo como essas pessoas se relacionam consigo mesmas. Nesse caso, essa construção não é um campo livre de tensões. Pelo contrário, é necessário nos voltarmos para o conflito a fim de compreender que essas lutas por relações ampliadas de reconhecimento são contínuas e agonísticas. A partir desses apontamentos, consideramos que esse processo que visa relações mútuas de reconhecimento deve ser pensado à luz de opressões estruturais, a exemplo do racismo, que estão presentes nas dinâmicas sociais.

1.2 Críticas na discussão do reconhecimento

Como observado por Fraser e Honneth em *Redistribution or recognition? A political philosophical exchange* (2003), o conceito de reconhecimento tem tomado a arena de discussão sobre a questão da justiça social na contemporaneidade. Na esteira do aumento de contribuições teóricas do conceito, as quais convergem com as abordagens originais, há uma produção crítica crescente de contribuições que vêm se debruçando sobre eventuais lacunas acerca do entendimento das lutas por reconhecimento. As críticas à abordagem do reconhecimento de Axel Honneth são importantes para não partirmos de uma perspectiva ingênua, ou ainda, que ignore as complexidades da vida social e da construção coletiva das relações de respeito mútuo. Inúmeros trabalhos se debruçaram com mais fôlego sobre as críticas clássicas, com diferentes interpretações da obra de Honneth; nas linhas que seguirem mencionaremos três delas, as quais consideramos pertinentes para nosso trabalho.

A primeira dessas críticas foi feita por Nancy Fraser e é uma das mais conhecidas em relação à Teoria do Reconhecimento de Honneth. Fraser e Honneth publicaram juntos *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange*

(2003), a fim de dialogarem sobre as dimensões filosófica, a moral e a política da redistribuição e do reconhecimento, em uma teoria crítica das sociedades capitalistas. Na obra, a filósofa argumenta que a abordagem da luta por reconhecimento ignora a distribuição material entre os grupos que reivindicam relações recíprocas de reconhecimento. Assim como a redistribuição, para Fraser (2003), o reconhecimento é mais uma questão de justiça do que de autorrealização dos sujeitos. Nesse sentido, a má situação econômica de alguns é definida pela injustiça e só pode ser resolvida por meio da redistribuição de recursos. Em uma passagem em que discorre acerca da raça, por exemplo, Fraser (2003, p. 22) afirma:

“Raça”, é claro, é também uma divisão social bidimensional, um composto de status e classe. Enraizado simultaneamente na estrutura econômica e na ordem de status da sociedade capitalista, as injustiças do racismo incluem a má distribuição e *misrecognition* [...] Essas injustiças só podem ser remediadas por uma política de redistribuição.¹⁵

Do outro lado, Honneth replica que a redistribuição material é, antes de tudo, uma luta por reconhecimento moral. A reivindicação tem uma dimensão moral que extrapola os bens materiais. Para Honneth (2003, p. 111), os movimentos emancipatórios recentes, tais como os de grupos feministas, étnicos e/ou sexuais não lutam mais e principalmente pela igualdade econômica, mas pelas características que os colocam culturalmente unidos. Alguns estudos demonstram, assim como defendido por Honneth (2003), a centralidade das experiências de desrespeito de determinados grupos em relação aos seus respectivos acessos a recursos materiais. Nas análises de Garcêz et al. (2020) sobre a atuação dos movimentos por moradia em páginas do Facebook, a ausência de recursos materiais aparece mais como um sintoma do que a causa da demanda pelo reconhecimento do direito de dignidade. Vale aludir também aos estudos realizados por Ângela Figueiredo (2004, p. 206), que investigam a presença de pessoas negras na classe média brasileira e comprovam que a “ascensão social dos negros tem sido historicamente orientada a partir do uso de estratégias individuais”. Com a ascensão social, quanto mais presentes em espaços sociais de classe média, majoritariamente frequentados por brancos, mais vulneráveis estão esses corpos negros às violências

¹⁵ No original, em inglês, “Race, it is clear, is also a two-dimensional social division, a compound of status and class. Rooted simultaneously in the economic structure and the status order of capitalist society, racism's injustices include both maldistribution and misrecognition. [...] These distributive injustices can only be remedied by a politics of redistribution”. Tradução nossa.

simbólicas. Portanto, longe de ser um “antídoto” contra o preconceito racial, a abundância de recursos materiais não inibe as discriminações e os preconceitos.

Uma segunda crítica feita por Fraser (2003) e outros críticos de Honneth é de que a luta por reconhecimento pode implicar em um essencialismo das identidades. Essencialismo esse que consiste na transformação das diversas pautas e reivindicações de um grupo plural em apenas um tipo para garantir a especificidade de determinado grupo. Nesse contexto, Fraser (2003, p. 12) destaca que um grupo diverso passa a se definir e se afirmar apenas a partir de algumas características. A preocupação da filósofa é com o risco de que essa essencialização da identidade conduza ao surgimento de grupos sectários – que teriam a aprovação apenas das identidades grupais –, o que pode levar à intolerância.

Fraser aponta que o entendimento de Honneth no que concerne à luta por reconhecimento só contemplaria grupos identitários na medida em que a teoria honnethiana está centrada na autorrealização dos sujeitos. Em resposta a Fraser, Honneth afirma que o objetivo da abordagem das lutas por reconhecimento é justamente não se restringir a grupos e movimentos sociais. O que se explica, uma vez que a autorrealização dos sujeitos consistiria na busca pela transformação social e na ampliação das relações de reconhecimento entre os diferentes grupos e pessoas. No artigo *Dimensão intersubjetiva da auto-realização: em defesa da teoria do reconhecimento* (2009), construindo uma argumentação contra a crítica de Fraser a respeito do risco do essencialismo identitário, Ricardo Fabrino Mendonça defende que o reconhecimento de Honneth não é um novo vocabulário para tratar a valorização das identidades, mas um conceito que trata da relação intersubjetiva referente à construção das identidades. Mendonça (2009, p. 147) argumenta que ao criticar a teoria honnethiana alguns autores “parecem esquecer a dimensão intersubjetiva que alicerça a teoria do reconhecimento. Esvaziando o conceito a uma simples luta cultural por autodeterminação”. O autor brasileiro chama atenção, então, para o caráter contínuo das lutas por reconhecimento: sendo a autorrealização uma construção interacional, o diálogo é um dos seus pré-requisitos (MENDONÇA, 2009, p. 149).

No artigo *A moralidade do reconhecimento: adolescentes moradores de favelas discutem a representação de suas vidas em uma série de TV* (2018), Rousiley Maia e Simone Rocha relembram que Honneth (2009) utiliza termos como “autorrealização” ao invés de identidade. Com efeito, o filósofo alemão não

pressupõe um conjunto pré-determinado do que deve ser reconhecido. Em Honneth, Maia e Rocha (2018, p. 95) salientam que a identidade “nunca está acabada ou fixa, mas, ao contrário, está aberta à permanente inovação em meios às interações marcadas por conflitos na sociedade”. Por meio de um estudo realizado com adolescentes moradores de favelas no Brasil, as autoras abordaram a questão da identidade como fruto da negociação e da autorrelação que eles mantêm consigo mesmos, no modo como questionam os estereótipos e apresentam autodefinições.

Em terceiro lugar, o papel das emoções e das histórias de vida também são alvo de críticas de autores sobre a noção de lutas por reconhecimento. Ora, podemos provocar a seguinte questão: afinal, o que diferiria reivindicações por reconhecimento justificáveis de demandas não justificáveis? Fraser (2003) e outros críticos defendem que as experiências de desrespeito não dariam conta de constatar as injustiças. Contudo, o próprio Honneth (2009) afirma que os sentimentos podem se tornar o “impulso motivacional” das lutas por reconhecimento. Aqueles que se percebem vítimas da ausência de reconhecimento em uma ou mais esferas da vida, podem percebê-la por meio da “tensão efetiva em que o sofrimento de humilhação” só pode ser resolvido na “ação ativa” (*ibid.*, p. 224), que pode assumir diferentes práticas bem como guiar as condições mútuas de respeito. Os sentimentos morais, a exemplo da vergonha, “até aqui apenas a matéria-prima emotiva dos conflitos sociais, perdem sua suposta inocência e se tornam momentos retardadores ou aceleradores num processo evolutivo abrangente” (*ibid.*, p. 265). Segundo as análises de Rousiley Maia e Regiane Garcêz (2018), as emoções auxiliam no julgamento moral na medida em que podem ser “fontes de inteligibilidade” para aqueles que estão no grupo de pessoas que não são reconhecidas se entenderem enquanto desrespeitados. Em todo caso, as autoras argumentam que Honneth não considera a importância de todos os sentimentos, mas apenas daqueles que considera como sendo sentimentos morais.

Talvez seja relevante pontuar que se a autorrelação das pessoas consigo mesmas e os sentimentos individuais de injustiça podem se tornar a base de uma luta por reconhecimento, na crítica de Fraser (2003) ao modelo de Honneth, grupos nacionalistas e supremacistas poderiam demandar o reconhecimento de seus valores, o que poderia levar ao relativismo do conceito. Maia e Garcêz (2018) também rebatem a crítica de Fraser ao mencionar que as demandas legítimas incluem mais pessoas no circuito de reconhecimento. As demandas de grupos

nacionalistas ou fundamentalistas, que causariam danos ao invés de relações mútuas de respeito ou exclusão de outras pessoas não se incluem nesse rol. Entendidas nesta chave, as “atitudes de intolerância, violência e perseguição não podem ser reciprocamente tomadas como boas e válidas dentro da gramática moral desses outros que também reconhecem” (MAIA; GARCÊZ, 2018, p. 4).

Para Mendonça (2009), a noção de reconhecimento é um operador suficiente na medida em que demandas justificáveis sejam apresentadas levando em consideração o outro. Os grupos que incentivam a exclusão social de outras pessoas e coletividades não teriam suas demandas consideradas como luta por reconhecimento porque não levariam em conta os demais, reafirmando então as injustiças. Nas palavras de Honneth (2003, p. 171), “é óbvio que não podemos endossar toda revolta política como demanda por reconhecimento [...] moralmente legítima ou aceitável”¹⁶. Longe do relativismo, são consideradas como demandas justificáveis aquelas que prezam pela ampliação das relações de reconhecimento de mais grupos e/ou pessoas na estrutura social. Para Honneth (2003, p. 129), são sentimentos de sofrimento e desrespeito que coincidem com experiências que podem ser generalizáveis que indicam que algo é injusto ou injustificável socialmente.

Como foi possível observar, nesta seção recorreremos aos argumentos de Honneth (2003; 2009) e de alguns pesquisadores brasileiros que se apropriam da noção de luta por reconhecimento para responder a algumas das críticas recebidas pelo filósofo alemão. Na sequência, apresentaremos diferentes críticas feitas à teoria do reconhecimento de Honneth referentes ao tratamento de questões que envolvem, direta e explicitamente, o racismo e sua prática que busca desumanizar sujeitos negros no contexto global.

1.3 Lacunas a partir de estudos com viés racial

Nesta seção iremos elencar críticas que são feitas em diferentes contextos, por autores e autoras que se apropriam da leitura da obra de Axel Honneth do ponto

¹⁶ No original, em inglês, “Of course, it is obvious that we cannot endorse every political revolt as such – that we cannot consider every demand for recognition as morally legitimate or acceptable. Instead, we generally only judge the objectives of such struggles positively when they point in the direction of social development that we can understand as approximating our ideas of a good or just society”. Tradução nossa.

de vista étnico-racial. É fundamental observar que neste capítulo, parte considerável das críticas da abordagem racial nas lutas por reconhecimento partiram do contato, experiência e histórias estadunidenses. Assumimos aqui parte dessas perspectivas, pois elas são válidas para contextos em que não houve reparação proporcional às opressões vividas no processo de escravização de pessoas negras e sua integração à sociedade, tal como ocorreu nos Estados Unidos da América e também no Brasil. Autores como Nick Bromell, Elvira Basevich, David Jenkins e Melvin Rogers entendem que a opressão racial faz parte de uma dimensão anterior às esferas do reconhecimento estabelecidas por Honneth, que está localizada em uma camada *a priori* do amor, direito e estima social. Essas críticas têm como ponto de partida a noção de humanidade que é pressuposta – em geral, vinda de autores que em sua maioria são homens, brancos e europeus – e se descortinam até a necessidade de construção de relações mútuas de respeito que dependem dos opressores. Agrupamos, então, as críticas à abordagem honnethiana em três pontos: I) a categoria de “humano”; II) o silenciamento de demandas de pessoas negras; e, III) a constituição da comunidade ética e reparação de injustiças.

1.3.1 A categoria “humano”

Em *A crítica da razão negra* (2014), o filósofo Achille Mbembe afirma que a divisão racial não alude apenas à dicotomia entre as diferentes etnias, mas sobretudo à hierarquização entre elas. Como realça Mbembe (2014, p. 110), o direito existia para os civilizados que, por sua vez, podiam subjugar, maltratar e explorar os tidos como não-civilizados. Nesta obra, o filósofo camaronês afirma que a escravidão negra é um dos pilares da modernidade e, como veremos adiante, pensadores brasileiros também atribuem um papel central ao processo de escravização. Para Jessé Souza (2017), a história do Brasil conta com registro de dois tipos de escravidão, respectivamente, uma de exploração física que deixa de ser exercida para dar lugar a outro tipo, uma escravidão moral que ainda persiste. Ao discorrer sobre a formação das classes trabalhadoras, o sociólogo menciona um contraponto da humanização em referência ao tratamento das pessoas negras no Brasil no contexto pós-abolição, se trata da animalização. Segundo Souza (2017, p. 77), “o negro torna-se vítima da violência mais covarde. Tendo sido animalizado como ‘tração muscular’ em serviços pesados é estigmatizado como trabalhador

manual desqualificado”. A animalização surge como antagonista do processo de se tornar humano. No contexto deste debate, Silvio de Almeida afirma na obra *Racismo estrutural* (2019) que as referências à “bestialidade”, dentre outras associações com animais, é uma prática comum do racismo e do processo de desumanização.

Tal como podemos constatar no artigo “*That Third and Darker Thought*”: *African-American Challenges to the Political Theories of Jacques Rancière and Axel Honneth* (2019), o estadunidense Nick Bromell chega a uma conclusão similar diante da comparação feita com os sistemas escravocratas que existiram na Grécia, Roma e Egito em relação ao processo de escravidão negra. Uma das características do processo de escravização de pessoas negras é que além da exploração da mão de obra escrava, a qualidade de humanidade lhes era negada. Na opressão racial, portanto, não está em jogo apenas a dominação negra, mas processos de vergonha e humilhação intrínsecos à subjugação dessas pessoas. Diante disso, podemos indagar: qual é a especificidade da opressão que é perpassada pela ideia de raça? A pergunta é feita por Bromell (2019, p. 267) e a diferença, ele mesmo responde, é que:

O racismo antinegro ataca toda a personalidade humana dos negros; de fato, baseia-se na afirmação da inferioridade negra inata. Consequentemente, pensadores negros e ativistas em resistência ao racismo branco muitas vezes se encontram na posição absurda de ter que argumentar primeiro que são pessoas [...] Eles têm que afirmar sua personalidade humana plena e igual.¹⁷

No artigo ao qual nos referimos, Bromell discute as críticas raciais feitas por autores afro-americanos a Honneth e Rancière. Uma dessas críticas é que como pensadores brancos e homens, os teóricos compartilham uma condição comum que é não ser demarcado pela diferença racial. Nas palavras de Bromell (2019, p. 267), ambos os filósofos têm “o privilégio de desconhecer como é o funcionamento da raça e de ser relativamente seguro na expectativa de que todos os outros reconhecerão como pessoas completas e iguais”¹⁸. Seja pela negligência ou pela indiferença com que os autores se colocam na categoria única de universais e a

¹⁷ No original, em inglês: “anti-black racism attacks the full human personhood of blacks; indeed, it is founded upon the assertion of innate black inferiority. Consequently, black thinkers and activists in resistance to white racism very often find themselves in the absurd position of having to argue first that they are person [...] They have to assert their full and equal human personhood”. Tradução nossa.

¹⁸ No original, em inglês: “[...] of the workings of race, and of being unable to assume that all others will recognize their full and equal personhood”. Tradução nossa.

partir das especificidades das sociedades europeias, a raça é um ponto chave ignorado em ambas as teorias. Em relação à proposta da abordagem de lutas por reconhecimento de Honneth, Bromell (2019) salienta que a primeira reivindicação em uma perspectiva antirracista é a de que os negros pertencem à categoria de ser humano. O autor destaca que se na luta por reconhecimento honnethiana a humanidade é um pressuposto, quando as pessoas negras demandam respeito entre os não-negros, a própria noção de humanidade precede a luta.

Aqui é pertinente pontuar ainda que esse processo é intrinsecamente parte do racismo, uma vez a desumanização do sujeito negro e a recusa em entendê-lo como ser humano. Em sentido preciso, ainda que as lutas das pessoas negras para serem reconhecidas exista, elas não encontram interlocução justamente porque os negros sequer são considerados humanos. Bromell (2019, p. 267) argumenta que a maioria dos pensadores negros têm formas distintas de serem racialmente marcados como diferentes, e constantemente lembrados disso, enquanto são “incapazes de assumir que todos os outros reconhecerão sua personalidade como plena e igual”¹⁹. O que se explica porque o “eu negro” está situado dentro de um contexto sócio-histórico de valores e desrespeitos que afetam sua compreensão do mundo e dos outros e até a sua autocompreensão (*ibid*, p. 270). Autocompreensão essa que é herança de um passado que não apenas segregou negros de brancos, mas também, como defende Bromell, se empenhou em humilhar e rebaixar o valor fundamental dos negros como humanos.

1.3.2 Silenciamento de demandas de pessoas negras

Em sociedades racistas, as demandas por reconhecimento não são facilmente feitas e, frequentemente, são ignoradas. De acordo com a leitura de Elvira Basevich (2019), Honneth negligencia o impacto da segregação racial, em específico na realidade estadunidense. Conforme observa a autora, os teóricos voltados para a noção de desenvolvimento democrático em sociedades “imperfeitas”, tal como Honneth, “não conseguem captar a expressão (e o colapso) da alfabetização democrática em contextos de exclusão racial” (BASEVICH, 2019, p. 22). Já Bromell (2019, p. 273), por sua vez, defende que as demandas por

¹⁹ No original, em inglês: “[...] They are unable to capture the expression (and breakdown) of democratic literacy in the context of racist exclusion”. Tradução nossa.

reconhecimento “dependem menos de os negros afirmarem seu ‘valor’ – o que eles têm feito há séculos” – do que de os brancos admitirem os privilégios de “suas próprias superioridades pressupostas”²⁰. No argumento do ensaísta estadunidense negro James Baldwin, o qual fora retomado por Bromell (2019), são os brancos que precisam do racismo. É em Baldwin que reside a defesa em “devolver o problema”: ao invés de apelar aos brancos ou lutar por seu reconhecimento, ele localiza o problema na psique branca²¹ (BROMELL, 2019). Na leitura que Laura Guimarães Corrêa et al. (2018) faz de Grada Kilomba, a autora questiona sobre o que acontece quando os sujeitos subalternizados falam e nomeiam a violência que é constituidora de suas interações. A resposta é o pronto silenciamento:

O corpo negro que fala, nomeia e constrói conhecimento é visto pela branquitude como fora de seu lugar e, por isso, passível de questionamento e silenciamento automático – sem que seus argumentos e suas epistemologias sejam devidamente apreciadas e consideradas racionalmente, sob o risco de desnaturalizar o poder e os privilégios dos supostos proprietários desses espaços (CORRÊA et al, 2018, p. 155).

O autor estadunidense David Jenkins também recorre a James Baldwin ao articular o pensamento do ensaísta com a noção honnethiana de reconhecimento. Jenkins (2019, p. 104) afirma que para o exercício do reconhecimento, é necessário que a sociedade como um todo olhe para o passado, confronte a História e nessa confrontação entenda o que une todos enquanto povo; e, pelo “confronto com a realidade da nação e de seus crimes”²², alcance algum estabelecimento ético. No artigo *James Baldwin and Recognition* (2019), Jenkins aponta que um dos perigos reais da falta de reconhecimento são repetições falhas de forma permanente e histórica, o que pode ocasionar danos graves. Como bem explicitou, são pessoas que buscam pela afirmação de sua identidade e/ou valor e isso lhe é negado, o que acontece não apenas uma vez, mas de maneira contínua e sistemática. A partir da leitura de Baldwin, Jenkins (2019, p. 88) ressalta que o reconhecimento não existe

²⁰ No original, em inglês: “That change depends less on blacks asserting their ‘value’ – which they have done for centuries – than on whites foregoing their investment in their own presupposed superiority”. Tradução nossa.

²¹ Referência que Bromell faz à entrevista de Baldwin de 1963, em que ele diz: “Now here in this country we’ve got something called a nigger. [...] I didn’t invent him. White people invented him. [...] I’ve always known that. I’m not a nigger. But if I am not the nigger, and if it’s true that your invention reveals you, then who is the nigger?”. Tradução nossa.

²² No original, em inglês: “There also emerges from his assessment a broad prescription about what Americans, white and black, must manage to do in order to confront the reality of the nation – and its crimes – and arrive, finally, at some kind of appropriately ethical settlement”. Tradução nossa.

sem o exercício de elaborar os efeitos de uma injustiça constitutiva e que, sem isso, “não se pode esperar obter mudanças significativas”²³. Para gerar um acordo ético mais legítimo, Jenkins utiliza as Comissões de Verdade e de Reconciliação – no inglês, *Truth and Reconciliation Comissions* – como uma ilustração de um mecanismo institucional que confronta um contexto marcadamente racista. A longo prazo, entretanto, essas ações de reflexão não poderiam ser pontuais, de tal maneira que, como afirma Jenkins (2019, p. 104)

Isso incluiria reflexões, por mais dolorosas que fossem, sobre os danos causados nas partes mais privadas e íntimas da vida americana, tanto em negros quanto em brancos. É apenas na profundidade implícita por esse tipo de interrogatório que os brancos, como o ‘inventor do *nigger*’, como um povo essencialmente necessitado de tal figura, podem participar dessa luta. Ao fazer isso, eles podem se libertar de uma ‘inocência’ que Baldwin acredita ser sinônimo de covardia. Até que essa pergunta seja feita e a realidade que ela cobre seja enfrentada, a situação não pode mudar fundamentalmente.²⁴

Para o intelectual brasileiro Silvio Almeida (2019), a transformação social depende mais do que de denúncias e repúdio, ela depende de uma mudança de atitudes e o estabelecimento de práticas antirracistas. Só há avanço e ampliação das relações mútuas de reconhecimento, nas relações que as pessoas estabelecem entre si a partir da apreensão do que é considerado desrespeito.

1.3.3 Constituição da comunidade ética e reparação de injustiças

Além da crítica da categoria de humano como universal e do silenciamento prévio de demandas, um conjunto de autores aponta uma terceira lacuna na relação entre o reconhecimento honnethiano e as relações raciais. Melvin Rogers (2009), leitor de Frantz Fanon e dos teóricos pragmatistas, é autor do artigo *Rereading Honneth: Exodus politics and the paradox of recognition* (2009), um dos textos mais

²³ No original, em inglês: “A politics of recognition that does not first work out the effects of that constitutive injustice, that does not perform the work of “underlaboring” attending to the functions performed by misrecognition, cannot hope to achieve meaningful change”. Tradução nossa.

²⁴ No original, em inglês: “These would include reflections, painfully deep as they might be, on the damages wrought within the most private and intimate parts of American lives, both black and white. It is only at the depth implied by this kind of interrogation that white people, as the ‘inventor of the nigger,’ as a people essentially in need of such a figure, can themselves participate in that struggle. In so doing, they can free themselves from an ‘innocence’ Baldwin believed to be synonymous with cowardice. Until this question is asked and the reality it covers is faced, the situation cannot fundamentally change”. Tradução nossa.

citados a respeito das críticas ao reconhecimento honnethiano²⁵ e a relação racial. O autor se opõe aos críticos de Honneth que focaram principalmente na relação com as injustiças distributivas. Na concepção de Rogers (2009, p. 186), o reconhecimento, na prática, não é cego às disparidades econômicas e como elas refletem uma insensibilidade mais profunda e discriminatória baseada em raça, gênero e etnia. Por outro lado, o autor afirma que, de acordo com a produção de Honneth, há um paradoxo do reconhecimento na medida em que o desenvolvimento da autoestima dependeria de uma comunidade que promove sistematicamente a ofensa e o desrespeito em direção às pessoas e/ou grupos que reivindicam o reconhecimento. Rogers (2009, p. 185) realça que “[...] nosso desenvolvimento e estabilidade moral e psicológica passam a depender muito daquelas mesmas instituições e indivíduos que são fonte de insulto e injúria”. Nesse sentido, a perspectiva de Honneth viabiliza a reivindicação de reconhecimento, por comunidades historicamente marginalizadas, justamente na direção daqueles que são tanto a fonte quanto os promotores da exclusão e de danos históricos.

Uma das interrogações para a qual Melvin Rogers (2009) não encontra resposta na obra de Honneth é a seguinte: como os grupos, geralmente marginalizados, que demandam reconhecimento adquirem força psicológica sobre si mesmos? Para o autor, falta na teoria honnethiana uma abordagem que inclua as formas de senso externo de autorrespeito e autoestima, que não dependa de seus opressores. Rogers (2009, p. 184) afirma que quando Honneth centra a ideia de autonomia moral no reconhecimento, ele obscurece as alternativas que indivíduos e grupos criaram, historicamente, para sustentar suas integridades e afirmar uma autocompreensão. Uma das alternativas mencionada por Rogers é a leitura da realidade que comunidades cristãs negras faziam a partir do Cristianismo no contexto estadunidense. O ponto essencial é perceber que a religião da comunidade negra serviu como “armadura existencial” para o desenvolvimento e a afirmação da integridade e autonomia das pessoas negras.

A religião também aparece na crítica feita por Elvira Basevich no artigo *W.E.B. Du Bois's Critique of American Democracy during the Jim Crow Era: On the Limitations of Rawls and Honneth* (2019). Ao listar as contribuições do teórico negro W. E. B. Du Bois para a filosofia política moderna, a autora aponta para uma das

²⁵ Cf. ROGERS, Melvin Lee. Rereading Honneth: Exodus politics and the paradox of recognition. *European Journal of Political Theory*, v. 8, n. 2, 2009, p. 183-206.

instituições que os filósofos desconsideraram: *the black church*. Basevich insiste, então, no papel da *igreja negra* e seu impacto na agência democrática de afro-americanos (e não-negros), como um desses espaços. Para Du Bois, a igreja negra funcionava como um tipo de governo, e tinha o papel de reconhecer e atualizar a igualdade moral de afro-americanos. Como endossa Basevich (2019, p. 14), a igreja assume assim um papel de “contrapúblico” no “combate à desigualdade racial e alcance de reivindicações de justiça”, e também nos interesses de comunidades segregadas, já que o governo comumente não reconhecia os direitos desse grupo. Basevich salienta que além de função cívica, a igreja também teve uma função espiritual diferente da igreja branca. Ademais, cita que Du Bois integra uma tradição “afro-moderna” de pensamento político, na qual ela inclui Baldwin, “que condena a hipocrisia de cristão brancos que rezam a Deus e à escravidão na mesma prece”²⁶ (BASEVICH, 2019, p.20).

Reflexões como as que foram feitas por Rogers (2009) e Basevich (2019), apontam para a impossibilidade de o reconhecimento contemplar a luta social de grupos subalternizados, uma vez que os deixa vulneráveis diante da interdependência de relações mútuas de respeito com seus próprios opressores. Nesse sentido, os autores enfatizam a relevância da religiosidade nas comunidades negras estadunidenses e seu papel na criação de autorreferências positivas dessas pessoas que não passam pelos termos de Honneth. Autorreferências que, como defendem os autores, também não podem ser mensuradas pelo filósofo alemão, já que os impactos da segregação racial nos costumes civilizatórios não tiveram lugar na sua teoria. A religiosidade seria, então, uma das alternativas para adquirir incentivos de autoestima para uma pessoa e/ou um grupo.

Cabe enfatizar, no entanto, que a constituição da população brasileira e de suas questões raciais diverge do cenário estadunidense, conforme apresentado acima. Silvio de Almeida (2019) explica que enquanto em países como os Estados Unidos e a África do Sul, a segregação das comunidades negras era juridicamente autorizada – por meio da Lei Jim Crow e do *apartheid*, respectivamente –, no Brasil, nunca se estabeleceram conflitos diretos baseados na raça. Tal como podemos ver na obra *Racismo estrutural* (2019), a noção de que todas as “três raças” conviveriam de forma harmoniosa no solo brasileiro, de que essa miscigenação seria uma das

²⁶ No original, em inglês: “that condemns the hypocrisy of white Christians who praise God and slavery in the same breath”. Tradução nossa.

“características básicas da identidade nacional” torna o racismo brasileiro um esquema complexo de dominação, que se adapta às circunstâncias históricas daquele período, e ainda perdura. Já Basevich (2019, p. 17), conclui seu artigo com um argumento de Du Bois de que o desafio dessas políticas democráticas é se “a branquitude está preparada para rejeitar os privilégios arbitrários da divisão racial, reconhecer a igualdade moral negra e compartilhar recursos” que outrora foram razão de violência e subjugação de pessoas não-brancas. Em conclusão similar e evocando Baldwin, Jenkins (2019) afirma que é preciso que a branquitude entenda quais foram os danos causados pela ausência de reconhecimento. Não existirá, de fato, esperança de uma verdadeira e profunda mudança nesse quadro sem o enfrentamento e o desvelamento desses danos.

1.4 Ponderações sobre as lutas por reconhecimento em Honneth

Apesar das críticas direcionadas à obra de Honneth, há muitos artigos e pesquisadores que trabalham com a teoria do reconhecimento honnethiana no Brasil. Segundo a leitura crítica de Mendonça (2012), a teoria honnethiana tem contribuições em contextos democráticos e alguns deles são: I) a concepção alargada de política, II) a constatação da opressão, III) a quebra da dicotomia entre público e privado, IV) o rompimento com uma visão homogeneizadora de igualdade e V) a quebra do dualismo entre indivíduo e comunidade. São pontos que aparecem em outras teorias de justiça, mas, de acordo com o autor brasileiro, apenas em Honneth há a articulação crítica dessas nuances. Uma vez que o desrespeito é entendido como opressivo porque produz e reproduz hierarquias que depreciam pessoas e grupos em suas singularidades. Assim, as identidades são entendidas como questões políticas e, por isso, sociais.

Depois de termos recuperado três agrupamentos de críticas à Honneth, é preciso reiterar que sua teoria ainda contempla aspectos que dialogam com nosso objeto. Aspectos tais como a articulação da dimensão individual e social, que nos é cara; a constatação de que a luta por reconhecimento é um processo contínuo e sem fim definitivo mediado pela linguagem, portanto, comunicacional; a ampliação de relações de reconhecimento; a possibilidade do protagonismo de histórias de vida e da construção de uma demanda por meio da criação de uma semântica coletiva e de sentidos compartilhados, o que, aliás, é um dos maiores pontos de contato entre

o reconhecimento e o campo da Comunicação. É justamente isso que torna o reconhecimento uma questão política: sua reverberação social para além de uma construção meramente psíquica e atomizada. Por essa razão, estudos sobre coletivos e movimentos sociais têm lançado mão de análises que levam em conta a tipologia estabelecida por Honneth ao analisar danos e desrespeitos em determinadas relações, em nosso caso, o enfoque é nas relações raciais.

É importante salientar que o processo de compartilhamento de sentido da luta por reconhecimento, quando ela é generalizada e exposta, pode levar outras pessoas a se identificarem como alvo de desrespeitos e de danos, que agora podem nomear. A percepção do dano não é súbita, menos ainda o engajamento dos indivíduos pela reivindicação de relações recíprocas mais justas. Assim como Jenkins (2019), defendemos que as lutas por reconhecimento também têm o papel de iniciar o desvelamento e a confrontação que as opressões disfarçam. São os casos em que muitos não se compreendem como vítimas de racismo e que a partir do compartilhamento de experiências do outro, passam a enxergar essas experiências opressoras em suas vivências e a reagirem contra elas. Por outro lado, nos filiamos à perspectiva de Bromell (2019), segundo a qual as críticas que centralizam a opressão racial na teoria do reconhecimento honnethiana podem apontar para novas possibilidades dessas abordagens e de seus debates. Além do que, essas críticas podem sinalizar para novos horizontes teóricos que hoje se mostram insuficientes para apontar os problemas raciais dentro de seus próprios contextos, como é o caso da Europa. Bromell desaconselha a aplicação de teorias políticas de justiça, tal como a de Honneth, sobre o pensamento negro e a experiência de grupos subalternizados, sem fazê-lo dialogar com autores que centralizam essas opressões em sua produção de conhecimento.

Ainda que a obra de Honneth receba muitas críticas, optamos por seguir com a adoção da perspectiva honnethiana das lutas por reconhecimento. Cabe realçar e insistir, no entanto, que compreendemos a necessidade de nos valermos de autores que defendem que a reivindicação por condições de dignidade não deve só ser feita, mas também ser ouvida e respeitada. As lutas por reconhecimento se configuram, dessa maneira, mais como um modo de ver as demandas por valorização das diferenças do que como um mero modelo de replicação de demandas conflitivas de sujeitos e coletivos negros. Ao invés de apenas operacionalizar as esferas em uma análise que replica valores considerados como universais, o desafio no

entendimento das lutas por reconhecimento de pessoas e coletivos negros é propiciar a reflexão de que a reivindicação desses sujeitos como seres humanos, em sociedades racistas, é centralizar um dos grandes conflitos da modernidade (ALMEIDA, 2019). Esse esforço, porém, não implica que a noção de lutas por reconhecimento não possa ser mobilizada em nosso percurso investigativo.

Defendemos aqui que mais do que um exercício de apelar para a “solidariedade” do opressor, a luta por reconhecimento exige o desvelamento de estruturas de opressão para avançar. Na questão racial negra, o reconhecimento passa diretamente pela admissão da branquitude como opressora. A branquitude, conforme aponta Maria Aparecida Silva Bento (2002, p. 6), é entendida como a racialidade branca. Um espaço de “privilegio racial, econômico e político”, em que sem ser nomeada como tal, a racialidade atua “na preservação de hierarquias raciais” fundada em dois movimentos, isto é, na omissão frente ao racismo e na ação com vistas a “manter situações de privilégio” por meio de práticas discriminatórias sistemáticas.

É preciso que se admitam posturas que perpetuam opressões e silenciamentos, para que só então haja a consideração das pessoas negras como parte da humanidade. Assim, se abrem possibilidades de pavimentar caminhos para uma luta por reconhecimento mais efetiva e com menos chances de retrocessos e de interrupções. Uma luta por reconhecimento que integre um processo contínuo – e socialmente legitimado – de reivindicação e ampliação das relações de respeito entre essas pessoas. Nossa aposta é de que, especificamente no contexto brasileiro, a crítica da questão racial negra é exequível dentro da teoria do reconhecimento. O que se justifica, na medida em que considerarmos as estruturas de opressão e a conformação do racismo brasileiro. Por esse prisma interpretativo, iremos elucidar como ocorre a constituição da categoria de “humano” e os processos de autodefinição; e, por fim, nossa pretensão é articular a questão do silenciamento com as lutas por reconhecimento.

Em síntese, é notório que a teoria do reconhecimento de Axel Honneth é o ponto de partida para as reflexões a serem desenvolvidas nesta dissertação. As lacunas que apontamos em outro momento remetem a aspectos significativos que o filósofo alemão não abordou em *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais* (2009), além das especificidades da discussão racial no Brasil e no mundo. Nossas reflexões, portanto, objetivam evidenciar e sublinhar tais elementos,

o que será feito à luz das leituras de autores negros e de autoras negras. Como pretendemos demonstrar no capítulo seguinte, esse resgate teórico é substancial a fim de compreendermos os desafios e as possíveis alternativas que possam cooperar com a não-invisibilização de demandas de grupos historicamente subjugados.

2. RAÇA, VOZ E SILENCIAMENTO

*“Na verdade, a mão escrava
Passava a vida limpando
O que o branco sujava, é
Imagina só
O que o branco sujava, é
Imagina só
Eta, branco sujão”*
(Gilberto Gil, em *A mão da limpeza*)

Neste capítulo, iremos nos debruçar sobre a conformação da opressão racial brasileira em uma breve contextualização social e histórica. Além disso, daremos continuidade à discussão acerca das dinâmicas agonísticas entre as demandas raciais de lutas por reconhecimento e os processos de silenciamento. Assim, este capítulo visa resgatar o entendimento sobre raça e racismo no contexto brasileiro, bem como articular a questão do silenciamento a outros momentos históricos das demandas raciais por reconhecimento no Brasil. Cabe reforçar que em nossas análises assumimos a noção relacional e socialmente construída do termo “raça”.

Com a finalidade de guiar nossa discussão, as seções foram organizadas de acordo com as considerações feitas no capítulo anterior, dessa maneira, a primeira seção consiste na apresentação do racismo brasileiro como opressão estrutural. Em um segundo momento, discutimos a reivindicação de humanidade plena das pessoas negras e os processos de autodefinição, dentre eles, a relação com o cabelo. A partir dos sentimentos morais e das experiências contínuas de desrespeito, as pessoas negras desenvolvem processos de autodefinição. Como veremos, autodefinição é um conceito formulado por Patricia Hill Collins e implica a resistência aos processos opressivos que têm fixado e conformado a imagem das mulheres negras ao longo do tempo. Por fim, em um terceiro momento iremos abordar o silenciamento em confronto com as lutas por reconhecimento. Para tanto, elucidaremos o conceito de voz como processo e as dinâmicas entre novos espaços para a fala e a reivindicação, ao passo que há também o refinamento das estratégias de silenciamento que visam manter a hierarquização racial posta.

2.1 Racismo à brasileira: opressão estrutural

Conforme expomos no capítulo anterior, o racismo integra uma visão global de colonialismo e desumanização da pessoa negra. Almeida (2019) defende que o racismo é um elemento estruturante da organização social em dimensões econômicas e políticas: consiste em uma manifestação normalizada nos diferentes âmbitos de uma sociedade, inclusive no familiar, e não em um fenômeno patológico e/ou de desarranjo. O autor faz questão de não utilizar o termo “preconceito” no lugar de racismo e justifica essa atitude teórica enfatizando que chamar de preconceito a opressão que é estrutural e normalizada na vida social, é atribuir a ela um sentido psicologizante e individualista. Nesta seção, iremos analisar o contexto sócio-histórico brasileiro no qual o termo “raça” está inserido, atentando sobretudo para as suas especificidades.

No Brasil, essa opressão tem origem entre os anos 1535 e 1888, mais precisamente no processo de escravização de pessoas oriundas do continente africano. As práticas usadas para validar o sistema escravocrata da época, incluíam o apagamento da humanidade das pessoas negras, por meio do estímulo à crença na inferioridade desse grupo. Valia-se, então, do racismo “científico” como forma de legitimação, inspirado em teses eugenistas, na qual a “mistura racial cumpriria uma função degenerativa na formação do povo brasileiro” (MENDONÇA; PORTO, 2017, p. 159). Conforme salienta Maria Augusta Bolsanello (1996, p. 158, grifo nosso), os intelectuais da época partiam do princípio de que

[...] se o brasileiro não tinha conseguido promover o desenvolvimento adequado do país, por ter-se tornado preguiçoso [...] e pouco inteligente devido ao calor e à mistura com raças inferiores, era necessário pelo menos resolver o problema racial, uma vez que contra o clima nada poderia ser feito. Assim, os intelectuais elevaram a miscigenação do povo brasileiro a um princípio de arianização, a um ideal de democracia social, atribuindo um valor ao grau de embranquecimento da pele. Desta forma, o branco era superior ao mestiço e este, por sua vez, ao negro ou índio [...] Estavam lançadas as bases *científicas* do preconceito racial e a legitimação das desigualdades sociais em nome da democracia.

A abolição do regime escravocrata em 1888 não foi suficiente para enfraquecer essa visão. No artigo *Política de reconhecimento, raça e democracia no Brasil* (2013, p. 49), Leonardo Avritzer e Lilian Gomes destacam que mesmo tendo obtido a condição de livres, “não apenas não ocorre uma mudança nas condições

materiais da recém-população livre, como os negros continuaram a vivenciar a experiência da violência do racismo”. No início do século XX, em contraste com autores que se embasaram em pilares do racismo científico, surge uma nova perspectiva para a formação do Brasil. Se trata de uma perspectiva que defende que o hibridismo das famílias brasileiras, nas esferas privadas, enfraqueceria o racismo e levaria à condição de harmonia entre as três raças (AVRITZER; GOMES, 2013). Em 1933, o sociólogo Gilberto Freyre publica o livro *Casa-Grande & Senzala* e como podemos observar:

O livro oferecia um novo modelo para a sociedade multirracial brasileira, ao inverter o antigo pessimismo, dos anos 1870, e introduzir os estudos culturalistas de análise [...] O “cadinho das raças” aparecia como uma versão otimista do mito das três raças, que seria por aqui mais evidente do que em qualquer outro lugar. [...] Era o cruzamento de raças que passava a singularizar a nação, nesse processo que fazia que miscigenação surgisse como sinônimo de tolerância e hábitos sexuais da intimidade se transformassem em modelos de sociabilidade (SCHWARCZ, p. 6 *apud* FERNANDES, 2013).

Ao propor um tom mais otimista para a coexistência das “três raças” no Brasil, Freyre teoriza que ao invés de motivo de ruína para o desenvolvimento brasileiro, esse misto era motivo de orgulho e assinalava a singularidade do país. É Freyre, posteriormente acompanhado por Sérgio Buarque de Holanda e Darcy Ribeiro, quem promove uma ruptura com cientistas sociais de aspirações eugenistas, segundo Ricardo Fabrino Mendonça e Natália Porto (2017). Os autores elencam algumas das críticas que foram e ainda são feitas à obra freyriana, as principais delas giram em torno da negligência dos confrontos e das experiências de violência física e simbólica às quais as pessoas negras e indígenas foram submetidas. Essas violências foram empregadas durante o processo de colonização, mas há também a negligência quanto a invisibilização de tensões e da permanência de conflitos raciais ao longo do desenvolvimento da sociedade brasileira.

Em meados da década de 1980, a intelectual brasileira Lélia Gonzalez – fundadora do Movimento Negro Unificado (MNU) – já denunciava a presença de estereótipos como a “mãe preta”, reforçado por Gilberto Freyre e outros autores com estudos sociológicos que defendiam o convívio harmonioso entre os grupos raciais. A crítica aqui reside no aprisionamento de imagens e na descaracterização do passado promovida por essa ideologia. Como afirma Gonzalez (1984, p. 235), o endosso ao mito da democracia racial possibilitou representações como o do “amor

da senzala” para explicar o desenvolvimento da sociedade brasileira. Uma concepção romantizada que ameniza a posse da escravização, no caso, das mulheres negras subalternizadas à condição de objeto e sexualmente exploradas pelos senhores; além do que, essa concepção corrobora para a inferiorização das pessoas negras.

É digno de nota que o cientista social paulista Florestan Fernandes, aparece como um dos primeiros intelectuais a se colocar como crítico da noção de igualdade e democracia racial tal como apresentadas por Freyre. Com participação na iniciativa de pesquisas sobre as relações raciais patrocinadas pela UNESCO no início da década de 1950, Florestan Fernandes desenvolveu diferentes estudos sobre a história econômica das pessoas negras de São Paulo e o impacto do “fim da ordem social escravocrata na cidade” (MAIO, 2014)²⁷. Na discussão de Avritzer e Gomes (2013), é Florestan Fernandes que retira a resolução da questão racial do domínio privado, afetivo e das relações do “misto” de raças, direcionando-a para a dimensão pública, das necessidades de ações para o enfrentamento das desigualdades raciais, sobretudo, na dimensão econômica. Segundo a avaliação dos autores, é o sociólogo paulista que abre caminho para uma nova abordagem sociológica da questão racial no Brasil.

O discurso da democracia racial, portanto, eclipsa o racismo brasileiro, justificando-o como inexistente, de acordo com Ângela Figueiredo (2015), por duas razões principais: o grande número de mestiços e a ausência de segregação racial institucionalizada. O mito da democracia racial foi e tem sido usado para o apaziguamento de conflitos raciais pela branquitude. Enquanto se omite diante dos dados e não enfrenta a persistência da desigualdade racial, a branquitude mantém suas práticas discriminatórias e sua situação de privilégio (BENTO, 2002). Como no estado de *neurose cultural brasileira* identificado por Lélia Gonzalez (1984, p. 232), “sabemos que o neurótico constrói modos de ocultamento do sintoma porque isso lhe traz certos benefícios. Essa construção o liberta da angústia de se defrontar com o recalçamento”.

²⁷ Além de concluir que as posições sociais de brancos, negros e pardos não foram alteradas de forma significativa, Florestan Fernandes analisou os aspectos da manutenção de pessoas negras nas atividades menos remuneradas, como isso serviu à “integridade social da camada senhorial branca” ao mesmo tempo em que favorecia a persistência de estereótipos com base na cor (MAIO, 2014, p. 17).

O filósofo brasileiro Silvio Almeida (2019) afirma que a substituição da ideologia do racismo científico pela ideologia de democracia racial promoveu o apagamento de conflitos baseados na raça, a exemplo de tensões como a segregação estadunidense e o *apartheid* sul-africano, mencionados no capítulo anterior. O autor argumenta, porém, que essa mudança ideológica se configura apenas como uma sofisticação e reorganização de “estratégias de dominação” na ordem política, econômica e racial no país. Há silêncio sobre a questão racial pela crença de que a discussão sobre raça no Brasil poderia criar conflitos antes inexistentes. Já o sociólogo Carlos Hasenbalg (1982, p. 98) pondera que a desigualdade racial não é “um simples legado do passado; ele é perpetuado pela estrutura desigual de oportunidades sociais a que brancos e negros estão expostos no presente”. As pessoas negras têm suas chances de mobilidade social reduzidas e maiores dificuldades para manter posições já alcançadas. Ainda que seja uma questão econômica, as consequências não se restringem a essa dimensão. Hasenbalg aponta que essa ruptura não se dará, portanto, exclusivamente por meio da redistribuição econômica. Do ponto de vista interseccional, que privilegia as mulheres negras por suas posições no centro do cruzamento de opressões (raça, gênero, classe, etc), as origens dessas desigualdades não se fundamentam mais na esfera econômica do que no âmbito simbólico, das representações (MARQUES; FREITAS, 2018).

O estabelecimento de novas formas de desigualdade racial não é feito sem resistência. Se no campo teórico, estudiosos levantavam suas vozes nas ciências sociais para explicitar os impactos do racismo brasileiro, a percepção de injustiça dos próprios grupos subalternizados e oposição às estratégias de silenciamento, por sua vez, estão presentes ao longo da história da existência negra no Brasil. No século XX, há a consolidação de coletivos negros brasileiros, em uma confluência de esforços que perduravam desde o período escravocrata. Gonzalez (1982) conta que o período após a abolição proporcionou a criação de entidades por grupos de pessoas negras de caráter diverso. Tais associações, todavia, não eram livres de constrangimento e “de controle por parte das ‘autoridades’”. Podemos ressaltar, por exemplo, a criminalização da capoeira que permaneceu até o ano de 1937. Com a prática enquadrada como crime, era possível evitar a reunião de pessoas negras e descendentes de africanos escravizados, o que serviu de estratégia para o

silenciamento dessa expressão cultural afro-brasileira e para a estigmatização da capoeira ainda hoje²⁸.

Lélia Gonzalez destaca o primeiro grande movimento pós-abolição, a Frente Negra Brasileira (FNB), que surgiu na década de 1930 em São Paulo. Foi precedida do trabalho de uma imprensa negra militante e estava no contexto urbano, na qual “o negro da cidade que, mais exposto às pressões do sistema dominante” (GONZALEZ, 1982, p. 23), pôde aprofundar sua consciência racial. Após o período do Estado Novo (1937-1945), se destacam as associações de resistência cultural. No Rio de Janeiro foi criado o Teatro Experimental do Negro, por Abdias do Nascimento, considerado por Lélia Gonzalez como uma das entidades que agora tratavam da implantação das demandas da comunidade negra da época, por meio de uma produção cultural politizada. Gonzalez também resgata o espaço da poesia como forma de expressão, especialmente entre as elites negras, com papel de afirmação e denúncia de exploração. Mediante essa expressão cultural, havia o compartilhamento de questões e de experiências em virtude da construção de uma semântica coletiva (HONNETH, 2009).

O golpe de 1964, que resultou em uma ditadura militar que se estendeu por 21 anos, corroborou para a desarticulação das elites negras. Um dos marcos desse período é o autoexílio de Abdias do Nascimento. No início dos anos 1970, o teatro negro é retomado em São Paulo, há a mobilização para as comemorações do dia 13 de maio (dia que marca a data da abolição da escravatura) e de 20 de novembro (dia que até então marcava o nascimento do líder do quilombo dos Palmares, Zumbi²⁹). Lélia Gonzalez destaca o fenômeno novo que surgia no Rio de Janeiro, “efetuado pela massa de negros anônimos”: a comunidade jovem e negra deu sua resposta às estratégias de exclusão impostas, de fato, por meio do movimento *soul* conseguiu criar um espaço de interlocução entre a zona sul e a zona norte cariocas. Em suma, em resposta às tentativas de divisão e silenciamento, a juventude negra

²⁸ Sobre isso, ver: SANTOS, Sandro Rodrigues dos. *A vivência de relações construídas entre mestres e alunos de capoeira e o enfrentamento de preconceitos e estigmas*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, 2015.

²⁹ “Ficou estabelecido o 20 de novembro como o *Dia Nacional da Consciência Negra*. Nos anos seguintes, tínhamos os atos públicos, as passeatas e outras formas de manifestação, ocorrendo a nível nacional enquanto expressões de um assentimento: o da Comunidade Negra. Graças ao empenho do MNU, ampliando e aprofundando a proposta do Grupo Palmares [...]. E o treze de maio, cada vez mais, caracteriza-se como data oficial de órgãos governamentais, ou seja, como o papo de branco (o que é até coerente, pois, a chamada abolição resolveu os problemas das classes dominantes brancas e não o nosso)” (GONZALEZ, 1982, p. 57, destaques da autora).

da época teve êxito na criação de espaços de diálogo, trocas culturais, entretenimento, etc. No final dos anos 1970, há o fortalecimento e a criação efetiva do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, sob o regime militar, com a articulação de formas de organização pelo país, posteriormente fortalecidas por meio dos congressos realizados pelo Movimento Negro Unificado (MNU), que teve sua sigla simplificada.

Em junho de 1978, o MNU fez uma convocatória para ato público contra a discriminação racial. O texto de divulgação começava com a frase “Não podemos mais calar”³⁰, com a proposta de ser a voz levantada de indignação do povo negro por todas as mazelas e subjugações às quais as pessoas negras brasileiras estavam subordinadas. Foram essas forças, assim como a de organizações derivadas ou inspiradas pelo MNU, pelo Teatro Negro e as associações negras pioneiras, que fizeram e fazem pressão para a criação e implementação de leis e normas para incentivar a igualdade racial. Dentre elas, podemos destacar as mais recentes: a Lei 10.639/2003, que institui a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira; a Lei 12.288/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial; e, a Lei 12.711/2012, que determina a reserva de vagas para estudantes de baixa renda e/ou pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência no ensino superior público.

Embora o sistema escravocrata e racista tenha sido legitimado pela branquitude, ainda hoje favorecida por seus impactos e *status*, as consequências e a luta por relações sociais mais justas têm sido assumidas e enfrentadas pelas coletividades negras (GONZALEZ, 1984; FIGUEIREDO, 2015; ALMEIDA, 2019; BROMELL, 2019; GOMES, 2019; SILVA, 2020). No Brasil, de acordo com o IBGE (2010a), a divisão entre pretos e pardos – como maioria³¹ populacional –, brancos, amarelos e indígenas têm se modificado nos últimos anos. Dentre as hipóteses para explicar essa mudança, está o aumento da autodeclaração racial de pessoas pretas e pardas. O relatório da pesquisa enfatiza, no entanto, que “a situação de desigualdade entre os grupos raciais ainda subsiste” (IBGE, 2010b).

Neste resgate histórico, destacamos o importante papel desempenhado por coletivos e associações de pessoas negras que se fizeram presentes nas ruas em pleno período de repressão militar. Tal posicionamento evidencia que há bastante

³⁰ Carta do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial *apud* GONZALEZ, 1982, p. 42.

³¹ Por essa razão, nesse trabalho optamos por não utilizar o termo “minoría”.

tempo a percepção de injustiça vem permeando a vivência de parcela da população negra brasileira e, paulatinamente, um número cada vez maior de pessoas tem compartilhado essa percepção. As lutas desses movimentos, a saber, uma luta por reconhecimento, têm reivindicado a ampliação de relações de respeito que os incluam e, dessa forma, representam papel significativo no combate ao racismo e à opressão desde o período pós-abolição. Por fim, mas não menos importante, cabe ressaltar que Lélia Gonzalez foi uma das militantes que chamou a atenção para a opressão do racismo e também do sexismo³². Enquanto mulher negra, Lélia Gonzalez (1984, p. 225) defendeu a renovação das investigações em torno da figura das mulheres negras, “ao invés de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais”. Gonzalez (1984, p. 225) afirma que as mulheres negras têm sido faladas, “infantilizadas (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos)”, agora é a hora: “o lixo vai falar, e numa boa”, ela ironiza.

Esta seção se descortinou no sentido de apresentar a conformação do racismo no Brasil, as ideologias e os conflitos das relações raciais no país. Além do que, explicitamos as posições assumidas por coletivos e/ou grupos de pessoas negras para evidenciar que o processo de opressão não é desacompanhado de resistências.

2.2 Reivindicação de humanidade e a autodefinição

Em *Os usos da raiva: as mulheres negras reagem ao racismo*, a escritora estadunidense Audre Lorde descreve a experiência de crescimento das mulheres afro-americanas como permeada pela raiva. Nas palavras da escritora, “fazemos isso apesar de um mundo que toma como certa a nossa falta de humanidade, e um mundo que odeia o simples fato de existirmos quando não estamos a seu serviço” (LORDE, 2019 [1984], p. 140). Ainda na obra *Irmã outsider: ensaios e conferências* (2019), Lorde pondera que embora as mulheres negras lidem com a raiva, esse sentimento não subjuga tampouco desumaniza outros grupos, mas tem como

³² Aqui, também nos preocuparemos com a articulação de raça, gênero e classe. Hoje conhecido pelo conceito de interseccionalidade (CRENSHAW, 1990), essa noção entende que as combinações de opressão tornam as pessoas mais suscetíveis a experiências de desrespeito e subalternização.

finalidade a mudança. A dor, para Lorde (2019 [1984], p. 186), “deve ser reconhecida, nomeada e, então, usada de alguma forma para que a experiência mude, para que seja transformada em outra coisa, seja força, conhecimento ou ação”.

Nesse mesmo sentido, Honneth (2009) considera que são sentimentos morais como a vergonha e a raiva que servem de catalisadores para a instalação do conflito e as ações de grupos que reivindicam a ampliação das relações de respeito. Esses sentimentos são centrais nas lutas por reconhecimento não apenas por serem desrespeitosos, mas por ferirem a percepção positiva dessas pessoas sobre si mesmas (HONNETH, 2009). É a partir de experiências coletivas de desrespeito, que novas definições sobre os grupos subalternizados são produzidas. A feminista negra Patricia Hill Collins (2016, p. 102), por sua vez, é quem conceitua a autodefinição como uma força contra as imagens³³ estereotipadas fixadas no imaginário sobre as mulheres negras. Trata-se da substituição dessas imagens estereotipadas por imagens autênticas, em um movimento em que as mulheres negras definem tanto as imagens sobre si mesmas quanto da comunidade (COLLINS, 2016).

A insistência quanto à autodefinição das mulheres negras remodela o diálogo inteiro. Saímos de um diálogo que tenta determinar a precisão técnica de uma imagem para outro que ressalta a dinâmica do poder que fundamenta o próprio processo de definição em si. Feministas negras têm questionado não apenas o que tem sido dito sobre mulheres negras, mas também a credibilidade e as intenções que detêm o poder de definir. Quando mulheres negras definem a si próprias, claramente rejeitam a suposição irrefletida de que aqueles que estão em posições de se arrogarem a autoridade de descreverem e analisarem a realidade têm o direito de estarem nessas posições. Independentemente do conteúdo de fato das autodefinições de mulheres negras, o ato de insistir na autodefinição dessas mulheres valida o poder de mulheres negras enquanto sujeitos humanos (COLLINS, 2016, p. 103).

Percebemos então que, em relação às mulheres negras, a valorização do próprio ponto de vista e de si mesmas são, portanto, formas de resistência aos processos de desumanização. A autodefinição seria, aqui, um dos processos que faz parte das lutas por reconhecimento. Em *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment* (2000, p. 101), Collins menciona a família e a igreja como espaços seguros para a construção de autodefinições de mulheres negras, espaços esses em que as mulheres poderiam resistir à “ideologia

³³ Ver mais em BUENO, Winnie. *Imagens de Controle: um Conceito do Pensamento de Patricia Hill Collins*. Zouk Editora, 2020.

dominante”. A autora aponta para esses espaços não pensados enquanto um modo de vida, mas como um mecanismo desenhado para o agir livre e para a expressão individual, os quais poderiam implicar o desenvolvimento de pontos de vistas politizados. Todavia, conforme sublinha Collins, esses espaços enfrentam a possibilidade de serem estigmatizados como “essencialistas”.

Collins (2000) afirma que os espaços de autodefinição também fazem avançar o empoderamento das mulheres negras. Por empoderamento, Joice Berth (2019, p. 21) compreende o instrumento de emancipação política e social, cujo objetivo é conduzir “indivíduos e grupos por diversos estágios de autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento de si mesmo e de suas mais variadas habilidades”. Algo que nos parece interessante destacar é que não se trata de pensar o empoderamento a partir de um ponto de vista paternalista e assistencialista, mas, ao contrário, a partir de uma “consciência crítica da realidade aliada a uma prática transformadora”³⁴ (BERTH, 2019, p.38).

Em *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra* (2019), a educadora e antropóloga Nilma Lino Gomes defende que o racismo persiste em advogar para a existência de uma separação entre negros e brancos nos aspectos social, cultural e também biológico. Nesse sentido, são atribuídos sentidos negativos às diferenças culturais e estéticas do grupo dominado. No caso dos negros, em virtude da hierarquização racial, essas diferenças culturais e estéticas são entendidas como “marcas de inferioridade”. Como explicita Gomes (2019 [2006], p. 301),

Nesse processo, as cores “branca” e “preta” são tomadas como representantes de uma divisão fundamental do valor humano – “superioridade”/“inferioridade”. As diferenças em relação ao valor estético – “bonito”/“feio” – passam a ter um conteúdo político e ideológico.

A esse respeito, Rosane Borges (2012) argumenta que as representações midiáticas são ponto basilar para a superação da discriminação e do racismo, uma vez que as mídias contribuem para a cristalização do racismo. O papel desses “aprisionamentos de imagens” tem a ver com o modo como eles impactam “nas formas de conceber o outro, criando tradição que se enraíza nos nossos modos de

³⁴ Na literatura sobre a teoria do empoderamento, Berth (2019) menciona a influência do pensamento do educador brasileiro Paulo Freire (1921-1997), por sua Teoria da Conscientização dos anos 1960 sobre a prática de libertação para grupos oprimidos. Além do posicionamento freiriano de refutar o paternalismo na defesa de uma pedagogia crítica e pela educação como ato político.

avaliar, aceder, aprovar, reprovar códigos de conduta e formas de apresentação (estética e, às vezes, moral)” (BORGES, 2012, p. 184). Como indica a autora, a dimensão corpórea aparece para distinguir entre um “eu civilizado” e “o outro bárbaro”, diante disso podemos indagar: a quem precisamente essa inferiorização se dirige?

Ângela Figueiredo (2015, p. 165) afirma que enquanto os homens negros estão mais expostos à violência física, especialmente os jovens negros, as mulheres negras estão mais suscetíveis a outras violências. Exemplos dessas violências são o condicionamento da aparência no mercado de trabalho e também a questão das representações que desconsideram a beleza negra. Já Nilma Lino Gomes (2019) pondera que, além disso, há a promoção de uma “hierarquia estética” que é incorporada pelas próprias pessoas negras. Segundo a autora, essa “hierarquia estética” é incorporada desde tenra infância e afeta a **percepção positiva** – que na teoria honnethiana aparece na noção de autorrealização – dessas crianças sobre si mesmas. Se no espaço familiar, a criança negra, especialmente a menina negra, não se destaca, na escola se depara com as primeiras imposições de padrões, inclusive estéticos.

Em *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil* (1998), Eliane dos Santos Cavalleiro apreendeu a visão negativa que crianças de 4 a 6 anos apresentavam sobre sua própria cor. A autora observou como a escola, enquanto instituição se omite frente a isso por meio do estímulo a estereótipos, a ausência de representatividade e por se perceber como terreno sem reprodução de preconceitos. Quando uma criança recebe apelidos que associam seu cabelo à artificialidade, à aspereza e o consideram desagradável como uma esponja de aço, é acentuada a percepção de que seu cabelo é inferior. O espaço escolar se constitui, segundo a avaliação de Nilma Lino Gomes (2019, p. 224), como um espaço que proporciona as primeiras experiências públicas de rejeição do próprio corpo:

São nesses espaços que as oportunidades de comparação, a presença de outros padrões estéticos, estilos de vida e práticas culturais ganham destaque no cotidiano da criança e do/a adolescente negros, muitas vezes de maneira contrária àquela aprendida na família. Em alguns casos, é o cuidado da mãe, a maneira como a criança é vista no meio familiar que lhe possibilitam a construção de uma autorrepresentação positiva sobre o ser negro/a e a elaboração de alternativas particulares para lidar com o cabelo crespo.

Embora o cuidado com o cabelo não seja uma particularidade das pessoas negras brasileiras, aqui ele se dá de forma conflituosa, pois que “como qualquer processo identitário, ela [a identidade negra] se constrói no contato com o outro, no contraste com o outro, na negociação, na troca, no conflito e no diálogo” (GOMES, 2019, p.26). Em sua dissertação acerca da transição capilar e os discursos publicitários, Mayra Bernardes (2019) afirma que a infância é o lugar das primeiras rejeições relacionadas à aparência e do incentivo ao alisamento. Amparada em autoras nacionais e internacionais, Bernardes (2019, p. 53) argumenta que o uso do cabelo natural recebe dimensões sociais e políticas, sobretudo para as mulheres negras, uma vez que elas se encontram diametralmente opostas ao “ideal de beleza europeizado”. Mais do que um traço estético e de cuidado individual, em seu relato em primeira pessoa Bernardes defende a importância de pensar o cabelo como uma questão político-identitária para as mulheres negras. Questão essa que tem repercussão não apenas na esfera individual, mas na dimensão social, já que está diretamente relacionada à autoestima dessas mulheres.

O processo de se identificar como pessoa negra pelo cabelo é como que adentrar em um campo de tensões. A aparência de pessoas negras é historicamente desvalorizada e mesmo em espaços de representação como o midiático, ainda há o predomínio de pessoas brancas. Como enfatiza Gomes (2019), os movimentos negros das décadas passadas enfrentaram esses discursos negativos acerca do corpo negro, especificamente do cabelo negro, remetendo esses fenótipos como sendo naturais da estética original dos ancestrais africanos. Com o slogan “Negro é lindo”, os brasileiros pegam emprestado o *Black is beautiful*, mote que nasce de um movimento afro-americano de valorização da beleza negra em meados dos anos 1960. Assim, o cabelo crespo é tomado como símbolo de um processo identitário, de autodefinição e de empoderamento. Com efeito, o movimento de rejeição/aceitação do cabelo crespo e do corpo negro, aponta para a existência política desse grupo de pessoas. Como realça Gomes (2019, p. 314, grifo nosso), a beleza negra passa a se apresentar como “uma ideologia racial, gestada no interior da comunidade negra, na tentativa de devolver ao negro brasileiro, que vive o aqui e agora, o *status de humanidade* roubado desde os tempos da escravidão”. Note-se, de passagem, que essas reivindicações têm encontrado cada vez mais espaço para colocarem em xeque esses padrões.

A autodefinição e a rejeição de padrões que desvalorizam pessoas negras se alinham à noção de autorrealização formulada por Honneth (2009), à qual designa o processo de reconhecimento sobre si próprio e nas relações sociais. A autorrelação dos sujeitos se dá na construção intersubjetiva, ou seja, na relação que uma pessoa estabelece com si mesma e com as demais. Em Collins (2000), a autorrealização passa por esses espaços seguros, os quais não são entendidos como um modo de vida, mas como espaços de fortalecimento e possível politização da experiência da pessoa negra. Neste ponto, soa razoável retomar a crítica feita por autores da ciência política, a exemplo de Nancy Fraser, ao essencialismo identitário de grupos específicos. A crítica se constrói no sentido de afirmar que a finalidade das lutas por reconhecimento não poderia ser por uma identidade fixa. Para Fraser (2003), o uso da valorização exclusiva da identidade/características de um grupo poderia levar ao essencialismo de identidades na luta por reconhecimento, conduzindo à impossibilidade do reconhecimento de pessoas externas, ao sectarismo e, posteriormente, à intolerância.

A compreensão equivocada de Fraser sobre os aspectos identitários pode ser evidenciada também se nos apropriarmos do pensamento de Collins. A autora defende que “nunca existiu uma cultura de resistência uniforme e homogênea entre as pessoas negras estadunidenses – e essa cultura tampouco existe hoje” (COLLINS, 2000, p. 101). O que houve é a partilha de uma agenda política na condição de “coletividade heterogênea”, já que em determinado momento, a sobrevivência dependeu da manutenção de laços e da minimização das diferenças entre as pessoas negras estadunidenses. Não consideramos essas percepções incoerentes, pelo contrário, esses espaços seguros podem servir para a partilha de experiências e, dessa forma, as pessoas negras podem alcançar o auto entendimento do sofrimento de um desrespeito. Esse auto entendimento consiste em um dos estágios da luta por reconhecimento tal como fora definida por Honneth (2009, p. 258) e, nas palavras do filósofo alemão, “deve haver uma ponte semântica que pelo menos seja tão resistente que permita a constituição de uma identidade coletiva”.

No contexto brasileiro, há autores que justificam os usos estratégicos dos grupos identitários. Uma dessas autoras é Ângela Figueiredo (2015), que vai dizer que foi somente por meio do “essencialismo estratégico” dos sentidos identitários e políticos que as conquistas foram alcançadas para a comunidade negra no país. A

autora conclama uma noção de identidade que não seja conservadora, isto é, que considere os processos identitários como dinâmicos. Assim, Figueiredo (2015, p. 162) parte de uma noção dinâmica de identidade, na qual elas são “discursivamente construídas em contextos históricos sociais específicos”. Nesse processo, o grupo não é constituído por uma massa homogênea. A autora brasileira lembra ainda que a uniformização de grupos identitários também é um instrumento de dominação, que subalterniza e estereotipa essas pessoas. Diante do que expomos até aqui sobre o papel das coletividades negras e a conformação das relações raciais no Brasil, defendemos o papel da autodefinição como possibilidade de ruptura de processos de hierarquização racial e injustiça. Em um movimento que começa por pessoas e grupos para a construção da percepção do desrespeito e de uma semântica coletiva (HONNETH, 2009) e, posteriormente, para a reivindicação de relações mais justas e menos desiguais no âmbito coletivo.

2.3 Silenciamento, Voz e Lutas por reconhecimento

Não há dúvida de que não é possível abordar as lutas por reconhecimento sem superar os silenciamentos. Ora, como lutar por reconhecimento se, de antemão, pessoas negras são silenciadas? Ao discorrer sobre o silenciamento, Grada Kilomba (2016) toma como referência o quadro de Anastácia, mulher africana escravizada no Brasil que é retratada em uma imagem com a boca coberta por uma máscara de ferro, usada como punição no regime escravocrata. Kilomba compreende que a imposição da mudez como tortura não denota somente o silenciamento da boca enquanto órgão, mas indica explicitamente a repreensão de tudo o que ela pode anunciar; a autora, então, provoca: “quem pode falar?”. A máscara que fere, silencia e desumaniza, tem operado não apenas para manter as violências, mas, sobretudo para legitimá-las. Ademais, a frequente deslegitimação dessas demandas ocorre por meio das interações como o argumento da falta de capacidade em se autocompreender, o argumento de que há vitimismo, o argumento de falta de expertise ou interpretação do produto cultural, ou ainda, pela ausência de respostas.

Ao abordar o silenciamento como tecnologia de opressão, a partir do conceito de *testimonial smothering* formulado por Kristie Dotson, Joice Berth define o silenciamento opressivo. Segundo Berth (2019, p. 57), o silenciamento opressivo

ocorre quando a pessoa subalternizada “percebe de imediato que o grupo opressor não está disposto ou é incapaz de assimilar o que está sendo dito”, de tal maneira que a longo prazo deixe-se de falar sobre determinados assuntos. Berth (2019, p. 59) elucida que é o reforço do protagonismo de movimentos como o Feminismo Negro, com o aumento do compartilhamento e alcance dessas narrativas recentemente, que “fez com que outros discursos e demandas viessem para o centro da discussão”. Nesses moldes, o silenciamento parece remontar ao contexto de negação e desumanização propiciado pelo racismo enquanto sistema opressor global (MBEMBE, 2014; ALMEIDA, 2019). Nesse processo, a pessoa negra é desapropriada de sua humanidade e da própria autodefinição para ser coisificada; a sua suposta inferioridade cognitiva e física é então disseminada. Ao resgatar Mbembe (2018, p. 132), todavia, Maria Aparecida Moura (2019) salienta que o processo de desapropriação de humanidade da pessoa negra escravizada não foi livre de resistências.

Tratado como se não existisse, exceto como mera ferramenta e instrumento de produção, o escravo, apesar disso, é capaz de extrair de quase qualquer objeto, instrumento, linguagem ou gesto uma representação, e ainda lapidá-la. Rompendo com sua condição de expatriado e com o puro mundo das coisas, do qual ele ou ela nada mais é do que um fragmento, o escravo é capaz de demonstrar as capacidades polimorfas das relações humanas por meio da música e do próprio corpo, que supostamente era possuído por outro.

Moura (2019, p. 54) afirma que “o longo silêncio, ao qual foram submetidos os povos não brancos” tem sido interrompido por questionamentos a respeito da naturalização do branco. Para o autor britânico Nick Couldry (2010), a voz³⁵ é uma habilidade inerente à condição de humanidade sendo entendida, portanto, como processo e como valor. Em contextos democráticos e justos, a condição de voz enquanto capacidade de criação das próprias narrativas não pode ser negada. De fato, os avanços tecnológicos e a popularização dos meios de comunicação entre as diferentes classes sociais potencializaram as expressões humanas. Couldry (2010, p. 114), entretanto, defende que vivemos em um contexto de escassez de voz, na

³⁵ “A voz como um processo – dar conta de si mesmo e do que afeta sua vida – é uma parte irreduzível do que significa ser humano; a voz efetiva (a oportunidade efetiva de alguém ter a voz de ouvida e levada em consideração) é um bem humano. ‘Voz’ pode, portanto, parecer um valor inquestionável. Mas em vários domínios – econômico, político, cultural – somos governados de maneiras que negam o valor da voz e insistem na primazia do funcionamento do mercado” (COULDRY, 2010, p. vi, tradução nossa).

qual as pessoas falam (e são ou não ouvidas) e esse processo é permeado por fatores de constrangimento ou dominação.

Couldry situa questões de classe, gênero e raça como fundamentais para se pensar a sociologia da voz, na medida em que nesses espaços para a voz também se estabelecem relações de poder. Sobre velhos problemas em novos meios de auto validação e mudança de narrativas, Couldry (2010) exemplifica recorrendo ao caso do YouTube. Embora, por um lado, a plataforma criada em 2005 forneça possibilidades de promover novas formas de autopercepção, por outro, não é uma arena livre de normas e estratégias fundadas na lógica neoliberal. A monetização e as funções algorítmicas são provas disso. Nesses espaços de interlocução podemos encontrar afirmações de senso comum, incivilidade, justificativas embasadas em estudos, falácias e uma sorte de diferentes tipos de expressão em texto, imagem, vídeo e som.

Dayana Souza (2018, p. 100) recupera W. E. B. Du Bois para evidenciar que ao longo dos séculos, a história das pessoas negras é contada por um ponto de vista de fora, “por um discurso com base na hegemonia branca”. As novas tecnologias, para a autora, especificamente o YouTube, surgem como espaços para as narrativas mais autônomas pelo viés e pela experiência das mulheres negras, que proporcionam não só a troca, mas podem ser espaços profícuos para a construção de identidade. De acordo com o levantamento feito por Souza, no artigo *Que voz é essa? Identidade e narrativa da mulher negra no Youtube* (2018, p. 109), a estética negra tem sido “um dos principais pilares na construção da sua identidade e um demarcador da sua presença online”. E mais, a autovalorização dos traços físicos e da ancestralidade por meio do uso dessas plataformas sociais possibilita a identificação com outras mulheres negras.

Na vida real, os efeitos do racismo incluem, dentre outras coisas, o genocídio da população negra e práticas de apagamento da cultura africana e afro-brasileira. Em *Blackfishing e a transformação transracional monetizada* (2020), Ronaldo Araújo e Jobson Júnior acrescentam que essa opressão não é diluída no ambiente digital. A Internet não é um território neutro e livre de práticas discriminatórias. Na verdade, estudos correntes dão conta de que as práticas racistas se reinventaram nesses ambientes³⁶. Diante disso, é necessário destacar o papel das estratégias para evitar,

³⁶ Ver mais em Tarcizio Silva (2020).

esconder, escamotear, diluir, amenizar e minimizar os conflitos acionados pela persistência de relações hierárquicas de raça (FIGUEIREDO, 2015) – à esquerda e à direita.

Aqui devemos nos voltar para o fato de que as práticas de silenciamento têm se sofisticado por meio da tecnologia. Como vimos, antes essas práticas eram reguladas por lei, tal como foi possível constatar quando na proibição da capoeira e do registro de templos religiosos de matriz africana. Sob novos formatos, hoje o silenciamento se impõe sobre os sujeitos a partir da denegação de direitos e de dignidade ao longo do seu desenvolvimento identitário. O ponto em questão é que a afirmação da identidade negra emerge menos como a imposição de um novo padrão e mais como uma força política de contrapor os desrespeitos e injustiças para com a comunidade negra ao longo dos séculos. Em contrapartida, nos moldes apresentados, o silenciamento pode implicar a impossibilidade de construção semântica das lutas por reconhecimento do povo negro (HONNETH, 2009), na medida em que age para deslegitimar o desvelamento de experiências generalizáveis de desrespeito e dano. Na impossibilidade de as pessoas negras se autodefinirem e/ou reivindicarem o reconhecimento dos elementos do seu corpo e de seus traços, há a manutenção dos processos de injustiça imbricados na relação intersubjetiva com o mundo no qual essas pessoas, desde o nascimento, estão inseridas.

Neste capítulo, observamos como as epistemologias negras aliadas à produção de conhecimento, especialmente no campo das ciências sociais, podem contribuir para situarmos toda e qualquer discussão racial no pano de fundo de resistências do período escravocrata, da substituição de novas ideologias que invisibilizam as tensões e hierarquias raciais no Brasil, assim como as reivindicações raciais por reconhecimento que têm aparecido em diferentes análises. Elementos do corpo negro evidenciam e lançam luzes sobre as hierarquias raciais, isto é, as condições do que é visto como belo/feio, rico/pobre, padrão aceitável/elemento a ser resolvido ou solucionado, categorias essas nas quais os corpos negros e brancos se encontram em lados opostos. São esses sentidos que circulam entre as pessoas

negras, de maneira especial entre as mulheres negras, desde a infância e os primeiros espaços de sociabilidade, a exemplo da escola.

O estabelecimento de novas formas de desigualdade racial e a manutenção de velhos preconceitos e argumentos, contudo, não existe sem resistência. Se, por um lado, as estratégias de deslegitimação – que parecem retomar contextos coloniais de negação e desumanização das pessoas negras – têm se adaptado aos novos tempos, por outro, as demandas por reconhecimento também têm alcançado outros lugares e formatos. Diante disso, retomamos então a questão norteadora de nossas análises: *a partir das conversações online desencadeadas pelo vídeo “Peppa NÃO!” por meio dos comentários publicados no Youtube, no Facebook e em sites de notícias e blogs, de que forma os modos comunicativos dessa dinâmica interacional incidem sobre a luta por reconhecimento e a valorização do corpo negro?*

3. METODOLOGIA

Neste capítulo, iremos apresentar as referências e as abordagens que justificam nossas escolhas metodológicas para responder à pergunta que move esta pesquisa. Na primeira seção do capítulo, pretendemos explorar a perspectiva metodológica que contribui para conformar nosso olhar analítico. Na segunda seção, refletiremos sobre a Internet e as desigualdades raciais. Na seção seguinte, iremos descrever o *corpus* da pesquisa e as escolhas metodológicas. Na quarta seção, elucidaremos as metodologias de coleta dos comentários de cada plataforma – Youtube, Facebook, *sites* de notícias e blogs – e também dedicaremos espaço às considerações éticas do estudo. Na quinta e última seção do capítulo, apresentaremos o livro de códigos por meio do qual a análise de conteúdo foi operacionalizada, além dos resultados do teste de confiabilidade e os eixos da análise, utilizados para responder nossa pergunta de pesquisa.

3.1 Perspectivas metodológicas

Um olhar mais complexo sobre os fenômenos sociais deve considerar que as lutas por reconhecimento não são restritas a certos espaços de discussão. Essa pesquisa está ancorada na perspectiva metodológica de ecologia das mídias. Segundo Carlos Scolari (2012), a perspectiva de ecologia das mídias surge nos anos 1960, mas é no início dos anos 2000, com o advento da difusão da Internet, que ela retorna como o estudo da mídia e de seus ambientes. O uso de termos extraídos das Ciências Biológicas para as Ciências Humanas – como o termo “ecologia”³⁷ – é um fenômeno comum entre as décadas de 1960 e 1970.

Já Emiliano Treré e Alice Mattoni (2015), classificam as diferentes abordagens da ecologia das mídias em quatro³⁸ tipos. Há, contudo, que pontuarmos

³⁷ Scolari (2012) aponta para as duas interpretações da metáfora de ecologia ao longo do tempo. A primeira interpretação é a noção de ecologia como ambientes diferentes das mídias, enquanto a segunda é a ecologia das mídias como a relação entre as mídias, no qual a metáfora para elas seriam espécies diferentes.

³⁸ A primeira é a abordagem com foco no meio, que defende que a cada novo meio de comunicação que surge, a ecologia das mídias se transforma; essa noção, segundo Treré e Mattoni (2015), concebe as mídias como desvinculadas de seus contextos sociais e culturais. Já a segunda é a abordagem com foco na informação, que retoma a agência humana dentro das relações tecnológicas da mídia, na qual as mídias são úteis para analisar as nuances de múltiplas interações. Na terceira, a abordagem comunicativa da ecologia das mídias, existe a defesa de analisar as relações sociais, com pretensão de não só perceber a ecologia das mídias por meio dos focos no meio e na informação,

que a necessidade de pensar a mídia por meio de uma abordagem completa e complexa é um objetivo comum a todas elas. A partir da revisão bibliográfica da metáfora da ecologia das mídias, Treré e Mattoni (2015) propõem quatro pontos-chaves para a adoção dessa abordagem, cujo enfoque é, sobretudo, na relação da ecologia das mídias e dos movimentos sociais. Esses quatro pontos incluem: I) a superação de dicotomias simplistas, como o determinismo tecnológico e a concepção instrumental das tecnologias; II) a exploração da multiplicidade proporcionada por um cenário de comunicação cada vez mais interconectado; III) a adoção de uma perspectiva diacrônica para apreender práticas dinâmicas, fluídas e imprevisíveis nesse cenário, que não são fixas; IV) o reconhecimento da natureza política e crítica da ecologia das mídias, isto é, uma análise que considere os contextos de relações de poder e conflitos políticos existentes também nesses espaços. Treré e Mattoni afirmam que essa perspectiva emerge para superar o reducionismo comunicativo, ou seja, a visão instrumental da mídia e de seus canais como espaços neutros, bem como a “fetichização” das novidades tecnológicas. Com efeito, não é apenas com a difusão das tecnologias de informação e comunicação que ativistas têm encontrado lacunas para expressarem suas vozes para além da mídia *mainstream*.

A perspectiva de ecologia das mídias pode auxiliar na condução dos nossos passos analíticos na investigação acerca dos modos comunicativos das lutas por reconhecimento. A pertinência deste ponto de ancoragem se justifica, na medida em que nos preocupamos em considerar diferentes arenas comunicacionais – analisadas a partir das suas particularidades – e a possibilidade da emergência do conflito e do tensionamento sobre temas sensíveis. Em nosso caso, esses aspectos aparecem como características inerentes às lutas por reconhecimento. Além disso, destacamos especificamente a perspectiva de ecologia das mídias, pois consideramos indispensável abordar o objeto desta pesquisa a partir de uma concepção complexa acerca das diferentes plataformas digitais. Conforme apontam Rousiley Maia e Thaiane Rezende (2015), esse olhar complexo se justifica por duas principais razões principais: I) a expansão da análise para aferir os padrões comunicativos com os constrangimentos e facilidades próprios de cada meio

como também os contextos dos usos da mídia. Por fim, a quarta abordagem da ecologia das mídias reside em Fuller, que critica o uso do termo “ecologia”, uma vez que ele sugere um estado de harmonia e equilíbrio, enquanto defende que essas relações são dinâmicas e parte de um todo conectado.

tecnológico; e, II) a necessidade de compreender o processo de comunicação de forma mais ampliada, por meio das interações estabelecidas em diferentes ambientes, entre usuários e públicos distintos. Essas duas razões elencadas pelas autoras nos parecem suficientes para incluir as conversações *online* encontradas nas plataformas digitais em virtude da repercussão do livro *Peppa* (2009) e sua suspensão do mercado editorial por decisão da autora. Propomos, então, uma investigação acerca de três espaços digitais distintos que podem agregar camadas às análises dessa luta por reconhecimento. O que está em jogo é que cada rede social ou *site* de notícias e conteúdos jornalísticos implica em diferentes papéis desempenhados, públicos impactados por meio dos comentários sobre o caso e diferentes conformações da luta e de estratégias de silenciamento. As conversações *online* são objeto de estudo em análises do campo da Comunicação³⁹. Diferentemente das interações face a face, as conversações ocorrem na Internet a partir de uma dinâmica muito mais difusa sem que, necessariamente, um comentário responda diretamente a outro⁴⁰. Assim notamos que elas não deixam de ser conversações, porém, adquirem novos formatos e novas interações.

Quanto às conversações analisadas, nosso argumento é que mediante os comentários são estabelecidas interações comunicativas⁴¹ entre o conteúdo publicado e os participantes. Em alguns exemplos apresentados, por vezes, um comentário replica ou contra-argumenta o conteúdo de outro de forma dispersa. Nos espaços digitais, compreendemos que as conversações informais dão ênfase à alternância de assuntos e a deslegitimação do outro – características destacadas no estudo de Patrícia Rossini (2017, p. 70) –, o que pode ser visto a partir da incivildade e intolerância. Assim como nas interações face a face, nenhuma conversação se desenrola, via de regra, de forma linear e ordenada, isto é, sem interrupções, mudanças de assunto e sobreposições.

Em estudos anteriores foi possível identificar, após análises em diferentes plataformas digitais, que as lutas por reconhecimento assumem diferentes formas em cada espaço (MAIA; REZENDE, 2018). Para nossas análises, iremos considerar

³⁹ Cf. Garcêz (2008), Rossini (2017) e Silveira (2020).

⁴⁰ Sobre isso, ver Van Dijck (2012), Sveningson (2014) e Alberici & Milesi (2016).

⁴¹ De acordo com o modelo praxiológico da Comunicação (FRANÇA; SIMÕES, 2018), a comunicação é um processo de ação na construção dialógica de um mundo em comum. Isso significa que na visada praxiológica da comunicação, a qual esse estudo se filia, os sentidos são estabelecidos relacionalmente. Mais do que uma função humana, a comunicação emerge e constrói o contexto, é historicamente marcada e socialmente compartilhada.

três plataformas digitais: duas redes sociais, a saber, o Facebook e o Youtube, assim como diferentes *sites* de notícia e blogs. Integram o nosso *corpus*, comentários encontrados em *sites* como o *G1*, o *Portal Uol* e o *site Nova Escola*, como detalharemos na seção a seguir. Não se tratam, em absoluto, de arenas neutras. Para nosso propósito é preciso entender que os formatos, o modelo de negócio e os valores sociais incidem sobre a conversação *online* que acontece dentro dessas plataformas (VIMIEIRO; BARGAS, 2019). É importante realçar que ao analisarmos três plataformas digitais, nosso objetivo não é tão somente identificar as distinções entre elas, embora essas certamente se manifestem na análise. O intuito é demonstrar que o fenômeno sobre o qual nos debruçamos assumiu diferentes características e atribuições de sentidos dentro das três plataformas digitais escolhidas: o Youtube, o Facebook e em *sites* de notícias e blogs.

3.2 Internet e desigualdades

No início do seu funcionamento, a Internet foi saudada como uma ferramenta de expansão de horizontes democráticos. Segundo Hermann Garcia-Silva e Rodrigo Marques (2019), essa tecnologia emerge como uma “inovação disruptiva”. Em discussão sobre o princípio da neutralidade da rede, os autores mencionam o crescimento exponencial da Internet que tem permitido, dentre outras coisas, a experimentação de novos conteúdos, serviços, formas de criação e circulação de conteúdos, ferramentas de colaboração e interação. Por outro lado, essa tecnologia também permite a restrição de experiências com práticas como o *zero-rating*⁴², o que mascara e prejudica o fluxo de informações e a autonomia de quem acessa.

Sob a perspectiva da comunicação política, os potenciais democráticos da Internet também já foram ingenuamente exaltados, uma vez a crença de que seria possível estabelecer uma esfera pública virtual, expandindo espaços de informação e diálogo, reforçando as ações políticas (BARROS; SAMPAIO, 2010). Se, por um lado, não é possível descartar as potencialidades de estímulo à interação e trocas nos ambientes virtuais propiciadas pelo baixo custo de circulação de informações,

⁴² Garcia-Silva e Marques (2019, p. 2) descrevem a prática como “uma modalidade de discriminação por preço em que os provedores de acesso à Internet fornecem gratuidade no tráfego de dados associado a determinados conteúdos ou aplicações”.

por outro, não é possível atribuir à internet o *status* de meio de comunicação democrático por si só.

Para Tarcízio Silva (2020), na contramão da crença de alguns de que as questões de gênero, raça, nacionalidade e classe seriam esquecidas pela comunicação mediada pelo computador, o que se mostrou, na verdade, foi que isso não seria possível. Ele resgata que “nos anos 90 supremacistas brancos já planejavam uma reconexão e expansão global, através da internet, que dá seus frutos tóxicos hoje em todo o mundo” (SILVA, 2020, p. 8). Atualmente, estudos dão conta de que as práticas racistas se reinventaram nesses ambientes. Principalmente a partir de 2010, como observa Luiz Valério Trindade (2020), a tecnologia digital trouxe consigo o aumento da circulação aberta de discursos intolerantes e de ódio nos mais diversos ambientes. O autor critica a visão que considera irrelevantes as desigualdades raciais na internet. Essa visão tem como ponto de ancoragem a noção de “*colour-blind*”, termo usado por Eduardo Bonilla-Silva (2002) para descrever a perpetuação de mecanismo racistas por meio de argumentos como “eu não vejo cor”, baseados na ênfase dos desempenhos individuais.

Com base em estudos anteriores, Trindade (2020) destaca que por ter maior acesso à tecnologia, a branquitude consegue impor também nesses espaços uma visão de mundo e crenças que seguem sendo dominantes e hegemônicas. Outro fator apontado pelo autor é que na *web*, diferentemente do que ocorre presencialmente e em público, muitos tendem a se manifestar de forma racista livremente. Nas redes sociais brasileiras, Trindade (2020, p. 35) argumenta que ainda há uma nuance típica do contexto histórico do país: “forte negação institucional da existência de racismo no Brasil”.

O sociólogo Nick Couldry (2010) salienta que atualmente vemos uma explosão de vozes. Uma das características que o autor inglês atribui à voz é a de ser um processo, ou seja, se expressa como o movimento de uma pessoa de entender e dar sentido à sua própria vida e à sua condição. Para Couldry (2010, p. 7), “o que nós fazemos [...] já vem imbuído em narrativas, nossa própria e dos outros. É por isso que negar o valor da capacidade de outra pessoa – negar seu potencial de voz – é negar uma dimensão humana básica”. Nesse sentido, as relações de poder se apresentam como fundamentais para entendermos as plataformas de compartilhamento de narrativas. Mesmo em um contexto de difusão

de vozes, Couldry (2010) defende que poucas delas são ouvidas e, mais importante, dentre essas poucas vozes, um pequeno número é ouvido sem constrangimentos.

Tal como podemos ver no estudo de Gêssica Viana e Fernanda Carrera (2019), as autoras mapearam a visibilidade de conteúdos com o mesmo tema no Youtube, conteúdos esses criados por mulheres autodeclaradas negras e não negras. Além disso, observaram como essas mulheres exploram os usos da Internet no que diz respeito ao compartilhamento de momentos, angústias e experiências de desrespeito. Viana e Carrera (2019) defendem que o alcance midiático entre mulheres negras e não negras não é comparável mesmo quando as produtoras de conteúdo abordam os mesmos temas e no mesmo formato. Diante disso, é possível inferir que as desigualdades raciais se manifestam também nas plataformas digitais, o que acontece sob a forma de ofensa, deslegitimação e não reconhecimento de violências.

3.3 Descrição do *corpus* e escolhas metodológicas

Houve um esforço de mapeamento do maior número possível de manifestações sobre a suspensão do livro infantil *Peppa* (2009) em diferentes plataformas digitais, a fim de abarcar o fenômeno em sua amplitude, resguardado o caráter difuso da internet. Optamos, então, pela análise de três tipos diferentes de espaços de discussão sobre a crítica e suspensão do livro infantil. Como elucidamos nos capítulos anteriores, a luta por reconhecimento tem início com o vídeo “Peppa NÃO” de Ana Paula Xongani, publicado no canal do Youtube da empresária e influenciadora digital, no ano de 2016.

Nascida em 1986, Ana Paula Mendonça é formada em *Design* de Interiores e hoje, em parceria com a mãe, Cristina Mendonça, é dona da marca Xongani. Em meados de 2010, em uma viagem para Moçambique – país natal do marido –, a *designer* teve contato com a palavra “Changane” de um idioma do sul moçambicano, que significa “se aprontem”, “fiquem belas”. Retornando ao Brasil, Ana Paula trouxe tecidos africanos e juntamente com a mãe fundou o Ateliê Xongani, cuja proposta é a valorização da estética africana e afro-brasileira.

O canal no Youtube, usado em 2012 como meio de divulgação da loja, logo se tornou um canal de circulação de conteúdos pessoais de Ana Paula Xongani, com a abordagem de temas mais amplos, como beleza, estética, cabelo crespo e

autoestima. Criada em contextos de militância, seu posicionamento como uma mulher negra brasileira de pele escura é apresentado em diferentes vídeos, aliado à defesa de um ativismo de resgate e de valorização da ancestralidade africana. Em 2014, com o nascimento da filha Ayoluwa, Xongani agrega temas relacionados à maternidade em seu canal. Juntos, os vídeos de seu canal no YouTube contabilizam mais de dois milhões e quatrocentas mil visualizações. Ana Paula é a primeira mulher com *dreadlocks* a protagonizar campanhas publicitárias brasileiras para cabelos.

Além do vídeo “Peppa NÃO!”, mencionado anteriormente, Ana Paula Xongani produziu mais dois vídeos sobre os desdobramentos do caso. O segundo deles é “Peppa Não, Lelê SIM!⁴³”, publicado no canal no dia 19 de maio de 2016. Nesse vídeo, a *youtuber* agradece as pessoas que comentaram e lê alguns dos comentários na tela. O objetivo principal do conteúdo, contudo, é colocar o livro infantil *O cabelo de Lelê* (2012) como um contraponto à história de Peppa. Na avaliação de Xongani, o livro de Valeria Belém aborda a valorização do cabelo crespo da personagem e as possibilidades decorrentes desta característica étnica.



Figura 3 – Frame do vídeo “Peppa Não, Lelê SIM!”

⁴³ XONGANI, Ana Paula. Peppa Não, Lelê SIIM!!! – Resenha. Youtube, 19 de mai. de 2016. Publicado pelo canal Ana Paula Xongani (7 min. e 55 seg.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iH2GcP7yN_w>. Acesso em: 26 out. 2020.

Já no vídeo “Definitivamente Peppa Não!”⁴⁴, postado no dia 10 de novembro de 2017, Ana Paula Xongani repercute a retirada de circulação do livro da escritora Silvana Rando, tendo sido informada por um e-mail recebido da editora Brinquê-Book. Na tela, o primeiro assunto é a resposta de Xongani a um texto publicado no Facebook pela autora – e, posteriormente, excluído – no qual Silvana Rando se defendeu das críticas afirmando que o livro era muito anterior à crítica da *youtuber*. Na publicação, a escritora rebate as críticas ao livro *Peppa* (2009): “oito anos depois [do lançamento do livro *Peppa*], a Ana Paula Xongani acha que descobriu a América”. A autora se defende: “espero que com esse texto, eu possa esclarecer um pouquinho sobre a minha intenção e acalmar o coração daqueles que estão tão zangados com a Peppa”⁴⁵. Um segundo ponto do vídeo, é a percepção de Xongani de que a maioria dos comentários em defesa da autora a desqualificam como interlocutora da obra infantil. Em seguida, a *youtuber* agradece aos educadores e às demais pessoas que repercutiram a crítica, ampliaram o debate nos comentários de forma respeitosa, ainda que em desacordo com as suas impressões. Por fim, Ana Paula Xongani afirma que o processo de retirada de circulação do livro *Peppa* (2009) não foi uma vitória, já que não consistiu em um processo de construção, mas um “impeditivo de derrotas”.



Figura 4 – Frame do vídeo “Definitivamente Peppa Não!”

⁴⁴ XONGANI, Ana Paula. Definitivamente Peppa Não! Youtube, 10 de nov. de 2017. Publicado pelo canal Ana Paula Xongani (7 min. e 48 seg.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cDU3_7Am63o&ab_channel=AnaPaulaXongani>. Acesso em: 26 out. 2020.

⁴⁵ O post é de Carlos Machado. Facebook, 02 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1486634838080395&set=a.122039447873281.23612.10002016802677&type=3&theater>>. Acesso em: 11 jul. 2020. O texto original da autora foi apagado.

Os comentários dos dois vídeos apresentados também integram nosso *corpus*. A escolha por incluir os vídeos que se desdobraram do caso, se justifica em razão da linha cronológica e coesa à qual os vídeos se referem. Ambos os vídeos relatam e repercutem o encadeamento dos acontecimentos a partir da suspensão do livro *Peppa* (2009), a partir da perspectiva da influenciadora digital Ana Paula Xongani, porém, com a participação dos internautas nos comentários. Por serem vídeos do canal de Ana Paula Xongani, é esperado que se constate um alto número de comentários com posicionamentos a favor da *youtuber*, dessa maneira, não consideramos neutra essa plataforma .

Tabela 1 – Youtube: Canal Ana Paula Xongani

Nome do vídeo	Data	Visualizações	Comentários	Curtidas	Deslikes
<u>Peppa NÃO! – Resenha</u>	14 de abril 2016	68 mil	611	4,9 mil	562
<u>Peppa Não, Lelé SIM!</u>	19 de maio 2016	10,8 mil	69	1,3 mil	37
<u>Definitivamente Peppa Não!</u>	10 de nov. 2017	14,9 mil	153	1,8 mil	186

Fonte: Elaborado pela autora. Dados de agosto de 2019.

Já em outra plataforma escolhida, o Facebook, as discussões sobre o vídeo se intensificaram no mês de outubro de 2017, tendo em vista o compartilhamento do vídeo original do Youtube pelo professor e pesquisador Carlos Machado, em seu perfil pessoal no Facebook. Cabe ressaltar que Carlos Machado é historiador e professor na cidade de São Paulo; possui publicações sobre o apagamento das contribuições de pessoas africanas e afrodescendentes na ciência ao longo da História, bem como sobre a escolarização de pessoas negras. Dois de seus títulos são: *População negra e escolarização na cidade de São Paulo: nas décadas de 1920 e 1930* (2016) e *Gênios da Humanidade: Ciência, Tecnologia e Inovação Africana e Afrodescendente* (2017), escrito com Alexandra Loras. O que nos interessa, todavia, é que a publicação de Carlos Machado em sua rede social alcançou mais de cinco vezes o número de visualizações do vídeo de Ana Paula Xongani no YouTube e por essa razão, os comentários nesta publicação também integram o *corpus* da pesquisa.



Figura 5 – Captura de tela da publicação feita pelo professor Carlos Machado

O Facebook é a única plataforma digital em que o vídeo da crítica ao livro *Peppa* (2009) superou 300 mil visualizações. É importante sublinhar, no entanto, que entre os anos 2016 e 2017 não foi possível localizar nessa plataforma publicações oficiais da *youtuber* Ana Paula Xongani sobre o caso, visto que sua página no Facebook foi criada apenas em 16 de fevereiro de 2018. Identificamos o registro de 1.689 comentários na referida postagem, porém, parte deles não é exibida, pois os comentários não estão mais públicos. Na coleta de dados, optamos pela exclusão prévia de comentários duplicados e/ou daqueles cuja leitura não é possível por meio da planilha, como no caso de imagens. Após essa limpeza prévia do *corpus*, chegamos ao total de 1.117 proferimentos. Detalhamos a coleta no item 3.4.

Tabela 2 – Facebook: Post de compartilhamento do vídeo

Tipo de post	Data	Visualizações	Comentários	Curtidas	Compartilhamentos
<u>Compartilhamento no Facebook de Carlos Machado</u>	31 de outubro de 2017	310 mil	1.117	3,5 mil	6.026

Fonte: Elaborado pela autora. Dados de agosto de 2020.

Esse não foi o único compartilhamento ou publicação do professor Carlos Machado sobre o caso. Em seu perfil, por meio de conteúdos públicos – que ainda

hoje estão disponíveis –, Machado se engajou nesse debate com publicações de endosso à crítica de Ana Paula Xongani e na mobilização de seus amigos e conhecidos na plataforma. É preciso destacar que os comentários de outros *posts* públicos do perfil de Carlos Machado não serão incluídos nesse *corpus*. A escolha por não incluir mais publicações desse perfil tem duas razões principais. A primeira delas é que, uma vez que as publicações foram feitas um ano após o vídeo original “Peppa NÃO!”, Machado reivindica a crítica à obra de forma não cronológica. Além disso, se trata de um perfil pessoal na rede social destinado ao compartilhamento de conteúdo de interesse privado, embora estejam no modo público, conforme abordamos no item 3.4.1 sobre as considerações éticas da pesquisa.

Além do Youtube, plataforma em que foi veiculado o vídeo original, e do Facebook onde o compartilhamento do vídeo alcançou mais de 300.000 visualizações, foram mapeados outros espaços de reverberação do caso. Para identificar notícias e publicações a respeito do livro *Peppa* (2009) e da suspensão da obra, foi feito um levantamento com palavras-chave sobre o livro em mecanismos de busca. Neste processo de levantamento, localizamos 12 matérias originais, publicadas em 2017 sobre o caso, em dez diferentes *sites* de notícia e blogs, conforme exposto no quadro abaixo:

Quadro 1 – Notícias sobre o caso

NOTÍCIAS – 12 conteúdos originais			
Data	Título da matéria	Portal / Site	Comentários visíveis
12/11/2017	Youtuber e professor de história ajudam a remover livro racista das escolas	Mundo Negro	0
16/11/2017	Autora tira livro de circulação após polêmica sobre racismo	Super Interessante	0
17/11/2017	A polêmica do livro Peppa e as discussões sobre racismo na escola	Nova Escola	26*
20/11/2017	Peppa será retirado do mercado após acusação de racismo	Carta Capital - Educação	0
22/11/2017	Acusação de racismo faz autora tirar livro 'Peppa' de circulação	G1	162
23/11/2017	'Não é mimimi e não foi censura', diz autora que tirou livro Peppa de circulação após acusação de racismo	G1	63
23/11/2017	Livros infantis são retirados de escolas e livrarias por pressão de grupos que os acham impróprios	Blog Livros - Folha de S. Paulo	58
23/11/2017	'Não quero que meu livro seja visto como ofensivo', diz autora de 'Peppa', obra infantil recolhida	O Globo	0
24/11/2017	Não é só Peppa: Sexo, incesto e piadas	BOL UOL	6

	renderam polêmicas em outros livros		
25/11/2017	Silvana Rando retira livro 'Peppa' de circulação	<u>O Tempo</u>	0
30/11/2017	O caso Peppa: racismo ou censura?	<u>Carta Capital</u>	0
12/12/2017	Peppa e o debate público: relações raciais nas páginas de livros infantis	<u>Revista Emília</u>	8
*Comentários conectados aos perfis das pessoas no Facebook		323 comentários	

Fonte: Elaborado pela autora. Dados de outubro de 2020.

Como as conversações *online* que resultam nas lutas por reconhecimento e são estabelecidas nessas diferentes plataformas digitais são objeto de nosso interesse, optamos por priorizar aquelas notícias em que os comentários existem e/ou estão visíveis. Assim, incluímos ao *corpus* desta pesquisa os 323 comentários dos seis conteúdos noticiosos publicados na época, sendo eles: I) duas matérias do *G1*, II) uma matéria do Blog Livros da *Folha de S. Paulo*, III) uma matéria da *Revista Emília*, IV) uma matéria do *site Nova Escola* e V) um conteúdo do *Portal UOL*. Os comentários foram coletados manualmente no período de 07 a 28 de outubro de 2020. Torna-se claro, então, que o *corpus* total de comentários para as análises que compõem essa pesquisa é de 2.273 comentários, divididos em três plataformas digitais: foram coletados 833 comentários no Youtube, 1.117 comentários no Facebook e 323 comentários em *sites* de notícias e blogs que abordaram o tema.

3.4 Metodologia de coleta

Nesta seção, iremos apresentar os métodos de coleta dos comentários nas três plataformas digitais, bem como as considerações éticas levadas em conta nas análises de comentários públicos da Internet. É interessante notar que existem plataformas digitais gratuitas com a função de coletar, resumir e analisar dados de redes sociais *online*. Uma delas, utilizada para a coleta de comentários no YouTube, é o *Netlytics*⁴⁶. A maior vantagem é que a ferramenta não prescinde de conhecimento de programação por parte do usuário. Nesta pesquisa, para a coleta de comentários no **Youtube** foram criados três bancos de dados no *Netlytics*, ou seja, um banco de dados para cada um dos três vídeos publicados por Ana Paula

⁴⁶ A plataforma se define como uma ferramenta de análise de texto e interações em conversações públicas nas redes sociais *online*. Por meio do *Netlytics* é possível analisar bancos de dados de links do Youtube, Twitter, Google Sheets, Arquivo de Texto e RSS. É possível se cadastrar na plataforma por meio de uma conta gratuita criada com um e-mail pessoal. Em 2020, o *Netlytics* instituiu a expiração de bancos de dados com 30 dias sem uso.

Xongani em seu canal no Youtube sobre a obra infantil. O *Netlytics* permite a exportação com a descrição e as informações dos comentários em planilhas no formato CSV [*Comma-Separated Values*]. Dessa maneira, foram geradas três planilhas com dados com os comentários, os perfis que comentam e eventuais curtidas, as quais foram usadas, posteriormente, para o processo de codificação e de análise.

No **Facebook**, uma alteração corporativa alterou as políticas e, a partir do dia 04 de setembro de 2019, desativou o acesso às APIs, o que resultou no fechamento de acesso a dados. A sigla APIs significa, na tradução para o português, Interface de Programação de Aplicações, são estruturas responsáveis pela extração de dados das redes sociais *online*. Nesse sentido, o Facebook tem agido como moderador do acesso (ou no impedimento) ao conjunto de dados públicos de sua plataforma. Após tentativas sem sucesso pelo *software* gratuito *Facepager* – que ainda está autorizado a acessar dados do Facebook –, dos mais de mil comentários do post público coletados optamos por uma terceira via com o uso da linguagem de programação. Com a criação de um *script* em linguagem Python, que simulava o carregamento manual dos comentários da publicação, foi possível coletar dados a partir da estrutura da página, após identificarmos a mudança de códigos dessa estrutura⁴⁷. Após a coleta dos comentários, com os nomes das pessoas na discussão, foi gerada uma planilha com essas informações. Em uma mirada exploratória, percebemos que o método duplicou diversos comentários, diante disso fizemos uma limpeza prévia nesses dados a fim de não prejudicar a leitura e conferir uniformidade às planilhas. Nesta filtragem prévia, também optamos por excluir as imagens publicadas como comentários, de tal maneira que os comentários cujo conteúdo não pode ser lido pela planilha foram removidos previamente. Das três plataformas em análise, apenas o Facebook oferece a possibilidade de comentários com imagens estáticas ou animadas (GIFs).

A coleta de comentários nos **portais de notícias e blogs** foi feita manualmente, após termos identificado em quais portais de notícia haviam comentários a serem registrados. Para seguir os critérios de coleta anteriormente estabelecidos, foi criada uma planilha com o conteúdo dos comentários, nome do participante que fez o comentário, data e hora (quando há), além de eventuais

⁴⁷ Nosso agradecimento especial à Thaís Choucair, sem a sua ajuda essa coleta não teria sido possível.

interações e respostas que o comentário possa ter recebido. Um dos maiores desafios na coleta dos comentários de notícia acerca da repercussão do vídeo “Peppa NÃO” foi o tempo transcorrido entre os anos de publicação dos comentários – mais precisamente, 2017 e 2018 – e o ano de coleta do material – em 2020, especificamente no mês de outubro do referido ano. Em alguns casos foi possível notar uma ruptura nas conversações, provavelmente em razão de um ou mais comentários indisponíveis ou apagados ao longo do tempo. Embora os portais de notícia mantenham seus conteúdos jornalísticos publicados por longos períodos, esses *sítes* têm plataformas com características próprias, inclusive no espaço destinado às interações e comentários. Esses espaços, por sua vez, ora estimulam ora dificultam o diálogo. Em um dos *sítes* que consta em nosso *corpus*, por exemplo, os comentários só são possíveis se a pessoa que comenta possuir uma conta no Facebook. Ao passo que em outras plataformas, o cadastro simplesmente com um pseudônimo ou apelido é suficiente para que a pessoa possa escrever e publicar uma consideração.

A análise foi desafiadora em função dos métodos de coleta. Entre esses destacamos a impossibilidade de identificar quem começa qual comentário, quais deles são respondidos e outros dados, que embora não fossem o foco de nossa pesquisa, poderiam ter agregado informações para as análises qualitativas. A Internet é um ambiente propício para incivildades, falta de resposta para o que é dissonante e a possibilidade de concentrar o poder, ao invés de descentralizá-lo. É importante explicitar que essas relações de poder também fazem parte do objetivo dessas plataformas de terem lucro e monetizar os acessos e participações de internautas. Além disso, as dinâmicas sociais são ainda mais complexas, uma vez que analisamos um número parcial da opinião pública que faz usos heterogêneos de todas as plataformas analisadas. Compreendemos que operacionalizar a Teoria do Reconhecimento no contexto da internet é uma proposta ousada, com limitações que incluem o engajamento da luta pelos diretamente injustiçados, cuja identificação é inviável por meio dos comentários *online*. Nesse sentido, optamos aqui por dizer das “expressões de reconhecimento” da luta e “expressões de negação”. Entendemos que o avanço da pauta do cabelo como uma questão simbólica, discursiva e política só é possível a partir da mobilização daqueles injustiçados e afetados – as pessoas negras, cacheadas e/ou crespas.

3.4.1 Considerações éticas

Recentemente, os estudos em Comunicação têm se preocupado com as questões éticas inerentes ao uso e a análise de dados de usuários das plataformas digitais. A fim de minimizar os riscos de exposição dos internautas que participam das conversações a serem analisadas e em consonância com tais preocupações, a questão ética se mostra importante em nossa pesquisa.

Em sua tese de doutorado sobre incivildade e intolerância nos ambientes digitais, Patrícia Rossini (2017, p. 112) expõe três “estratégias para proteger” os perfis e a identificação dos usuários. Ainda que esses comentários constem em espaços considerados públicos, pois se trata de publicações abertas no Facebook e no Youtube, as estratégias mencionadas se mostram relevantes tanto para evitar a possível identificação desses usuários quanto para manter o cuidado ético na pesquisa sem maiores prejuízos. Essas estratégias consistem basicamente nos seguintes métodos: I) ocultar nomes e apelidos dos usuários para torná-los anônimos; II) não citar diretamente os comentários para evitar seu rastreo, uma vez que apenas a não identificação seria insuficiente; e, por fim, III) a classificação dos usuários com base nas informações do comentário público, sem a verificação do perfil pessoal ou alguma outra informação desse usuário.

Em nossa pesquisa adotaremos as referidas estratégias a fim de preservar os perfis das pessoas cujos comentários serão analisados. Para a apresentação dos dados, apenas a segunda estratégia será eventualmente flexibilizada, o que se explica, pois a análise contará com alguns exemplos. Ainda assim, priorizaremos trechos de comentários cujas ideias sejam recorrentes, como uma forma de dificultar seu eventual rastreamento no *corpus*, disponível publicamente nas plataformas digitais consultadas. No caso de transcrições longas, adotaremos mais uma medida para frustrar as tentativas de localização dos comentários, ou seja, faremos a correção gramatical da acentuação e dos termos.

3.5 A análise de conteúdo

Para o exame do *corpus* apresentado nas seções anteriores, optamos pelo uso da análise de conteúdo. Conforme apontam Martin Bauer e George Gaskell (2002, p. 190), a análise de conteúdo provê “uma ponte entre um formalismo

estatístico e a análise qualitativa dos materiais”. Segundo os autores, ela surge na pesquisa social para a análise de conteúdos textuais impressos, pois que com a vantagem de ser sistemática, pode lidar com muitos dados e oferecer um conjunto de procedimentos bem documentado. Laurence Bardin (2011) é uma das principais referências sobre esse método. Para a autora, se a linguística tem como objeto a língua, o objeto da análise de conteúdo é a palavra no ato da linguagem. Assim, técnicas que resultem em explicitar e sistematizar o conteúdo das mensagens (e seus sentidos) de forma quantificável não estariam dentro dos limites da análise de conteúdo.

A análise de conteúdo pressupõe quatro etapas: organização, codificação, categorização e inferência do material. A organização contempla a escolha do *corpus* e os primeiros contatos com os materiais por meio da *leitura flutuante* (BARDIN, 2011). A codificação, de acordo com Bardin (2011, p. 133), corresponde “a uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo”. De qualquer modo, foi desenvolvido um livro de códigos para viabilizar a etapa da codificação. Na etapa de categorização, organizamos o material em eixos analíticos, ou seja, realizamos a classificação dos “elementos constitutivos de um conjunto” em função de características comuns que detêm; ou ainda, a “passagem de dados brutos a dados organizados” (*idem*, p. 149). Bauer e Gaskell (2002) destacam que é na categorização que reside a relação da teoria acionada com o material de pesquisa. Assim, os autores defendem que todas as unidades devem se ajustar a um código, ainda que sejam valores “outros” ou “não se aplica”. Por fim, a inferência é o processo de dedução a partir dos indicadores resultantes da organização dos dados. A análise de conteúdo produz inferências que podem ser, posteriormente, validadas e reproduzidas. O desafio que se coloca para a análise de conteúdo, contudo, é que o sentido deve ser aferido contextualmente, tendo como fonte exclusiva o *corpus* da análise.

A unidade de análise, também referida como unidade de codificação (BARDIN, 2011), que escolhemos é o proferimento de cada comentário, em encadeamentos de frases, por meio da análise exclusiva de textos em linguagem verbal. Isto implicou, necessariamente, na desconsideração de comentários cujo teor incluiu apenas imagens, *emojis* e/ou figurinhas. O nosso objetivo aqui é analisar apenas comentários de texto, dessa forma, tanto *emojis* quanto acentos gráficos só

foram considerados quando acompanhados por alguma palavra ou frase. O *corpus* analisado contabiliza um total de 2.273 comentários, os quais foram divididos da seguinte maneira: comentários coletados no Youtube (833); comentários coletados no Facebook (1.117); e, comentários coletados em *sites* de notícia ou blogs (323). Desse total, 383 comentários foram codificados como impertinentes⁴⁸, pois seu conteúdo estava fora do assunto central e/ou possuía caracteres inteligíveis, isto é, apenas *emojis*, links externos ou marcações de perfis. Em virtude disso, rejeitamos 16,85% de todos os comentários da análise. A retirada não excedeu 16,32% no Youtube, 17,28% no Facebook e 16,72% em *sites* de notícias e blogs. Os 1.890 comentários remanescentes foram codificados em todas as variáveis propostas.

3.6 Livro de códigos e confiabilidade

O livro de códigos (Anexo 4), resumido na Tabela 3, foi construído a partir de um esforço de articular aspectos das lutas por reconhecimento com os modos comunicativos que giram em torno dessas lutas, explorando sobretudo as reverberações do silenciamento na questão racial negra. Foram estabelecidos quatro conjuntos de códigos: I) informações gerais, II) recursos de legitimidade da fala, III) modos comunicativos e IV) posicionamento sobre a luta. Na primeira categoria estão os códigos (1 a 3) com informações gerais, tais como a plataforma de origem dos proferimentos, se a pessoa que comenta se identifica e a pertinência do comentário. Além do que, a partir da leitura flutuante do material a ser analisado, identificamos um segundo conjunto de códigos, o qual denominamos *legitimidade de fala*. Identificamos que parte dos comentários lança mão de recursos que buscam tornar o seu posicionamento convincente e legítimo (GARCÊZ, 2015). Esses recursos, em geral, envolvem a experiência pessoal buscando conferir legitimidade ao comentário. Foram considerados recursos de legitimidade de fala: autodeclaração racial, expertise profissional, experiência individual, experiência de terceiro e também a menção ao racismo e termos afins (códigos 4 a 9).

No terceiro conjunto de códigos foram listados os modos comunicativos, inspirados em Iris Marion Young (2002)⁴⁹. Buscamos verificar quais deles podem

⁴⁸ Dos 383 comentários impertinentes: 136 deles estão no Youtube; 193 deles estão no Facebook; e 54 desses comentários estão em *sites* de notícias e blogs.

⁴⁹ Conforme estudos já realizados (GARCÊZ, 2008).

promover silenciamento sobre questões de raça e quais podem contribuir para as lutas por reconhecimento das pessoas negras frente a expressões de racismo. Em *Inclusion and democracy* (2002), a filósofa e cientista política estadunidense pondera que as discussões políticas ocorrem por meios menos exigentes do que a troca de argumentos, com base em modos comunicativos recorrentes no cotidiano: a saudação [*greeting*], a retórica e as narrativas. Enquanto a saudação consiste na atenção destinada ao outro interlocutor como digno de atenção e a ser considerado em igual medida, a retórica inclui artifícios como a linguagem figurativa, a emoção e formas de expressões afins. As narrativas, por sua vez, incluiriam o proferimento de experiências pessoais para demonstrar um ponto de vista. Ainda que Young (2002, p. 77) mencione que essas formas de comunicação possam ser feitas de forma superficial, serem manipuladas e insinceras, esses modos comunicativos são pensados como expressões comunicativas e políticas, assim como os argumentos, e podem ser passíveis de críticas e validação. A partir da identificação prévia feita na leitura flutuante, adaptamos nosso livro de códigos de modo a incorporar mais modos comunicativos além daqueles mencionados por Young. Além das narrativas pessoais, acrescentamos os posicionamentos justificados e não justificados, a presença de ironia ou sarcasmo, a presença de humor ou piada e a presença de linguagem chula (códigos 10 a 14).

O quarto conjunto de códigos se relaciona aos posicionamentos dos comentários sobre a luta por reconhecimento (códigos 17 e 18). Foram identificados os seguintes posicionamentos: I) quem luta por reconhecimento ou apoia a luta a partir da nomeação da injustiça (racismo), e II) quem invalida a luta por reconhecimento e a existência do racismo. Dentre os que negam o racismo, foram estabelecidos quatro códigos que qualificam essa negação do racismo ou da luta antirracista: alegação de censura, defesa de interpretação individual, consideração de militância equivocada ou exagerada e “mimimi”. Também foram codificados como tais os comentários do grupo ambíguos ou neutros e aqueles cujos posicionamentos não são explícitos. Ademais, nosso livro de códigos concebeu a presença de ataques menos como um modo comunicativo e mais como um modo de comunicar que incluiria, *a priori*, estratégias de silenciamento (códigos 15, 16 e 19).

Tabela 3 – Estrutura do livro de códigos

Código	Breve descrição
1	Origem do comentário (Youtube, Facebook ou <i>sítes</i> de notícias e blogs)
2	Autoria anônima ou identificada
3	Pertinência
4	Autodeclaração racial
5	Autorreferência sobre o cabelo
6	Autorreferência profissional ou acadêmica
7	Experiência individual na 1ª pessoa
8	Experiência individual na 3ª pessoa
9	Menção ao racismo ou termos afins às desigualdades raciais
10	Posicionamentos justificados ou não justificados
11	Uso das narrativas pessoais para validar pontos de vista
12	Uso de ironia ou sarcasmo
13	Uso de humor ou piada
14	Linguagem chula ou inapropriada
15	Ataques (quando há, direcionados a quem)
16	Ataques a grupos étnicos e raciais
17	Posicionamentos que reconhecem a luta (quando há, nomeia a luta?)
18	Posicionamentos que negam a luta (quando há, agrupar por “censura”, “interpretação individual”, “militância equivocada” ou “mimimi”)
19	Presença de racismo conforme a tipificação legal

Fonte: Elaborado pela autora.

A etapa de validação dos códigos consistiu no teste de confiabilidade realizado a partir da codificação interexaminadores, isto é, com mais de um examinador. Rafael Sampaio e Diógenes Lycarião (2017) defendem que a confiabilidade é uma etapa central para a validade científica da técnica e tem como objetivo verificar a objetividade dos códigos propostos, assim como a capacidade de serem aplicados por qualquer codificador. Em nossa pesquisa, 10% do material foi codificado duas vezes, por duas codificadoras, para ser calculado de acordo com o coeficiente alfa de Krippendorff. Andrew Hayes e Klaus Krippendorff (2007) defendem o uso do alfa de Krippendorff como o padrão de confiabilidade na análise de conteúdo. Esse parâmetro calcula a confiabilidade das variáveis propostas por meio das discordâncias (HAYES; KRIPPENDORFF, 2007), ponderando, então, as chances de concordância aleatória (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2017).

Nesta pesquisa, a mostra correspondeu a 218 comentários e foi coletada de forma aleatória a partir da planilha com os números das unidades de análise de cada

plataforma pesquisada⁵⁰. O mesmo livro de códigos foi utilizado para a codificação das três plataformas. Os resultados dos testes de confiabilidade foram incluídos nos anexos (Anexos 1, 2 e 3). Nas análises do Youtube, o coeficiente de maior confiabilidade foi 1,0 e o menor foi 0,656. No Facebook, o coeficiente de maior confiabilidade foi 1,0 e o menor foi 0,65. Em *sites* de notícia e blogs, o maior coeficiente foi 1,0 e o menor foi 0,617. Embora os coeficientes acima de 0,8 sejam os desejáveis, aqueles maiores que 0,6 são válidos.

*

No quarto capítulo, faremos a descrição quantitativa dos dados gerados na análise de conteúdo. Passo esse que nos fornecerá pistas e pontes possíveis para evidenciarmos de que forma os modos comunicativos foram utilizados nas expressões de reconhecimento e não reconhecimento. Após esse empreendimento, no quinto capítulo qualificaremos de que forma alguns dos recursos de legitimidade e os modos comunicativos foram apropriados e como, a partir dos posicionamentos sobre a luta por reconhecimento, essas apropriações incidem sobre a luta, com a mobilização de exemplos, a partir dos eixos escolhidos.

Utilizamos os seguintes critérios para a definição dos eixos de análise: I) seleção de elementos relacionados à proposta de pesquisa, considerando aspectos da luta por reconhecimento bem como os modos comunicativos utilizados nessa luta; II) identificação de aspectos que iluminam as contribuições dos estudos sobre raça no que tange à Teoria do Reconhecimento; III) características dos comentários de quem aponta a existência de racismo e de quem invalida a existência de racismo no livro *Peppa* (2009); IV) uso de recursos de legitimidade e a relação destes com as lutas por reconhecimento; V) o uso de modos comunicativos como estratégias de silenciamento; VI) expressões explícitas e sutis de racismo; e VII) recorrências e padrões identificados.

Para organizar a análise, de antemão discutiremos 1) a disputa em torno do termo racismo, embora não seja um modo comunicativo, a análise das diferentes

⁵⁰ Os 218 proferimentos do teste de confiabilidade foram escolhidos de forma randômica por meio de um *site* de sorteio *online* em amostras de 10% de cada plataforma. No Facebook (1.117), a amostra foi de 112 comentários, no Youtube (833) foram separados aleatoriamente 83 deles e dos comentários de *sites* de notícia e blogs (323) foram retirados 32 comentários para o teste de confiabilidade.

apropriações dialoga com nossa construção teoria. Em seguida, apresentaremos quais modos comunicativos podem impulsionar a luta por reconhecimento ou silenciar esse movimento. Para tanto, assumimos os seguintes eixos: 2) as narrativas pessoais e as autorreferências; 3) os posicionamentos justificados e não justificados; 4) as apropriações da ironia/sarcasmo, humor/piada e da linguagem chula; e, por fim, aprofundaremos nos 5) ataques como forma de comunicar, os quais demonstraram que podem tanto incorporar o silenciamento quanto denunciar a injustiça.

4. DESCRIÇÃO GERAL DOS DADOS

Neste capítulo⁵¹, apresentamos os dados quantitativos da análise de conteúdo para que no passo investigativo seguinte, isto é, no quinto capítulo, possamos realizar a análise cujo objetivo é responder à questão: *a partir das conversações online desencadeadas pelo vídeo “Peppa NÃO!” por meio dos comentários publicados no Youtube, no Facebook e em sites de notícias e blogs, de que forma os modos comunicativos dessa dinâmica interacional incidem sobre a luta por reconhecimento e a valorização do corpo negro?*

Na primeira seção, exploramos os padrões e recorrências de: I) recursos de legitimidade de fala (identificação ou anonimato, a autodeclaração racial, a autorreferência ao cabelo, menção à expertise profissional-acadêmica, menção de experiência individual própria e de terceiros, e menção ao racismo); II) modos comunicativos (posicionamentos justificados e não justificados, o uso de histórias pessoais, o uso da ironia e/ou sarcasmo, uso do humor e/ou piadas e a ocorrência de linguagem chula ou vulgar). Na segunda seção, nos debruçamos sobre os dados gerados pelos comentários que possuem expressões de reconhecimento e de não reconhecimento, com a mobilização de exemplos de posicionamentos. Na terceira seção, apresentamos os dados a respeito dos ataques identificados tanto aos alvos dos comentários ofensivos quanto a grupos étnico-raciais, passando pelos ataques que, segundo a legislação brasileira vigente, são passíveis de criminalização.

4.1 Dados gerais

Todos os 2.273 comentários foram analisados, principalmente no que se refere à pertinência ao objetivo da pesquisa. Houve rejeição de 16,85% do *corpus*, excluído conforme os critérios de seleção já mencionados na metodologia. Isto posto, segue o número total de comentários por plataforma: foram 697 comentários no Youtube, 924 comentários no Facebook e 269 comentários em *sites* de notícia e blogs.

⁵¹ As categorias aparecerão de forma descritiva juntamente com a seleção do material a ser analisado no capítulo seguinte. Para mais informações, consultar o livro de códigos nos anexos. Os dados de toda a codificação realizada estão disponíveis no Anexo 6.

4.1.1 Uso geral de recursos de legitimidade de fala

Primeiramente, expomos a relação entre o anonimato e a identificação das pessoas que participaram por meio dos comentários. No **Youtube**, 82,93% dos participantes usaram nomes ou apelidos identificáveis, enquanto que 17,07% utilizaram pseudônimos não identificáveis – nomes comerciais foram incluídos neste segundo código. No **Facebook**, 99,46% dos participantes usaram nomes ou apelidos identificáveis, enquanto que 0,21% lançou mão de pseudônimos e não foi possível tal identificação em 0,32% dos comentários. Nos comentários de **sites de notícias e blogs**, 83,64% dos comentários foram de participantes identificáveis, enquanto os demais 16,36% se mantiveram no anonimato. Percebemos, então, que a disparidade está entre o ínfimo uso do anonimato no Facebook, ao passo que no Youtube e em menor número nos *sites* de notícias e blogs há a manutenção de pseudônimos anônimos e/ou inteligíveis.

Buscamos identificar quantitativamente, os comentários que apresentam de forma explícita a autodeclaração racial de seus autores ou autoras. Utilizamos as seguintes origens étnico-raciais nas codificações: pessoas negras, brancas, indígenas e amarelas⁵². Tal como o Censo IBGE, também consideramos pessoas negras aquelas autodeclaradas pretas ou pardas. No **Youtube**, 95,41% dos participantes não se identificaram racialmente, 3% deles se identificaram como negros e 1,58% se identificaram como brancos. No **Facebook**, 96,65% dos participantes não se identificaram racialmente, enquanto que 2,38% se disseram negros e em 0,9% dos comentários há autodeclarações de pessoas brancas. Nos comentários presentes em **sites de notícias e blogs**, o percentual de pessoas que não se identificou racialmente foi o maior dentre as plataformas digitais, sendo 98,51% dos participantes; em 0,7% dos comentários as pessoas se autodeclararam negras e em 0,7% se autodeclararam brancas. Tal como podemos ver a partir dos dados apontados, o espaço de maior autodeclaração racial dentre as plataformas digitais é o **Youtube**, de fato, a plataforma onde teve início a luta contra os estereótipos racistas.

⁵² Não houve ocorrência de menção explícita de pessoas dos últimos dois grupos étnico-raciais.

A frequência de autorreferência ao tipo de cabelo por meio da textura (crespo, cacheado, liso ou nenhum) também foi registrada. No **Youtube**, 5,74% dos participantes se autorreferenciou pelo cabelo afro (crespo ou cacheado), enquanto que 0,57% fez autorreferência ao cabelo liso e nos demais 93,69% comentários não houve menção ao próprio cabelo. Já no **Facebook**, em 4,33% dos comentários houve menção ao próprio cabelo como afro, enquanto que 0,3% dos comentários fez referência ao próprio cabelo liso e em 95,35% não houve nenhum tipo de menção. Nos **sites de notícias e blogs**, por sua vez, em 1,12% dos comentários houve autorreferência ao cabelo como sendo afro e nos demais 98,88% dos comentários não houve menção autorreferencial. Assim notamos que o percentual de aparições relacionadas ao cabelo foi consideravelmente maior do que a aparição de autodeclarações raciais.

Tabela 4 – Presença de anonimato, autodeclaração e autorreferência ao cabelo nas três plataformas

Código	Anonimato	Autodeclaração	Autorreferência
Youtube (697)	17,07%	4,59%	6,31%
Facebook (924)	0,54%	3,28%	4,63%
Sites de notícias e blogs (269)	16,36%	1,49%	1,12%

Fonte: Elaborado pela autora.

Quando fazemos uma clivagem por posicionamentos que reconhecem e negam a luta, constatamos mais autorreferências entre aqueles que negam, do que entre aqueles que a reconhecem.

Tabela 5 – Percentual de autorreferência do cabelo e autodeclaração racial entre os posicionamentos que reconhecem e negam a luta

Plataforma	Reconhece e é pessoa negra	Reconhece e é pessoa branca	Nega e é pessoa negra	Nega e é pessoa branca
Youtube	2%	2%	6%	3%
Facebook	3%	1%	3%	3%
Site de notícias e blogs	Não há	Não há	1%	1%
Plataforma	Reconhece e tem cabelo crespo ou cacheado	Reconhece e tem cabelo liso	Nega e tem cabelo crespo ou cacheado	Nega e tem cabelo liso

Youtube	5,8%	0,5%	7%	2%
Facebook	4,3%	0,4%	10%	1%
Site de notícias e blogs	3%	Não há	1%	Não há

Fonte: Elaborado pela autora.

Foi identificada também a frequência das menções à expertise profissional ou acadêmica, à história individual em primeira pessoa e à história individual em terceira pessoa. Foram codificadas apenas as experiências individuais que envolviam a temática racial acerca do cabelo, no caso, o objeto da demanda por reconhecimento. A expertise profissional consiste em dizer se o autor ou autora do comentário é professor ou possui outra profissão que permite dar legitimidade à fala por meio do conhecimento formal. A experiência individual, por sua vez, é a presença de relato em primeira pessoa, de vivências referentes ao cabelo, bem como de experiências raciais e/ou de preconceito. Já na experiência em terceira pessoa foram consideradas as experiências com o cabelo, com questões raciais e/ou de preconceito vivenciadas pela terceira pessoa em questão. Em sentido preciso, se trata de relatos de vida de terceiras pessoas – filhas, irmãs, mães, pais, vizinhos, colegas de sala, etc. –, ou seja, não são opiniões sobre a terceira pessoa, mas o relato de sua experiência.

Tabela 6 – Menção de expertise profissional, experiência individual e experiência de terceiros nas plataformas

Código	Youtube (697)	Facebook (924)	Sítes de notícia e blogs (269)
Aciona expertise profissional	3,44%	4,55%	1,12%
Aciona experiência individual (1ª pessoa)	6,6%	5,84%	1,12%
Aciona experiência de outrem (3ª pessoa)	5,45%	0,32%	0,37%

Fonte: Elaborado pela autora.

Na tabela acima, é possível identificar que o **Facebook** foi o principal espaço de menção das experiências profissionais ou acadêmicas. O que significa que nessa plataforma, os autores e autoras dos comentários lançaram mão de forma explícita, pelo menos em maior proporção, de suas expertises no comentário feito. O **Youtube**, por outro lado, aparece como espaço propício para a menção de experiência individual em primeira pessoa. Vale retomar o dado mencionado

anteriormente de que nessa plataforma também ocorrem com maior frequência as autodeclarações raciais e a autorreferência a cabelos crespos, cacheados ou lisos. Uma vez mais, o Youtube emerge como o maior espaço de autoexpressão, em comparação com as demais plataformas em estudo. Além disso, a rede de compartilhamento de vídeos também conta com um número expressivamente maior de comentários com a aparição de experiências de terceiros em comparação com o Facebook e os *sites* de notícias e blogs.

Nos comentários presentes em **sites de notícias e blogs**, em contrapartida, há uma ausência generalizada em relação à aparição de elementos de expertise, experiência individual e, principalmente, ocorrências de experiências individuais em terceira pessoa. Essa escassez de recursos se repete nas categorias que incluem comentários com alguma referência pessoal do autor ou autora do conteúdo. Ainda em relação às três plataformas digitais que nos interessam, é pertinente sublinhar que a menção ao racismo também foi observada dentro do conjunto de códigos relativos aos recursos de legitimidade (Tabela 7). Foram considerados termos que se conectam com a discussão racial no Brasil, tais como: racismo, raça, branquitude, negra, discriminação, racista, escravidão, mestiçagem, opressão racial e expressões afins.

Tabela 7 – Proferimentos que mencionam racismo, raça e termos afins nas plataformas

Código	Youtube (697)	Facebook (924)	Sites de notícia e blogs (269)
Proferimentos que mencionam racismo, raça e termos afins	31%	30%	26%

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao evocar a tensão racial ao invés de invisibilizá-la, a menção ao racismo e termos afins se torna um dado importante e com alto número de correspondências no *corpus*⁵³.

4.1.2 Uso geral dos modos comunicativos

⁵³ Discutiremos as diferentes apropriações e posicionamentos com uso do termo precisamente na seção 5.1.

Os modos comunicativos, tal como expomos no capítulo anterior, foram agrupados em nosso livro de códigos da seguinte maneira: posicionamentos justificados e não justificados, narrativas pessoais, o uso da ironia e/ou sarcasmo, uso do humor e/ou piadas e a ocorrência de linguagem chula ou vulgar. Os posicionamentos (Tabela 8), por sua vez, foram divididos entre: justificados, não justificados e, em alguns casos, inexistentes. Como consta em nosso livro de códigos, foram consideradas como justificativas a presença de definições, exemplos, relações de causa e efeito e soluções.

Tabela 8 – Comentários com posicionamentos justificados e não justificados

Código	Frequência no Youtube	Frequência no Facebook	Frequência em sites de notícia e blogs
Posicionamento não justificado	63,41%	56,71%	57,62%
Posicionamento justificado	36,44%	38,85%	40,15%
Não há posicionamento	0,14%	4,44%	2,23%

Fonte: Elaborado pela autora.

Verificamos que os percentuais em relação aos posicionamentos justificados ou não justificados nas diferentes plataformas se assemelham. No **Youtube**, embora tenhamos identificado anteriormente a assiduidade de autorreferências, agora, na proporção de justificativas, constatamos que o percentual de posicionamentos não justificados foi comparativamente maior. No **Facebook**, encontramos o maior percentual de comentários que não contêm posicionamentos. É importante ressaltar que quando comparado com o **Youtube** e os **sites de notícias e blogs**, o **Facebook** é a plataforma mais propensa a outros recursos, tais como *emojis*, *aspas*, links com imagens em miniaturas, trechos de músicas, respostas diretas aos comentários, dentre outros.

Se na subseção sobre recursos de legitimidade de fala, chamou nossa atenção a inclusão de experiências individuais e/ou de terceiros no comentário, dessa maneira, no código de narrativas pessoais nos debruçamos sobre o uso estratégico das histórias pessoais como forma de justificação. Com efeito, identificamos quando os relatos, as vivências e/ou percepções sobre as próprias experiências ou de terceiros foram utilizados a fim de reforçar e defender um determinado ponto de vista. No **Youtube**, 14,20% de todos os comentários

utilizaram as narrativas pessoais; no **Facebook**, o percentual foi de 11,36%; ao passo que, nos comentários de **sítes de notícias e blogs**, o percentual foi de 6,32%. Aqui nos parece significativo ressaltar que a contação de histórias pode ajudar as pessoas a articularem sentimentos e injustiças, ao mesmo tempo, o uso de histórias pessoais para validar um ponto de vista também pode ser feito de forma insincera, com a finalidade de manipular ou dissuadir (YOUNG, 2002).

No código de ironia e/ou sarcasmo, buscamos definir esses artifícios retóricos, respectivamente, quando o autor ou autora do comentário diz o contrário do que deseja dar a entender e quando há zombaria ou escárnio referente a alguém ou a um assunto. Já a presença de humor ou piada foi identificada quando o teor do comentário era cômico e, portanto, tinha a intenção de divertir o leitor. Pela percepção subjetiva e interpretativa desses dois modos comunicativos, dentre as opções foi incluída a alternativa “Não é possível inferir”.

Tabela 9 – Uso de ironia ou sarcasmo e uso de humor ou piadas

Plataforma	Não há ironia ou sarcasmo	Há ironia ou sarcasmo	Não há humor ou piadas	Há humor ou piadas
Youtube (697)	70,30%	18,22%	87,09%	1,58%
Facebook (924)	92,97%	5,09%	98,48%	0,97%
Notícias e blogs (269)	82,16%	17,10%	95,17%	4,46%
Não consideramos aqui o percentual de comentários cujo teor não foi possível inferir.				

Fonte: Elaborado pela autora.

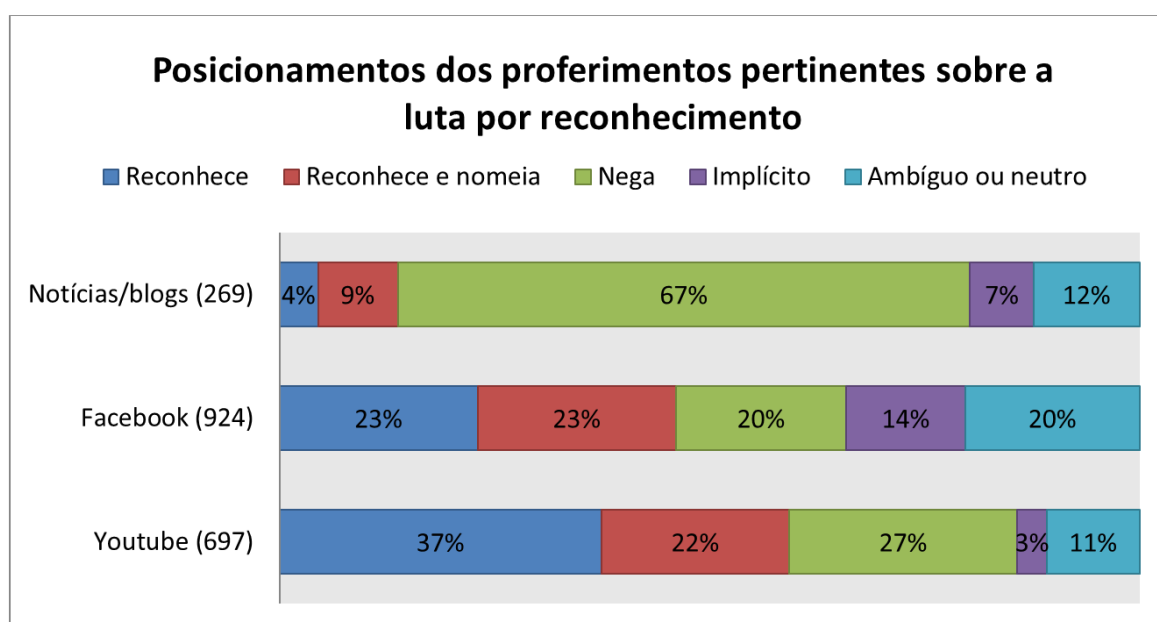
A frequência de ironia ou sarcasmo foi maior em todas as plataformas quando comparadas à aparição de humor ou piadas. O maior percentual de ironia ou sarcasmo foi encontrado no **Youtube**, enquanto os comentários de **sítes de notícia e blogs** apresentaram o maior percentual de humor ou piadas, ainda que em baixa proporção. O **Facebook** contou com percentuais baixos em ambas as aparições. A ocorrência de linguagem chula ou vulgar também foi identificada. No **Youtube**, em 6,74% dos comentários analisados houve uso de palavrões ou termos vulgares. No **Facebook**, esse percentual foi de 4,11%. Já nos comentários de **sítes de notícia e blogs**, a ocorrência foi registrada em 13,75% – mais que o dobro do percentual do **Youtube** e mais que o triplo do percentual do **Facebook**.

4.2 Posicionamentos

Neste estudo consideramos que há, de fato, uma luta por reconhecimento das pessoas negras quanto à estética e seus traços físicos como sendo dignos de valor. Nos debruçamos especificamente sobre a luta por reconhecimento do cabelo crespo, no caso em questão, um movimento iniciado pelo vídeo de Ana Paula Xongani em seu canal no Youtube. Os posicionamentos foram divididos entre aqueles que: (1) reconhecem a luta, (2) reconhecem e nomeiam a luta, (3) não reconhecem a luta, (4) tem posicionamento implícito e (5) apresentam posicionamento ambíguo ou neutro.

No **Youtube**, dos 697 proferimentos pertinentes, 37,45% (261) reconhecem a luta, 21,81% (152) reconhecem e a nomeiam, 26,54% (185) não a reconhecem, 3,44% têm posicionamentos implícitos enquanto 10,76% são ambíguos ou neutros. No **Facebook**, dos 924 proferimentos pertinentes, 23,05% (213) reconhecem a luta, 23,05% (213) reconhecem e a nomeiam, 19,81% (183) não a reconhecem, 13,85% possuem posicionamentos implícitos, enquanto 20,24% deles são ambíguos ou neutros. Nos **sites de notícias e blogs**, dos 269 proferimentos pertinentes, apenas 4,46% (12) reconhecem a luta, 9,29% (25) reconhecem e a nomeiam, 66,54% (179) não a reconhecem, 7,43% não explicitam posicionamento e os 12,27% restantes são posicionamentos ambíguos ou neutros.

Gráfico 1 – Posicionamentos sobre a luta por reconhecimento

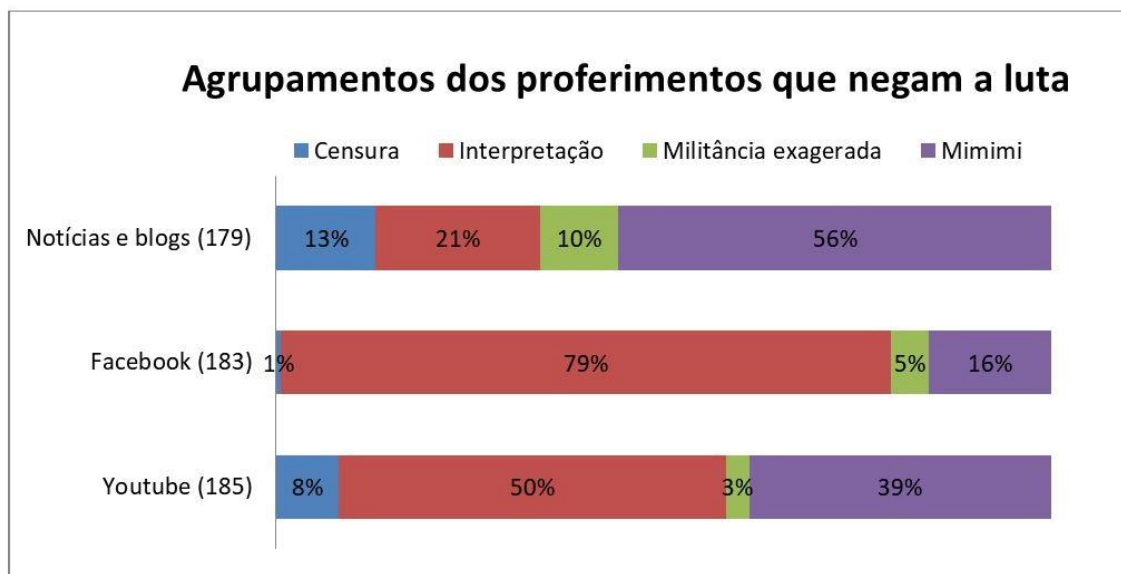


Fonte: Elaborado pela autora.

Nos comentários de **sites de notícias e blogs**, houve alto percentual de negação da luta. Além disso, nesta plataforma a soma dos comentários cujos posicionamentos são ambíguos ou neutros e dos comentários cujo posicionamento está implícito, é maior do que a de comentários com posicionamentos que reconhecem a luta. No **Youtube**, por outro lado, há a predominância de posicionamentos que reconhecem a luta. Essa é a plataforma com o menor percentual de comentários implícitos, o que nos permite inferir que é o espaço de maior disputa entre os diferentes posicionamentos, uma vez que o percentual de negação também é expressivo (27%). No **Facebook**, houve uma tendência de posicionamentos que reconhecem a luta, porém, não é a maioria absoluta, pois a soma foi de 46%. Cabe observar também que o Facebook foi a plataforma que registrou o maior percentual de comentários ambíguos ou neutros, assim como de comentários cujo posicionamento estava implícito.

No universo de comentários que negam a luta por reconhecimento identificamos quatro grupos de posicionamentos, sendo eles: (1) censura: “não vi racismo, censura a gente vê por aqui” (comentário coletado do Youtube); 2) “é lamentável, a falta da compreensão do texto da história” (comentário coletado de *sites* de notícias e blogs); (3) “esses movimentos só existirão se o racismo existir, por isso se esforcem tanto para ver racismo em tudo” (comentário coletado de *sites* de notícias e blogs); (4) “quanto mimimi... Arrumem o que fazer” (comentário coletado de *sites* de notícias e blogs). A distribuição dos comentários com posicionamento de negação (547) foi a seguinte, de acordo com o tema e a plataforma:

Gráfico 2 – Prevalência de sentidos para negação da demanda



Fonte: Elaborado pela autora.

Enquanto no **Youtube**, metade dos comentários que negam a luta indica que a questão tem a ver com a interpretação individual, no **Facebook** esse percentual foi de 79%. No **Youtube**, a categoria “mimimi” também foi considerável (39%). No **Facebook**, “mimimi” correspondeu a 16% dos comentários com esse posicionamento, enquanto as demais categorias foram pouco expressivas. Já nos **sites de notícia e blogs**, a maioria dos comentários (56%) que nega a luta possui o “mimimi”; seguida da categoria de interpretação individual. Quando comparados com os demais, os comentários de *sites* de notícia e blogs foram aqueles que mais recorreram à censura para negar a luta (13%).

4.3 Ataques

Os ataques foram identificados quando houve a presença de ofensas aos demais participantes, tanto de forma direta (ao se dirigir e responder outro comentário ou os participantes da conversa) quanto de forma indireta (ao generalizar os usuários que deixaram seus comentários). Também foram identificados ataques a grupos étnico-raciais, assim como as ocorrências do que seria passível de tipificação criminal conforme a Lei do Racismo (7.716/1989). Dentro do *corpus* analisado, a presença de ataques nas três plataformas contou com variações. No **Youtube**, dos 697 comentários, 35,72% deles continham ataque. No **Facebook**, o percentual

registrado dentre os 924 comentários foi de 19,15%. Já nos **sites de notícia e blogs**, foi registrado o percentual de 46,8% de comentários com ataques.

Operamos um cruzamento de dados entre os comentários que lançaram mão de ataque e o uso do anonimato. No **Youtube**, os ataques por perfis anônimos representaram 24% do total de comentários. No **Facebook**, nenhum ataque por perfil anônimo foi registrado. Nos comentários de **sites de notícia e blogs**, 14% dos comentários possuíam ataques feitos por perfis anônimos. O número foi considerável no **Youtube** (24%), porém, foi baixo nos **sites de notícia e blogs** (14%), embora as duas plataformas tenham contado com o percentual aproximado de anonimato. No **Facebook**, não houve registros de ataques por perfis anônimos. A partir desses dados elaboramos a tabela abaixo, na qual expomos o direcionamento dos ataques.

Tabela 10 – Direcionamento dos ataques nas plataformas

Código	Youtube (697)	Facebook (924)	Sites de notícia e blogs (269)
Há ataque, mas sem direcionamento	15%	30%	66%
Ataque a participantes	16%	44%	9%
Ataque à <i>youtuber</i>	25%	6%	21%
Ataque à autora	37%	12%	4%
Ataque à editora e distribuidores	7%	8%	-

Fonte: Elaborado pela autora.

Não obstante o fato de o **Facebook** ter apresentado o menor registro de ataques nos comentários, foram identificados ataques a todos os atores listados em nosso livro de códigos. O **Youtube**, por sua vez, contou com a maior distribuição entre os alvos de ataques, além de ter sido a plataforma digital na qual os ataques à autora Silvana Rando tiveram o percentual mais alto (37%). Nos **sites de notícia e blogs**, houve concentração dos ataques na figura da *youtuber* Ana Paula Xongani (21%) e sem direcionamentos explícitos (66%).

Buscamos identificar se o comentário possuía o teor de ataques a grupos étnicos e/ou raciais. Os dados são os seguintes: dos 697 comentários no **Youtube**, 19 (2,73%) deles apresentava teor de ataque étnico-racial a grupos; dos 924 comentários no **Facebook**, 11 (1,19%) deles apresentava teor de ataque étnico-racial; ao passo que, nos **sites de notícias e blogs**, foram identificados 17 (6,32%)

comentários. Vejamos, a seguir, dois comentários cujo conteúdo é marcadamente uma forma de ataque a grupos étnicos e/ou raciais:

1) “Aceitamos a cota racial e ninguém fala nada... [...] não vejo nada de anormal neste livro!!!! temos que parar de aceitar que algumas raças são ‘COITADINHAS’” (Comentário coletado do Youtube).

2) “eu não era racista, mas de tanto ver negro se vitimizando, em especial o Lázaro Ramos e aquela mulher insuportável dele, estou começando a ficar totalmente contra” (Comentário coletado de *sites* de notícias e blogs).

Houve a predominância de ataques a grupos étnico-raciais de pessoas negras, a exemplo dos ataques encontrados nos **sites de notícias e blogs**: todos foram direcionados a esse grupo. Além do que, foram identificados também, mas em menor quantidade, ataques cujos alvos foram as pessoas brancas, de forma geral ou personalizada.

5. ANÁLISE: ENTRE LUTAS E SILENCIAMENTOS

Nas próximas seções, discutiremos as diferentes nuances da luta por reconhecimento evidenciada no caso da suspensão do livro *Peppa* (2009). Organizamos a análise em elementos que favorecem a luta – reconhecem que há racismo no livro, que há uma luta historicamente constituída contra estereótipos e inferiorização dos traços negros, dentre outros – e em elementos que negam ou que promovem a omissão e invisibilização dessas demandas. Para tanto, retomamos as lacunas apontadas na teoria honnethiana para identificar as estratégias de silenciamento estabelecidas, a saber, I) desumanização, II) silenciamento histórico e III) reparação de injustiças.

Com as críticas previamente apresentadas, partiremos então de um aprofundamento da discussão para compreender de que maneira as expressões de reconhecimento⁵⁴ reverberam e como os modos comunicativos incidem sobre a luta e podem promover silenciamentos. Nesse sentido, primeiramente iremos elucidar as diferentes formas pelas quais o termo “racismo” e afins foram acionados, e como se dá a disputa da terminologia relacionalmente. Ainda que a palavra e os termos correlacionados não sejam entendidos como um modo comunicativo, suas diferentes apropriações empíricas são propícias ao diálogo com a teoria e se conectam com as estratégias de silenciamento que serão discutidas na sequência.

A partir do segundo eixo começaremos a explorar os diferentes modos comunicativos. Primeiro, apresentaremos as contribuições das autorreferências e das narrativas pessoais para a luta por reconhecimento, bem como para o silenciamento delas. A autoidentificação do autor ou da autora do comentário como pessoa negra e/ou cripa, todavia, não levou à uniformidade dos posicionamentos desse grupo. Demonstraremos de que forma essas menções contribuem para a luta por reconhecimento. Na sequência, iremos discorrer acerca de exemplos das narrativas pessoais e de que modo elas colaboraram com a luta, assim como identificamos estratégias que, ao contrário, lançam mão de formas de silenciamento.

No terceiro eixo, pretendemos investigar as justificativas e seus papéis na luta por reconhecimento em estudo. Argumentamos que a nomeação do racismo e das

⁵⁴ Ao entender que as expressões de reconhecimento não foram mapeadas por raça, isso implica em pessoas não-negras assumindo posições junto ao grupo injustiçado. Por isso estamos usando “expressões de reconhecimento” ao invés do engajamento na própria luta, encampado e personificado na *youtuber* Ana Paula Xongani.

desigualdades acerca do cabelo crespo são elementos da semântica compartilhada por aqueles que se entenderam como injustiçados. Por outro lado, exemplificamos os grupos de negação da luta, os quais silenciam o conflito posto. No quarto eixo, iremos discutir o papel do sarcasmo/ironia e humor/piada, em nosso estudo. O que se justifica, porque embora esses modos comunicativos não tenham lugar em trocas políticas dentro de arenas formais, acreditamos que eles poderiam colaborar com as lutas por reconhecimento ou com seu o silenciamento.

Finalmente, discutiremos os ataques enquanto formas de expressão que podem conjugar diferentes modos comunicativos. Definiremos o que foi codificado como ataque em nosso *corpus* e como essas aparições podem ser entendidas em duas dimensões: uma delas é o ataque ofensivo e silenciador, independente do seu posicionamento; a outra, o ataque que aponta o dano. É preciso destacar que dedicamos a parte final do capítulo para apresentarmos breves reflexões acerca das três plataformas digitais analisadas.

5.1 Racismo: sentidos em disputa

Em Honneth (2009), encontramos aspectos caros para a apreensão do objeto estudado quando analisado à luz da teoria do reconhecimento. Vale retomar alguns deles, tais como o papel central do dano e dos sentimentos morais como mola propulsora para a luta, o papel do conflito, a noção de luta contínua, a autoidentificação e a formação de uma semântica coletiva que faz com que as reivindicações por reconhecimento sejam identificadas por uma comunidade. Na análise do objeto proposto, foi possível identificar essas dinâmicas da luta por reconhecimento contra a manutenção de estereótipos raciais.

Embora a luta seja feita a partir do compartilhamento semântico do dano – o racismo desvelado pelo livro infantil *Peppa* (2009) –, os comentários analisados nos permitem inferir que a própria noção de racismo está em disputa. Entre todos os comentários do *corpus*, cerca de 30%⁵⁵ deles mencionaram o termo ou palavras correlatas⁵⁶ que acionam as relações e desigualdades raciais nas três plataformas

⁵⁵ Média entre os percentuais do Youtube (31%), Facebook (30%) e *sites* de notícias e blogs (26%) do *corpus*, conforme Tabela 7.

⁵⁶ Foram considerados ermos que evidenciavam as relações raciais de algum modo, como “negra”, “preta”, “branquitude”, “discriminação”, “racistas”, por exemplo.

estudadas. Porém, com diferentes apropriações e posicionamentos. Existem aqueles que concordam com o vídeo de Ana Paula Xongani – fazem coro às suas críticas, caracterizando o estereótipo do cabelo como expressão de racismo – e aqueles que são contrários à opinião da *youtuber*. Esses últimos se apropriam do termo “racismo” para criticá-la, negam que haja racismo, alegam “censura”, “histeria”, “radicalismo”, “ignorância”, a acusam de equívoco ou apenas lhe conferem o total descrédito. Neste trabalho, portanto, é possível identificar as disputas de sentido em torno do termo “racismo” e afins, o que pode ser verificado também nos dois comentários abaixo, ambos coletados do Youtube:

- 1) “Eu não sei o que é mais triste, se é [esse] racismo inconsciente ou se aquele racismo declarado, que ataca as pessoas diretamente”.
- 2) “Concordo que o racismo é uma praga que assola nosso país, mas no caso desse livro [...] faltou interpretação”.

No primeiro comentário, vemos que na menção ao racismo ele é caracterizado como uma opressão que pode existir ora de forma “inconsciente” como aparece no livro *Peppa* (2009), ora de modo “declarado”, de tal maneira que há várias e diferentes práticas racistas. No segundo comentário, a opressão é tida como catastrófica, um desastre na sociedade brasileira, sua existência é afirmada, mas não no livro *Peppa* (2009), como argumenta o autor ou autora do comentário. Interessante notar que o significado da palavra “praga”, usado para descrever o racismo no segundo comentário, inclui a noção de grande desgraça pública, ou ainda, pessoa e coisa importuna, aquilo que incomoda. Pelas proporções evocadas pela palavra, uma praga não deveria ser tão facilmente negada, como é feito na segunda parte do comentário que justifica a questão como falta de interpretação.

Assim, a própria definição sobre quais práticas são consideradas racistas é tensionada no cenário geral. A semântica que define os estereótipos sobre o cabelo crespo como uma prática racista é compartilhada entre aqueles que se posicionam a favor da luta pelo reconhecimento do dano e da injustiça simbólica, mas ainda não pode ser considerada amplamente compartilhada. A existência de racismo por vezes é admitida entre aqueles que criticam a reivindicação da *youtuber* Ana Paula Xongani. Porém, mesmo admitindo que existe racismo, esses comentários vão usar os mesmos termos e concepções para negar os estereótipos racistas. Percebemos, então, que ao atribuir a essa opressão um caráter pontual e eventual, as justificativas relegam essa luta por reconhecimento ao silêncio.

Pâmela Guimarães-Silva (2020) argumenta que o racial é, necessariamente, comunicacional. Se essa opressão que dá nome às desigualdades historicamente estabelecidas socialmente entre pessoas brancas e não brancas, privilegiando as primeiras em detrimento das segundas não existe biologicamente, ela só existe nas relações. Além disso, ela é comunicacional uma vez que “a tomamos como modeladora da visão e das interações sociais entre os sujeitos, entre os sujeitos e a mídia, entre o sujeito e os contextos” (GUIMARÃES-SILVA, 2020, p. 105). Dessa maneira, enquanto “dispositivo interacional” (*ibid*), a raça conforma as interações e as visões das e entre as pessoas. Sendo uma construção intersubjetiva, a raça é atualizada nas relações estabelecidas entre as pessoas, o que significa que não deve ser tomada de forma estática e fixa como nos textos legais, uma vez que é remodelada nas relações sociais.

Essa noção de atualização das práticas racistas justifica a luta por reconhecimento iniciada. Mesmo que constem em textos legais, essas definições não estão dadas: prova disso é o número irrisório de pessoas que são enquadradas na Lei do Racismo, crime inafiançável e imprescritível, diferentemente do crime de injúria racial, que é afiançável e prescritível (ou denúncias ainda mais brandas⁵⁷). Diante disso, é necessário que as demandas desse grupo sejam feitas para atualizar as práticas antirracistas, além de desnaturalizar termos até recentemente não questionáveis como cabelo duro, cabelo ruim ou pixaim. Tal como podemos constatar nos dois comentários coletados do Facebook e apresentados abaixo, há um conflito acerca da percepção quanto às demandas das pessoas negras:

- 1) “Eu sempre tive cabelo ruim. Cresci assim. Tiravam sarro e eu não morri por isso”.
- 2) “Não é apenas um livro, uma historinha qualquer. São estas historinhas que disseminam e perpetuam comportamentos sociais de exclusão, preconceito, machismo ao ponto de ainda lermos aqui, por exemplo, que ‘Eu tinha cabelo ruim’”.

Publicamente, o uso desses termos é questionado e não é mais considerado adequado. A linguagem também se atualiza no decorrer do tempo, conforme sublinha Feres Júnior et al. (2013). Os significados são coletivamente partilhados e

⁵⁷ Fantástico. Ataques racistas: muitas vezes, denúncias são registradas nas delegacias como calúnia. G1, 20 jun. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/06/20/ataques-racistas-sao-flagrados-pelo-pais-mas-denuncias-sao-registradas-como-calunia.ghtml>>. Acesso em: 29 set. 2021.

se transformam, assim, há um conjunto de sentidos aceitos nas interações sociais e “outro conjunto de usos e significados proscritos, por serem considerados ofensivos, pejorativos, estereotipantes etc., seja para grupos específicos [...] em geral” (FERES JÚNIOR et al., 2013, p. 89). O que podemos perceber ao considerar a diferença marcadamente entre os dois comentários expostos anteriormente. Feres Júnior et al. (2013, p. 90), defendem que esses padrões definem o “politicamente correto”, ou o que é ofensivo e o que não é, observam também que

Durante a escravidão, quando os negros sequer gozavam de direitos básicos da cidadania, o uso de linguagem derogatória não constituía problema moral e muito menos legal. Mesmo na época em que Lobato escreveu, começo do século XX, os negros encontravam-se em tal estado de marginalidade social que poucas condições tinham de vir a público de maneira organizada criticar tais práticas. O primeiro movimento social negro de caráter nacional, a Frente Negra, surgiu somente em 1931, e já tinha como objetivo principal lutar contra o racismo e a discriminação (Moura, 1989). É natural que nos dias de hoje, após quase três décadas de normalidade democrática e de um avanço contínuo dos direitos da cidadania em nosso país, o uso de linguagem racista se torne uma questão de relevância pública, pois ele contradiz exatamente a evolução moral e institucional de nossa sociedade.

Esse tipo de regulação discursiva tácita não ocorre sem disputas (SILVEIRA, 2020). Bruna Silveira posiciona a regulação discursiva não como a solução dos problemas sociais brasileiros, mas como um caminho pelo qual a transformação política e a resistência devem, necessariamente, passar. De acordo com Nilma Lino Gomes (2019, p. 393), “o problema não está no cabelo em si nem na sua textura, mas nas representações coletivas negativas construídas em torno do negro no contexto da cultura e das relações raciais brasileiras”. Nesse sentido, a luta por reconhecimento contra o uso de estereótipos raciais não é senão uma evidência do alcance progressivo das lutas por reconhecimento do povo negro. Ao mesmo tempo, as pautas contra o genocídio da juventude negra, contra o encarceramento da população negra e pelas condições básicas de vida previstas pela Constituição Federal, ainda estão em voga e lançam luzes sobre a herança violenta e condições de subjugação das pessoas negras ainda hoje.

Ora, essas lutas por reconhecimento se fazem necessárias na tentativa de descortinar a hierarquização e as desigualdades raciais. Mesmo que uma face do racismo esteja caracterizada na legislação brasileira, ela não é suficiente para extirpar as práticas prejudiciais que continuam a se perpetuar nas dinâmicas sociais.

As lutas por reconhecimento buscam evidenciar, ainda que a resposta do movimento histórico seja ignorar os atritos raciais – como se os problemas não estivessem postos anteriormente. Frequentemente, a Internet e as tecnologias, de forma geral, são formas de mobilização e denúncia desses episódios, tal como observado no caso da crítica e suspensão do livro *Peppa* (2009), atualizando as noções do que é aceitável e o que precisa ser transformado. Em *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra* (2019 [1952], p. 45), bell hooks afirma que a fala é um ato transformador:

Falar se torna tanto uma forma de se engajar em uma autotransformação ativa quanto um rito de passagem quando alguém deixa de ser objeto e se transforma em sujeito. Apenas como sujeitos é que nós podemos falar. Como objetos, permanecemos sem voz – e nossos seres, definidos e interpretados pelos outros.

Defendemos que a luta por reconhecimento a partir do livro *Peppa* (2009) não começa apenas nos estereótipos raciais, mas faz parte do guarda-chuva maior de empreendimentos de pessoas negras contra processos de desumanização, coisificação e inferiorização (MBEMBE, 2014). O que ocorre é que, como no caso do livro infantil em questão, esses processos são passíveis de serem identificados simbolicamente por meio de figuras, ilustrações, ditados populares, dentre outros produtos da linguagem. Sob esse aspecto, a menção racial impulsiona e colabora com a causa na medida em que é feita por aqueles que admitem a luta por reconhecimento, a exemplo dos autores e autoras de comentários que endossam o posicionamento da *youtuber* Ana Paula Xongani. Ou ainda, de autores e autoras de comentários que adicionam elementos à noção de que a obra infantil *Peppa* (2009) fere a percepção positiva que os leitores – sobretudo as crianças – terão de si mesmas. Nos comentários a seguir vemos que é notória a contribuição dos autores e autoras para a discussão que se descortinava nas plataformas digitais:

- 1) “Sutilezas racistas do dia a dia que as pessoas brancas não percebem ou não querem perceber. Estou chocada com esse relato! E ainda aos prantos por ter me identificado com a personagem e imaginar: se estou me sentido assim imagine uma criança?” (comentário coletado do Facebook).
- 2) “Quem disse que não sabemos o que é racismo?! Sabemos porque sentimos na pele. Racismo vai além de não gostar de negros/chamar de

macaco. [...] A imagem do racista é de Ku Klux Klan. Mas racista pode ser uma velhinha fofa que faz bolo de chocolate para os netos e chama o cabelo de alguém de duro ou ruim” (comentário coletado do Youtube).

3) “Monteiro Lobato pertence a uma época escravagista e retrata de maneira verossímil a sociedade da época! Racismo nem era uma terminologia utilizada na época [...] O que era tolerado há mais de um século não pode ser visto com os mesmos olhos hoje” (comentário coletado de *sites* de notícias e blogs).

Os comentários acima abordam questões como as sutilezas das práticas racistas, o estereótipo do racista e a permissividade do que existia há mais de cem anos e que não tem lugar hoje (os grifos são nossos). O termo racismo e seus derivados, empregados nas reivindicações de Ana Paula Xongani, são acionados também por aqueles que as legitimam. Seja para reconhecer a luta contra injustiças raciais e/ou para endossar o ponto de vista da *youtuber*, o termo é mobilizado a fim de endossar o impacto que a obra infantil *Peppa* (2009) tem na autoimagem positiva que as crianças negras têm de si mesmas e também para apontar para a compreensão alargada do racismo, a qual é alimentada pelos estereótipos. À luz da teoria do reconhecimento, soa razoável afirmar que esse processo é importante na medida em que nomeia o dano, no caso o racismo. Nesse contexto, como salienta Honneth (2009, p. 258), a ponte semântica foi suficientemente resistente para a “constituição de uma identidade coletiva”.

5.1.1 A menção ao racismo utilizada como estratégia de silenciamento

Ao desconsiderar o racismo como opressão estrutural e estruturante, as lutas por reconhecimento incorrem em três dificuldades já abordadas: I) a desumanização das pessoas negras, II) o silenciamento sócio historicamente conformado desse grupo, assim como III) as relações com uma comunidade com papel dúbio, isto é, tanto pode promover a reparação de injustiças quanto perpetrar essa opressão. Investigamos, então, de que modo esses silenciamentos se estabelecem no conteúdo dos comentários, como estratégias para a descredibilização das reivindicações contra o uso de estereótipos. Aqui, a apropriação do termo “racismo” e de termos afins também foi feita por aqueles que viram na palavra uma forma de

contra-argumentação, vejamos o exemplo do comentário abaixo, coletado do Youtube:

- “Para a pessoa negra tudo é racismo. Mas existe o verdadeiro racismo e existe o racismo que os próprios negros têm contra eles. Isto não é normal. Está resenha está muito equivocada”.

Esse comentário é uma resposta ao vídeo da *youtuber* Ana Paula Xongani, nele é possível notar a dimensão interpretativa que o racismo assume. Além do que, podemos constatar como as pessoas negras se tornam uma coletividade homogênea, na qual a capacidade de identificar o racismo é equivocada. Embora generalize o grupo, o comentário afirma que esse movimento “não é normal”. Há ainda aqueles que mencionam o racismo para dizer que ele não existe, como no caso dos comentários a seguir:

- 1) “Estou horrorizando é com esta ‘resenha’, esta guerra das cores já está ridícula, com racismo embutido está criando um novo *apartheid* no Brasil” (comentário coletado do Youtube).
- 2) “Estão mostrando um ódio pelo branco e, de certa forma, aprendendo a se vingar também. Vamos lutar pela valorização uns dos outros, pois somos todos iguais” (comentário coletado do Facebook).

Os comentários acima estão na dinâmica de silenciamento histórico, em que as tentativas de problematizar as tensões raciais são colocadas conforme as lacunas identificadas na teoria honnethiana. No primeiro comentário, a “guerra das cores” seria deflagrada pelo apontamento de estereótipos, criando um “novo” *apartheid* no Brasil – cabe ressaltar, no entanto, que o país nunca incorporou tal sistema. Do ponto de vista histórico, o racismo científico no Brasil, aliado a teses eugenistas, começa a ser substituído pela noção de “harmonia” entre as raças no século XX. Em todas essas perspectivas, as pessoas negras não assumiram protagonismo, senão a culpa pela “degeneração” do povo brasileiro na primeira e o aprisionamento das imagens dessas pessoas como posse pelo “amor da senzala” na segunda perspectiva, conforme denunciava Lélia Gonzalez (1984). Apenas na década de 1950, os estudos passam a problematizar a noção de igualdade racial e de “harmonia” entre raças, ou seja, são 70 anos até o ano de 2020, época em que as desigualdades raciais estão sendo cada vez mais problematizadas. Contudo, se passou mais de quatro séculos desde o início da escravização da mão de obra negra no país, mais propriamente no século XVI. De forma histórica, simbólica e

política, as relações raciais foram construídas de tal modo que inferiorizaram as pessoas negras escravizadas e continuou por humilhá-las após a escravização. Não se trata, de fato, da criação de um novo sistema de divisão, mas de um sistema divisor posto há muito tempo.

O segundo comentário possui o viés “somos todos iguais”, cujo objetivo é apaziguar as críticas feitas para as pessoas não-brancas não recorrerem ao ódio e vingança. O apagamento do conflito beneficia apenas a branquitude, que evita ter de se confrontar com seu papel – ao longo das gerações e que ainda hoje lhe permite se beneficiar econômica e simbolicamente. Grada Kilomba (2016) defende que o racismo é uma problemática branca. E, embora deva ser enfrentado pela branquitude, quando esse passado violento que herdamos é apontado há a pronta negação histórica e o apagamento dos conflitos como estratégia de dominação e silenciamento. Para Silvio de Almeida (2019), o racismo atinge a configuração social internamente, estabelecendo padrões hierárquicos e formas históricas de dominação, de tal forma que se invisibiliza o fato de que pessoas negras recebam salários menores, estejam em maior quantidade nos trabalhos mais degradantes e habitem as regiões mais periféricas da cidade. A menção ao racismo também é feita em comentários com a finalidade de reproduzir as desigualdades raciais, tal como podemos constatar nos dois comentários abaixo:

- 1) “Eu não era racista... mas agora estão conseguindo me deixar racista a cada dia que leio essas aberrações” (comentário coletado de *sites* de notícias e blogs).
- 2) “Meu Deus!!!! Tudo agora é r.a.c.i.s.m.o. Ô r.a.c.i.n.h.a que acha qualquer coisa” (comentário coletado de *sites* de notícias e blogs).

Em ambos os comentários expostos, é possível apreender os movimentos de desumanização e de impossibilidade de reparação de injustiças, conforme as duas outras lacunas identificadas na teoria do reconhecimento. Em alguns casos, a luta por reconhecimento das pessoas negras se depara com a falta de interlocução pela desumanização explícita de seus interlocutores; herança de uma história recente que ainda rebaixa as pessoas pela cor da pele ou textura do cabelo. Há luta e expressão das injustiças e, imediatamente, a desvalorização dessas reivindicações. Rogers (2009) critica o processo intersubjetivo do reconhecimento por defender que ele deixa o grupo que demanda reconhecimento vulnerável diante da necessidade de estabelecer relações mútuas de respeito com seus próprios opressores. Um dos

passos apontados por Basevich (2019) e Jenkins (2019), é o reconhecimento desses danos pela branquitude a fim de possibilitar o enfrentamento dessas injustiças.

Ao responder às lutas por reconhecimento com hostilidade, esses posicionamentos demonstram como esse processo de ampliação das relações de respeito não ocorre de forma linear, mas contínua e de forma agonística. De todo modo, o fato de a totalidade dos comentários não apontar para uma aceitação da luta, não quer dizer que não ocorreu uma mudança ao longo dos últimos anos, conforme a noção de aprendizado social em Ana Carolina Vimieiro e Rousiley Maia (2017). As respostas à exclusão já assumiram outras formas culturais – seja por meio da capoeira, do teatro negro e do movimento *soul*, exemplos esses mencionados no segundo capítulo. As vozes desses grupos de pessoas negras são as mesmas que se levantam e fazem pressão para serem ouvidas nas esferas institucionais. A própria noção do papel dos estereótipos enquanto operação hierarquizadora da linguagem é um dos avanços dessa grande luta frente à inferiorização. Como salienta Feres Júnior et al. (2013, p. 90), inferiorização essa presente, por exemplo, na linguagem racista que “contradiz exatamente a evolução moral e institucional de nossa sociedade”. Como já defendemos, a luta a partir do livro *Peppa* (2009) não é o início, mas constitui parte do entendimento das pessoas negras no que concerne àqueles aspectos – nesse caso específico, simbólicos – que materializam as desigualdades raciais.

5.2 Sou porque somos: autorreferências e narrativas pessoais

Nesta seção, queremos discutir o papel das autorreferências e narrativas pessoais. No caso que estamos analisando, a autorreferência alude aos momentos em que os autores e autoras dos comentários fazem menção à própria cor e/ou ao próprio cabelo. Nos comentários analisados, quando uma pessoa negra ou crespa demarca esse lugar, ela não está, necessariamente, se engajando na luta. O que se explica, visto que, parcela desses comentários negam as reivindicações e a luta por reconhecimento reverberadas pela *youtuber* Ana Paula Xongani. Abaixo temos dois exemplos de comentários que fazem autorreferências, mas com posicionamentos distintos:

1) “Sou mãe e negra, fiquei indignada com esse livro” (comentário coletado do Youtube).

2) “Sou negra, cacheada assumida, e vejo em meu volume o poder e força ilustrados no livro” (comentário coletado do Facebook).

Afirmar-se enquanto negra não, necessariamente, significa que foi conferida homogeneidade às posições. Diante disso, podemos indagar: de que forma então as menções à própria experiência, à própria vida e às próprias percepções impulsionariam as lutas por reconhecimento? O que Honneth (2003) considera como demandas por reconhecimento justificáveis são aquelas que explicitam a dimensão coletiva e política, isto é, na medida em que uma experiência de desrespeito pode ser generalizável, ao enfrentar exclusões na busca por justiça. Nesse sentido, na medida em que há incentivo à ampliação das relações de respeito com o objetivo de outras pessoas serem reconhecidas e respeitadas plenamente, a luta é justificada. Tendo em vista este apontamento, identificamos de que modo esses comentários coletivizaram ou individualizaram as experiências quando vindos das pessoas negras.

Identificamos o dano (racismo), possíveis sentimentos morais explicitados (como a raiva, o constrangimento e a vergonha) e de que forma as experiências foram generalizadas. No grupo de pessoas que se identificaram como negras ou crespas de forma explícita distinguimos, primeiramente, aquelas que reconhecem a luta por reconhecimento. É importante observar que essas pessoas se identificam como sujeitas à injustiça (racismo) e assumem um papel de agência, tal como podemos verificar nos comentários abaixo:

1) “A autora [...] nunca deve ter sido chamada de macaca, de cabelo de Bombril [...] Para nós essa desconstrução é motivo de luta” (comentário coletado do Youtube).

2) “Porque não perguntam AOS OFENDIDOS o que NÓS NEGROS SENTIMOS?” (comentário coletado do Youtube).

3) “O livro é racista. Nós pretos somos repetidamente acusados de exagerados e extremistas. Exagerada foi a violência física e simbólica à qual as populações negras e indígenas foram submetidas ao longo da História” (comentário coletado do Facebook).

Nos comentários acima, quando a primeira pessoa do plural aparece (nós), esses autores e autoras de comentários coletivizam as questões. No primeiro

comentário, o coletivo aparece como grupo interessado na desconstrução e em novos lugares para que as representações não recaiam, mais uma vez, nos estereótipos de “cabelo de palha de aço”. Borges (2012) afirma que na mídia brasileira, a representação das pessoas negras está cercada de estigmas que se repetem. Esse “aprisionamento” das imagens, segundo a autora, atualiza e agencia a correlação com conteúdos negativos, como é o caso desse estereótipo. No referido comentário, há ainda a menção explícita de luta, de necessidade e, mais importante, de combate a esses estereótipos e a essas construções cujos interessados são as pessoas do grupo afetado. No segundo comentário, a pessoa se inclui no grupo dos desrespeitados utilizando “nós negros” e demanda espaço de fala, isto é, mesmo se entendendo como ofendida, o autor ou autora do comentário se indigna (vide palavras em caixa alta) e reivindica que as pessoas negras falem por si mesmas. No terceiro comentário, o “nós” está também ligado ao grupo e ainda faz uma retomada histórica do que é exagerado ou extremista. O comentário defende que a luta por reconhecimento contra os estereótipos é válida, ainda que as pessoas a julguem como desmedida, porque por muito tempo os grupos de pessoas não-brancas do país foram violentadas, física e simbolicamente.

As pessoas por trás da autoria dos comentários que se autodefinem como negras e que lutam por reconhecimento, explicitam a dimensão coletiva e política dessa reivindicação. Essa dimensão retira o caráter individual do dano e o localiza em um cenário político de tensionamentos raciais que já existia, mas que agora são notados e vistos. Ao deslocar a questão para o coletivo (e político) ao invés do individual, esses comentários também assumem um papel de agência. Os autores e autoras de comentários se autodeclaram negros para reconhecer que houve racismo, dessa forma, ao mesmo tempo em que se reconhecem como injustiçados, demandam ativamente por mudanças, o que se expressa em suas falas autoafirmativas e indignadas.

Utilizamos aqui uma distinção entre autorreferência e autodefinição. No conceito de autodefinição da feminista Patricia Hill Collins (2016), as mulheres negras se autodefinem em processo de resistência à opressão. Ao expandir o conceito para o grupo, nos termos de Collins, temos que ao se autodefinir a pessoa negra rompe com imagens estereotipadas, as quais são substituídas pela própria noção que a pessoa tem de si. Conforme aponta Olívia Souza (2021, p. 62), mediante a autodefinição as pessoas negras podem não apenas apresentar como

se sentem em relação ao mundo, “mas também entender o que essas opressões causaram nelas mesmas ao longo dos anos, a partir de um entendimento sobre sua identidade”.

A autodefinição é, portanto, “o poder de nomear a própria realidade” (COLLINS, 2000, p. 300). Ao reivindicarem que os traços negros sejam retratados de forma menos estereotipada, as pessoas negras e crespas reconhecem a luta por reconhecimento e rejeitam a hierarquia de traços estéticos que lhes é imposta. Elas não só rejeitam a inferiorização de seus traços específicos, mas demandam um novo olhar sobre essas características particulares. O conteúdo desses novos olhares é da ordem da autovalidação [*self-valuation*], pensada por Collins como parte da dinâmica da autodefinição, contexto em que a preocupação é com o modo como esses rompimentos refletem individualmente (CONCEIÇÃO, 2018, p. 44). Sob esse aspecto, não basta se assumir como negro ou negra, visto que, para haver uma autodefinição com vistas a uma transformação das injustiças é imprescindível demandar novas representações. O comentário a seguir nos ajuda a entender melhor os termos desta questão:

- “Olha, quando lemos barbaridades (com boas intenções) como a sua, penso que é necessário ampliarmos ainda mais os espaços de discussões. [...] Ofende, sabe?! O cabelo faz parte da identidade da pessoa, das meninas/mulheres de todas as etnias. São vários tipos de cabelos crespos que devem ser tratados de formas diferentes. No entanto, a indústria de cosméticos e estética está começando a perceber que não queremos alisar do jeito que eles acham que é legal ou aceitável. Nossos cabelos têm múltiplas formas, o meu é crespo 4c e é bem fino. Quando a gente sabe da nossa história e conhecemos outras alternativas, comentários como os seus se tornam sem fundamento” (comentário coletado do Facebook).

No comentário acima (grifos nossos), a pessoa que se manifesta tem o cabelo crespo e o concebe como um traço constitutivo da sua identidade pessoal, além do que, a partir do conhecimento da história étnica, compreende alternativas para lidar com a textura dos fios crespos. Talvez seja pertinente sublinhar que é a própria pessoa autora do comentário que definirá as formas com as quais irá lidar com seu cabelo crespo e não o mercado e/ou as ofertas hegemônicas, por exemplo. O resgate da valorização estética dos traços negros – como o cabelo crespo, os lábios

grossos e a pele escura –, permeia os processos identitários e tem perpassado as discussões contemporâneas acerca do racismo como uma das diversas frentes de reivindicações do *status* igualitário de humanidade. Ao recusarem o espaço de desvalorização das características negras, o qual fora consolidado ao longo da história, assim como os padrões que objetificam e desvalorizam de seus traços, as pessoas por trás dos comentários se autodefinem enquanto seres humanos plenos (GOMES, 2019; CARVALHO, 2019; KILOMBA, 2019). Como pondera Joice Berth (2019, p. 115), esses discursos parecem coerentes, uma vez que exaltar os cabelos como orgulho racial e “amá-los significa cuspir de volta para a boca do sistema racista todas as ofensas, rejeições, exclusões que nos são direcionadas ao longo de toda uma vida”. Mesmo diante dessas reflexões é possível complexificarmos ainda mais o debate e questionarmos: como fica o posicionamento de pessoas crespas que se identificaram como brancas? Vejamos, a seguir, dois comentários por meio dos quais é plausível suscitar a questão apresentada.

1) “Sou branca crespa e ver esse vídeo me chocou muito. Aquela lista infelizmente ainda é realidade de muita menina crespa/alisada, já foi a minha” (comentário coletado do Youtube).

2) “Você está certíssima, sou branca com cabelos crespos e sofri muito preconceito. Hoje não consigo usar meu cabelo natural por mais que digam que fico melhor com ele crespo, credito isso à infância em que tanto sofri [...] Na minha opinião, o livro magoa, faz doer, qualquer criança que ler e tiver um cabelo crespo ficará constrangida, mesmo se a intenção não foi essa” (comentário coletado do Youtube).

Em decorrência do fenômeno da miscigenação, as autoras dos comentários acima se identificam como brancas e crespas e também se identificam dentro da caracterização dos injustiçados. Ao afirmarem que “é realidade de muita menina crespa/alisada” ou “magoa [...] qualquer criança que ler e tiver cabelo crespo”, ambos os comentários coletivizam as experiências, entendendo o impacto negativo associado ao cabelo crespo como marca de inferiorização, até entre aquelas que se entendem como pessoas brancas. A dor e a mágoa, aliados à constatação da injustiça, são sentimentos morais propulsores para a luta. Como realça Honneth (2009, p. 224), “a tensão afetiva em que sofrimento de humilhações força o indivíduo a entrar só pode ser dissolvida por ele na [...] ação ativa”, mas é necessário que adquira a forma de uma resistência política.

Em uma coletivização de um grupo que demanda respeito, o uso das autorreferências contribui sobremaneira para a luta por reconhecimento. O contrário disso também é verdadeiro, ou seja, quanto mais focados nos indivíduos são os conteúdos das autorreferências e das narrativas pessoais, menos elas contribuem para a reivindicação de relações mais dignas e respeitadas. Tal como podemos ver, assim como as autorreferências, autodeclarações e autoavaliações, as **narrativas pessoais** também foram utilizadas para buscar legitimar pontos de vista (YOUNG, 2002). Para distinguir as autorreferências das narrativas pessoais, consideramos as primeiras quando havia referência ao cabelo e à raça da própria pessoa. Todavia, essa consideração foi independente do uso feito de ambos os traços mencionados e das histórias pessoais como modo comunicativo, quando as pessoas negras relatavam suas próprias experiências a fim de complementar seus argumentos, demonstrar e/ou comprovar um ponto de vista.

Os dois principais posicionamentos, isto é, a favor e contra a luta por reconhecimento, contaram com esse modo comunicativo. Esse recurso foi mobilizado de forma majoritária pelos comentários com posicionamentos justificados. Assim, em nosso *corpus*, a narrativa pessoal esteve aliada à forma de justificação em ambos os posicionamentos (MAIA; GARCÊZ, 2013). Quando outras formas de comunicação não forem suficientes, Young (2002, p. 72) salienta que as narrativas podem “falar através das nossas diferenças para promover entendimentos”⁵⁸. Esse uso político da narrativa se define pelo objetivo e o público. Dito de outro modo, a história não é usada para entreter ou expor a pessoa, mas para “demonstrar, descrever, explicar ou justificar algo para outras pessoas em uma discussão política em andamento”⁵⁹ (YOUNG, 2002, p. 72). A partir dos comentários expostos abaixo podemos compreender melhor em que consiste esse uso político da narrativa.

- 1) “Eu fui a Peppa por longos anos da vida, a menina de cabelo ‘Bombril’ [...]. Se as minhas marcas e feridas são como são, sem a influência social da leitura desse livro, imagine como seria devastador pra mim passar pela leitura dele na época que eu sofria tanto com o racismo?” (comentário coletado do Youtube).

⁵⁸ No original, em inglês: “Where we lack shared understandings in crucial respects, sometimes forms of communication other than argument can speak across our differences to promote understanding”. Tradução nossa.

⁵⁹ No original, em inglês: “I tell the story not primarily to entertain or reveal myself, but to make a point – to demonstrate, describe, explain, or justify something to others in an ongoing political discussion”. Tradução nossa.

2) “Meu enteado sofreu muito na última escola por causa do *black power*. Eu quando era criança também passei o mesmo. Chamavam meu cabelo de bombril, arame, diziam que era sujo, bagunçado e tinha piolho. Sempre procuram atribuir estereótipos ao cabelo dos negros, a maioria deles ruins” (comentário coletado do Facebook).

3) “Sofri com preconceito e racismo na escola. Acredito que outras meninas que assistem o canal de Ana Paula também e dou graças a Deus por esse livro não existir no meu tempo de escola. Existe muita margem para todo tipo de chacota. Escrever que o cabelo da menina é tão duro que a mãe usa seus fios, cortados com alicates, para prender pacotes de biscoito se equivale ao clássico ‘Sua mãe nem compra bombril para lavar louça, não é? Basta cortar o seu cabelo que fica até melhor do que se fosse com bombril!’ Sim, eu e muitas outras meninas já ouvimos isso muitas vezes. Depois de ler seu comentário entendi a mensagem que a autora quis passar, mas faltou nela a sensibilidade para entender que para crianças de cabelo crespo, não há nada de lúdico em muita coisa que ela escreveu” (comentário coletado do Youtube).

Nos exemplos acima é possível identificar o apelo à vida pessoal, a uma linha cronológica de acontecimentos e pontos de vistas defendidos. No primeiro comentário, a pessoa se coloca no lugar da personagem do livro infantil: com fios de aço e a partir dessa vivência dolorida, critica o livro como mais uma camada de racismo que seria devastadora se existisse na sua experiência. No segundo comentário, há registro da experiência do enteado e da pessoa caracterizando essas tensões no ambiente escolar, espaço assinalado pela atribuição de comentários negativos que relacionavam o cabelo à sujeira e ao aspecto de material de limpeza. No terceiro comentário, vemos a relação entre racismo e escola ressaltando a crítica ao livro por ignorar esses usos em sala de aula. Nos dois últimos comentários, há a coletivização do dano quando se inclui “outras meninas” e “para crianças de cabelo crespo” como sujeitos que são rotineiramente desrespeitados com esse estereótipo.

A partir do que foi dito é relevante reforçar, no entanto, que Young (2002) não defende o uso das histórias de vida como substituição dos argumentos, mas como uma complementação (GARCÊZ, 2008). A autora as localiza como modos comunicativos para fazer afirmações e prover razões que podem contribuir com a resolução de conflitos de forma justa (YOUNG, 2002, p. 77). A esse respeito,

Vanessa Veiga de Oliveira (2017, p. 75) enfatiza que, nos termos de Iris Young, os usos do *storytelling* possuem “o potencial de politizarem determinado problema, nomeando os sofrimentos como injustiça” podendo, assim, “demonstrar a complexidade de certas questões morais, éticas ou práticas, ainda que não proporcionem uma clara resposta às dificuldades apresentadas”.

Nos comentários apresentados anteriormente, as experiências de injustiças se tornam mais acessíveis para aqueles que não as viveram. O que está em questão é que ao recorrerem à sua própria história, as pessoas podem tornar as experiências de injustiça, nesse caso o racismo, mais inteligíveis e, dessa forma, contribuir para as lutas por reconhecimento. Além disso, os referidos comentários também demonstram a vivência desse tipo de opressão enquanto um dano experimentando na infância e com relação ao próprio cabelo. Nesses comentários, a menção às crianças remete às experiências de constrangimento vividas no espaço pedagógico, situação em que é acentuada a possibilidade de as crianças internalizarem percepções negativas sobre si mesmas e suas características físicas.

Honneth (2009) defende que a falta de assentimento social no desenvolvimento de uma pessoa contribui com reações emocionais, como a vergonha e a raiva, na busca pelo reconhecimento e uma autorrelação bem-sucedida consigo mesmo. Esse processo é característico da relação das pessoas negras com o cabelo, o qual é entendido como signo de inferiorização desde a infância (GOMES, 2019). Alguns autores, a exemplo de Polletta (*apud* GARCÊZ, 2008), argumentam que esse tipo de modo comunicativo deve ser rejeitado por ser baseado em particularidades da experiência. A própria Young afirma que as histórias de vida podem ser usadas para manipular e, nesse caso, serem falseadas ou enganosas. Contudo, a autora observa que os argumentos também podem ter o teor manipulador e que, por um lado, as histórias podem criar estereótipos, por outro, elas também podem desafiá-los (YOUNG, 2002, p. 78). A filósofa e cientista política endossa que a única saída para a conversação falsa e manipulada é a exposição do que é correto, com provimento de razões, histórias de vida, dentre outras formas de comunicar.

As histórias de vida ocasionalmente são partes importantes de argumentos maiores e, às vezes, permitem a compreensão através da diferença na ausência de premissas compartilhadas de que os argumentos precisam para começar (YOUNG, 2002, p. 79, tradução nossa).

Do mesmo modo, o papel das emoções e das histórias de vida também é alvo de críticas de autores sobre a noção de lutas por reconhecimento. Mendonça (2009) vai defender a abordagem honnethiana ao posicionar a intersubjetividade no centro da teoria da justiça, uma vez entender que o reconhecimento é suficiente para distinguir demandas válidas daquelas que não são válidas. Na articulação entre as narrativas pessoais [*storytelling*] e as lutas por reconhecimento acerca do direito à memória e à verdade, Oliveira (2017, p. 75) defende que esse tipo de modo comunicativo faz com que a injustiça – “importante na construção da teoria de reconhecimento de Axel Honneth – seja apreendida cognitivamente e sensivelmente por aqueles que não sofreram”. Isto posto, é notório neste estudo empírico que as narrativas pessoais corroboraram no sentido de apontar como se manifesta esse tipo de injustiça.

O conflito é a confrontação do que está posto e consiste em um dos caminhos para colocar a luta por reconhecimento em marcha. As tensões não podem ser invisibilizadas, pois embora possam ser experiências de outras pessoas, elas são potencialmente generalizáveis, tal como no caso da luta em estudo. Se os relatos em primeira pessoa encarnam os desrespeitos e as condições de injustiças, a partir de parâmetros socialmente generalizados (HONNETH, 2009), seja na esfera do amor, do direito ou da estima social, é possível identificar aqueles generalizáveis. Collins (2000) salienta que o primeiro lugar em que essas narrativas circulam e são compartilhadas são nos espaços entre mulheres negras, em que juntas elas podem resistir à dominação e compartilhar experiências. Com efeito, são espaços de fortalecimento e empoderamento, aqui entendido na perspectiva de emancipação política, social e coletiva a partir de uma visão crítica sobre si mesmo e suas contribuições. Esse momento é reconhecido por Honneth (2009, p. 260), ao assinalar o “efeito reforçativo, [...] [da] experiência de reconhecimento que a solidariedade no interior do grupo político propicia, fazendo os membros alcançar uma espécie de estima mútua”.

Nesse *corpus*, o uso das narrativas pessoais não é por si só positivo ou negativo. Há, contudo, que ressaltarmos o papel arbitrário do acionamento de experiências para ser o único a se fazer ouvir. Embora não seja possível inferir quais narrativas pessoais foram manipuladas e quais não foram, é possível conectar a

subjetividade da natureza do reconhecimento, com os seus aspectos objetivos (generalizáveis) que podem, então, contribuir com a luta.

5.2.1 A autorreferência como estratégia de silenciamento

Aqui podemos abrir outra via de análise, tendo em vista que os comentários de pessoas que se identificaram como negras ou crespas e negaram a luta por reconhecimento também nos fornece subsídios para reflexões teóricas. Dentre esses comentários destacamos os seguintes:

- 1) “Isso é erro de interpretação de texto. Eu li e reli a obra, sou negro, de cabelo crespo, e não achei nada racista na obra” (comentário coletado do Youtube).
- 2) “Veremos dias melhores quando nós, negros, deixarmos o racismo de lado. Não há nada de mais no livro em questão, no meu olhar” (comentário coletado do Youtube).
- 3) “Sou negro... quem vê racismo em tudo é mentalmente perturbado!” (comentário coletado de *sites* de notícias e blogs).

Se considerarmos o *corpus* geral (Tabela 5) ou se analisarmos os comentários por posicionamento (exclusivamente se reconhecem ou negam a luta), podemos identificar a predominância de comentários de pessoas que se autodenominam negras e que negam a luta por reconhecimento. Entendemos essa predominância sob dois aspectos, o primeiro deles é que houve uma tendência nas três plataformas. Quanto mais “próximo” do posicionamento da maioria da plataforma, maior foi a tendência de o posicionamento não ter justificativas.

Tabela 11 – Posicionamento majoritário por plataforma e justificativas

Comentários por plataforma	Posicionamento majoritário (%)	Posicionamento majoritário (N°)	Posicionamentos não justificados no posicionamento majoritário
Youtube (697)	59% reconhece a luta (413)	413	66% posicionamento não justificado (272)
Facebook (924)	46% reconhece a luta (426)	426	50% posicionamento não justificado (213)
Notícias e blogs (269)	67% nega a luta (179)	179	59% posicionamento não justificado (106)

Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados acima mostram que naqueles comentários que discordaram do posicionamento majoritário da plataforma, a tendência foi de utilizarem mais justificativas e, conseqüentemente, lançarem mão de mais artifícios comunicacionais, tais como exemplos, histórias, dados, dentre outros. Assim, o fato de pessoas que se autodeclararam negras ou que têm o cabelo crespo/cacheado se manifestarem negando a luta racial – conforme mostra a Tabela 5 –, pode ser explicado por essa dinâmica de contra argumentação existente nas plataformas digitais. O segundo aspecto ao qual nos referimos para entender essa predominância é considerado à luz da bibliografia sobre o mito da democracia racial, além do que, a negação da própria injustiça também nos ajuda a compreender esse dado. A crença de que apontar problemas e tensões étnico-raciais é um movimento inapropriado, advém da suposta harmonia racial e do mito da democracia racial. Nesse contexto, os próprios oprimidos muitas vezes deixam de perceber a opressão vivida e prova disso são comentários que expressam frases como “meu cabelo ruim” e “meu cabelo duro”, tal como podemos nos casos abaixo:

- 1) “Eu sempre tive cabelo ruim. Cresci assim., Tiravam sarro e eu não morri por isso... hoje em dia tudo vira problema” (comentário coletado do Facebook).
- 2) “Eu já passei por coisa pior por causa do meu cabelo que era pior que o da Peppa, [...] esse livro mostra simplesmente a aceitação e valorização de cada um quanto ao seu próprio visual” (comentário coletado do Youtube).

Uma vez mais, a questão recai sobre o movimento de desnaturalizar e confrontar o que está posto, apontando então as desigualdades raciais. Desta vez, esse processo de desnaturalização é feito especificamente por pessoas que se encontram no grupo desfavorecido. Nos comentários acima, é possível observar uma tendência de individualização da questão, com a menção da primeira pessoa do singular (eu) e pronomes possessivos, a exemplo do “meu”. A luta por reconhecimento pode ser iniciada de forma individual, porém, quando se trata de padrões de justiça, ela não pode ser independente e individualista. O ponto essencial, aqui, é perceber que na medida em que as impressões são individuais e o julgamento também, essas narrativas pessoais não são válidas para ampliar as relações de respeito.

O uso de termos como “cabelo ruim” e correlatos acionam a desumanização dos traços negros, uma vez que estabelecem uma inferiorização que sempre tem como referência e alto-padrão o cabelo liso e a raça branca. Considerar o cabelo afro como ruim é um aspecto que evidencia o conflito racial. Nilma Lino Gomes (2019, p. 253) defende que os diferentes termos usados para nomear a textura do cabelo crespo “expressam que o tipo de cabelo do negro é visto como símbolo de inferioridade, sempre associado à artificialidade (palha de aço) ou com elementos da natureza”. A principal preocupação é com o fato de que essas diferenças valorativas e esses estigmas de inferioridade passam a possuir um conteúdo “político e ideológico” racial. Dentro deste contexto, isto é, em um cenário assinalado pela normalização dos termos de hierarquização racial pela linguagem, nem a própria pessoa que cresceu nesse contexto identifica tais aspectos como problemáticos. Outro aspecto relevante e que merece ser observado, é o fato de a própria narrativa pessoal – expressa em frase como “tiravam sarro” e “já passei por coisa pior” – minimizar a experiência com o cabelo crespo.

A naturalização do estigma inferior atribuído ao cabelo crespo pode ser identificada até mesmo em produções culturais, como a letra da música “Nega do Cabelo Duro”, de Luiz Caldas. A referida composição musical foi um *hit* de axé nos anos 1985, suficientemente distante espacial e temporalmente das problematizações que perpassavam aquela década. Retomando a nossa discussão, vemos que não é pela aparição de experiências individuais divergentes que uma coletividade perde a força. Em *O que é lugar de fala?* (2017), Djamilia Ribeiro recorre à Patricia Hill Collins (1997) para argumentar que embora as experiências das pessoas sejam importantes, o enfoque deve ser em compreender as condições sociais que formam o grupo do qual essas pessoas são parte e quais delas são compartilhadas como grupo. Em sentido preciso, é necessário observar que posição social a pessoa ocupa nas relações de poder e não somente a singularidade de suas experiências.

O fato de uma pessoa ser negra não significa que ela saberá refletir crítica e filosoficamente sobre as consequências do racismo. Inclusive, ela até poderá dizer que nunca sentiu racismo, que sua vivência não comporta ou que ela nunca passou por isso. E, sabemos o quanto alguns grupos adoram fazer uso dessas pessoas. Mas o fato dessa pessoa dizer que não sentiu racismo não faz com que, por conta de sua localização social, ela não tenha tido menos oportunidades e direitos (RIBEIRO, 2017, p. 67).

Ainda em nosso estudo de caso, a partir da citação de Ribeiro (2017) entendemos que uma pessoa negra ou crespa que não considera os estereótipos racistas como uma injustiça – como nos comentários mencionados –, continua sendo vítima da discriminação racial, pois ainda é uma pessoa negra. Uma leitura possível para as oportunidades e direitos mencionados é a seguinte: o fato de uma pessoa ter uma opinião contra o racismo enquanto sistema opressor, não faz com que esse sistema e essa ordem não existam ou deixem de impactar na vida dela. Dessa forma, a referência ao pertencimento ao mesmo grupo e o menosprezo pelas experiências de injustiça vivenciadas por uma pessoa, não invalida a luta por reconhecimento pela questão racial negra. Não podemos deixar de apontar que Gomes (2019, p. 383, grifo nosso) destaca o impacto da inferiorização e hierarquização com base no cabelo e na autoestima até a época corrente:

Com o processo da escravidão, ser negro passa a ser confundido com ser escravo, objeto e propriedade de outro. [...] O seu cabelo e o seu padrão estético são relegados ao lugar da feiura, e para se tornar belo ele deverá ter a aparência transformada, ou seja, deverá tornar-se liso. Não há como negar a influência desse processo na construção da autoestima e na configuração da identidade negra das *novas gerações*.

Nesse caso, se uma característica intrínseca ao corpo negro, a qual lhe constitui desde o nascimento até a morte, influencia nos tratamentos desiguais direcionados às pessoas, tal como nas representações e desigualdades, seu valor perante a comunidade é também distinto. O relato de Bernardes (2019, p. 64) exemplifica a essa questão:

Quando eu usava o cabelo alisado, chegava a passar uma semana sem lavar os cabelos, apenas esfregando talco na raiz para que ele absorvesse a gordura do couro cabeludo e amenizasse a aparência suja do meu cabelo. No entanto, ninguém nunca me interpelou perguntando se eu lavava ou não meus cabelos, e como era o processo. Quando decidi passar pela transição capilar e voltar a usar meu cabelo em sua forma natural, uma das coisas que mais me dão prazer é poder lavar o cabelo quando e como eu quiser, e, portanto, é algo que faço no mínimo três vezes por semana. Porém, já perdi a conta de quantas vezes tive que responder se (e como) eu lavava o meu cabelo, mesmo que ele seja lavado com uma frequência muito maior de quando ele era alisado. Quando liso, meu cabelo evocava limpeza, mesmo que estivesse sujo; natural, meu cabelo evoca sujeira, mesmo estando limpo.

Nas narrativas pessoais, temos dois exemplos de uso da própria vivência para justificar pontos de vistas, tal como podemos ver nos comentários apresentados abaixo:

1) “Mesmo eu sendo neta de negão, tendo todas as cores, tamanhos, cabelos diferentes na família, saber que existe o racismo e que precisa ser combatido, falar com uma ativista bitolada é dose para mamute. Me afastei de uma conhecida porque não dá” (comentário coletado de *sites* de notícias e blogs).

2) “Pode ser que minha opinião seja a de uma branquela estúpida que não sabe das coisas de negro, mas já fui chamada de branquela muitas vezes. Galega azeda. [...] Talvez o nosso olhar seja preconceituoso em relação a certos conteúdos” (comentário coletado do Facebook).

No primeiro comentário, há menção ao avô negro para justificar que existe a convivência com o diferente dentro da família, assim como a existência do racismo, mas há a recusa do diálogo com ativistas. No segundo comentário, a pessoa é branca e mesmo sabendo que pode não ser levada a sério, sublinha sua experiência com apelidos e considera que o julgamento está em quem lê. Não se trata, pois de sentimentos de injustiça. O primeiro deles, embora remeta à vida pessoal não faz referência a sofrimento ou desrespeito. O segundo, apesar de fazer referência a apelidos não se ancora em uma injustiça estrutural e histórica. Em nosso entendimento e no que é evidenciado pelas referências teóricas expostas até aqui, a branquitude goza do *status* de belo, superior e de ser a norma nas relações de poder. Por estarem em posições distintas, embora os apelidos direcionados aos brancos certamente tenham impactos negativos, eles não são coletivizáveis a ponto de impulsionarem uma luta moralmente motivada. Em outras palavras, não se trata de racismo, uma vez que essa opressão foi engendrada pela branquitude – a maior beneficiada desse sistema.

Uma vez mais, tomando como referência as lacunas encontradas na teoria do reconhecimento, isto é, I) a desumanização, II) o silenciamento histórico e III) a reparação de injustiças, insistimos que essa compreensão manifesta a omissão histórica da falta de enfrentamento das desigualdades raciais. Os movimentos são semelhantes. Há desumanização na medida em que as próprias pessoas usam frases como “meu cabelo duro”, termo hierarquizador e que relega a textura crespa ao lugar do feio em contraposição ao belo (liso/louro). Além disso, o silenciamento

tem influenciado na forma como muitas pessoas enxergam que confrontar essas naturalizações racistas seja o problema, ao invés da própria estrutura opressiva.

5.3 Posicionamentos justificados e não justificados: ponte semântica

Nesta seção, pretendemos demonstrar quais posicionamentos incidem sobre a luta por reconhecimento contra os estereótipos raciais, com o acionamento – no caso das justificativas – de diferentes fundamentos e pretextos. Dividimos os posicionamentos em comentários que evidenciam a luta por reconhecimento e comentários que a negam explicitamente. Em seguida, qualificamos esses posicionamentos como justificados ou não justificados. No universo dos comentários que reconhecem a luta por reconhecimento, fomos instigados a identificar se a percepção da injustiça (racismo) foi feita de forma superficial ou aprofundada, por meio da existência ou não de justificativas.

Tabela 12 – Posicionamentos justificados e não justificados

Plataforma	Reconhece a luta com posicionamento não justificado	Reconhece a luta com posicionamento justificado
Youtube (413)	66%	34%
Facebook (426)	50%	50%
Notícias e blogs (37)	46%	54%

Fonte: Elaborado pela autora.

Em uma primeira leitura da tabela acima, é possível identificar o alto número de posicionamentos não justificados que reconhecem a luta contra o racismo. Abaixo vemos alguns comentários em que esses posicionamentos estão expressos:

- 1) “Livro racista do @\$#\$%`%#@%” (comentário coletado do Youtube).
- 2) “E lá se foi seu cabelo sedoso!!!! Essa é uma fala que você acha normal e construtiva??? Ou seja, cabelo crespo não é sedoso??” (comentário coletado do Youtube).
- 3) “Então cabelo crespo agora virou arame???? Affffff” (comentário coletado do Facebook).

- 4) “É bacana para uma criança de cabelo crespo ver que as pessoas se machucam ao tentar cuidar do cabelo dela?” (comentário coletado do Facebook).

No primeiro comentário, por meio de palavrão, o autor ou autora aponta que a obra infantil *Peppa* (2009) é racista. No segundo comentário, há exclamações de indignação e perguntas retóricas. As perguntas retóricas são artifícios de linguagem que funcionaram, em nosso *corpus*, como formas de posicionamento, mesmo que sem justificativas. Ao interrogar de forma óbvia e sem esperar respostas, são suscitadas reflexões e posicionamentos acerca de determinado assunto. Dessa forma, mesmo sem a justificativa, o posicionamento em ambos os comentários é claro e incentiva a reflexão sobre a associação do cabelo crespo ao arame e seu impacto negativo com relação às crianças. Os comentários expostos provocam reflexões ao situar a questão racial e o signo do cabelo como uma questão política. Ao expressarem a indignação com a representação do cabelo crespo como aço, arame ou algo a se evitar, esses posicionamentos se colocam contra a desumanização dessa característica.

Diante dos apontamentos feitos até então, evidenciamos que os comentários com expressões de reconhecimento, mesmo quando não são justificados, criaram e/ou se apropriaram de uma semântica coletiva ao nomearem como racismo a injustiça identificada. A inteligibilidade do termo “racismo” – ainda em disputa, conforme discutimos na primeira seção do capítulo – vai se ampliando continuamente. A tematização da questão racial negra na mídia, nos produtos culturais – não apenas neles, mas também nos movimentos sociais, nas universidades, na produção científica – tem tornado os debates raciais mais “aceitáveis” em espaços antes restritos, ou ainda, nos quais a raça era uma questão tida como superada. Quanto aos posicionamentos justificados, eles também estabelecem relações do livro *Peppa* (2009) com estereótipos e desigualdades raciais. Mas nesse caso, com expressões que definem e explicam o racismo e sua associação com o cabelo crespo por meio de relações de causa e efeito, exemplos e razões. A fim de elucidar o que queremos demonstrar, chamamos a atenção para os comentários a seguir:

- 1) “As crianças precisam urgentemente serem apresentadas a visões de mundo inclusivas e respeitosas desde pequenas, para evitar que tenhamos tantos adultos insensíveis e racistas. Incapazes de perceber o

problema que um livro como o da Peppa representa ao reforçar estereótipos que oprimem” (comentário coletado do Youtube).

2) “Até entendo quem tem a boa intenção de querer interpretar como o cabelo da Peppa é retratado como forte e que ela se aceita no final. Mas a verdade é que o livro fala que o cabelo crespo é um fardo, difícil de lidar e que ela se conformou em ter essa complicação. Não ressalta nenhuma característica boa do cabelo crespo. Não cria uma imagem positiva, reforça estereótipos bizarros” (comentário coletado do Facebook).

Nos comentários acima, as relações são situadas no tempo de tal maneira a enfrentar o silenciamento histórico, exemplo disso é que o primeiro comentário menciona a urgência em apresentar visões de mundo mais inclusivas para evitar adultos racistas. No segundo comentário, ao relacionar a representação da personagem Peppa com a questão dos estereótipos e o impacto negativo na vida das crianças, o posicionamento coletiviza a questão: muito além da interpretação pessoal, o estereótipo impacta na imagem positiva que as crianças (e os adultos também) criam de si mesmas. Como podemos perceber, a autodenominação da injustiça e das desigualdades vinculadas ao racismo e ao tratamento dos cabelos crespos e cacheados, não ocorre do mesmo modo nos comentários justificados e não justificados. O que não quer dizer, contudo, que a percepção de injustiça seja incoerente. Quando os comentários dos autores e autoras com esses posicionamentos são colocados lado a lado, é possível identificar o cabelo e a raça como dois elementos cruciais para a apreensão da relevância da luta por reconhecimento. De fato, tanto a identificação do dano quanto a justificativa que se segue à sua identificação, compõem a semântica partilhada para lutar contra a injustiça. E, mais importante, ambas podem se complementar ao longo das conversações.

É preciso realçar e insistir que é a construção de um entendimento compartilhado sobre o dano, que vai possibilitar a generalização de experiências de desrespeito. Essa construção não é um campo livre de tensões, pelo contrário. O uso dos verbos na conjugação da primeira pessoa do plural também é um indício de autoidentificação e pertencimento ao grupo de pessoas que sofrem racismo. Em síntese, podemos listar os seguintes argumentos em favor da *youtuber* Ana Paula Xongani quando na crítica aos estereótipos racistas do livro *Peppa* (2009): I) o cabelo crespo é apresentado como símbolo de inferioridade, II) o impacto na

autorrelação positiva das crianças é fundamentalmente negativo; e III) há a perpetuação do racismo por meio da linguagem. É o momento propício para argumentar que nem todos que não reconhecem a luta por reconhecimento estão em lados contrários ou antagônicos. O que se explica ao considerarmos que há aqueles que não expressam reconhecimento, mas apresentam posicionamentos indefinidos, ambíguos e/ou neutros, tal como denominamos no livro de códigos e podemos constatar nos casos abaixo:

- 1) “Gostei do posicionamento da ativista e também gostei do posicionamento da autora que parece ter refletido sobre o assunto” (comentário coletado de *sites* de notícias e blogs).
- 2) “Toda essa polêmica é algo muito complexo. [...] Acredito que, com o tempo, tudo isso irá se acomodar” (comentário coletado de *sites* de notícias e blogs).

O segundo comentário aponta que a polêmica é complexa, mas o autor ou autora não exprime qualquer opinião a respeito. De qualquer forma, o que nos interessa aqui é enfatizar que a luta por reconhecimento é de natureza conflitiva, assim sendo, os tensionamentos lhes são constitutivos e devem ser publicizados. No caso dos comentários ambíguos ou neutros, não é possível entendê-los como posicionamentos que silenciam. Contudo, não podemos dizer o mesmo em relação àqueles comentários que negam a luta por reconhecimento a partir da leitura racial da obra *Peppa* (2009) feita pela *youtuber* Ana Paula Xongani. Ao se engajarem em comentários para negar a reivindicação que é feita, os participantes ativamente lançam mão de estratégias de silenciamento da luta, pois negam – a partir de diferentes posicionamentos – o entendimento de um grupo acerca de uma injustiça que lhes diz respeito. Obstruindo a questão ao invés de promover um debate acerca das experiências negras e do cabelo como elemento simbólico e político, esses posicionamentos mais uma vez desumanizam, silenciam e impedem a reparação de injustiças.

5.3.1. Posicionamentos como estratégias de silenciamento

Nesta seção, iremos explorar os posicionamentos que negam a existência de racismo, criticam a retirada de circulação do livro *Peppa* (2009) e as lutas por

reconhecimento a partir de três grupos de posicionamentos: censura, interpretação individual e militância equivocada.

5.3.1.1 *Censura*

Esse grupo de posicionamentos defende que a acusação de racismo no livro *Peppa* (2009) é uma forma de histeria, radicalismo e ignorância. Essas teriam sido, para essas defesas, as razões pelos quais o livro teve sua circulação suspendida pela editora Brinque-Book e a autora Silvana Rando. Nos comentários abaixo podemos constatar exemplos de tais posicionamentos:

- 1) “Até quando esses grupos vão continuar censurando a arte??? Agora que vi que quem está censurando é da esquerda, então pode censurar sem problemas” (comentário coletado de *sítes* de notícias e blogs).
- 2) “Nestes tempos de patrulhamento ostensivo [...] se transformaram em um terrível instrumento de repressão à liberdade de expressão. As pessoas não se satisfazem em criticar ideias contrárias às suas. Só ficam satisfeitas se conseguirem impedir sua divulgação” (comentário coletado de *sítes* de notícias e blogs).
- 3) “Em breve teremos uma comissão de censores para aprovar livros infantis” (comentário coletado de *sítes* de notícias e blogs).

Durante os mais de 20 anos da ditadura militar, a censura esteve presente de forma uniforme no Brasil, tendo como agente o Estado e como destinatários, a imprensa, as manifestações culturais e os críticos ao regime, então exilados. Como afirma Sandra Reimão (2014, p. 75), a medida foi uma forma de dominação pela “eliminação das vozes discordantes”. Por muito tempo, a censura foi caracterizada como que perpetrada por algum agente externo que a exerce como instrumento de dominação e autoridade. Silveira (2020, p. 52) expõe o argumento de alguns autores que vão dizer que se “a censura antes era de ordem política e moral, atualmente, é de ordem social”. Um desses autores é André Carrico, que no artigo *Didi, maltrapilho trapalhão* (2019) critica a “higienização” dos produtos culturais, como *Os Trapalhões*, em razão das censuras de manifestações de criatividade, nas palavras do autor, e que essas “correções” em nada contribuíram contra as discriminações.

Nos comentários transcritos acima, a censura, o espectro político da esquerda e o “patrulhamento ostensivo” são mobilizados em contraposição à liberdade de

expressão e ao contexto de “higienização” das obras infantis. A “novidade” da censura da esquerda, indicada no primeiro comentário, se deve ao histórico de críticas desse espectro político em direção à repressão de conteúdos culturais, em particular aqueles que tratam de opressões simbólicas. O direito de expressão consta em vários dispositivos legais, definindo a liberdade de “exteriorização de crenças, convicções, ideias, ideologias, opiniões, sentimentos e emoções” (STROPPIA; ROTHENBURG, 2015, p. 452). As relações entre censura, liberdade de expressão e politicamente correto estão imbricadas e perpassam as justificativas desse grupo.

Ao associar a luta por reconhecimento com a censura, há o risco de comparação de pesos diferentes. No caso da retirada de circulação do livro *Peppa* (2009), a escolha foi feita unilateralmente entre a editora e a autora, conforme indicam as notícias da época. A editora Brinque-Book não disponibilizou nenhuma nota pública a respeito da decisão. Mesmo sob o argumento de autocensura, a justificativa não seria corroborada em virtude de dois aspectos. O primeiro é que a autocensura se refere à repressão do posicionamento que antevê futura retirada ou constrangimentos públicos, isto é, um movimento *a priori*. O segundo aspecto, é que se tratando de um grupo subalternizado, as pessoas negras indignadas com a obra infantil não detêm o poder econômico/político para tal decisão, ou seja, esse grupo não acessa os lugares de tomada de decisão (RAMOS, 2017).

Para Silvana Ramos (2017), aqueles que defendem a liberdade de expressão absoluta se sentem censurados por usar determinados termos, já superados, em razão do politicamente correto. Eles desconsideram que o universo simbólico é importante e que é um dos caminhos para a transformação social. No caso do livro *Peppa* (2009), consideramos que o argumento de censura foi feito como meio de silenciamento. Trata-se de uma tentativa de se vitimar para silenciar o outro, invalidando o que dizem sobre suas próprias vidas, sobre aquilo que as oprime ou não. Isso torna esses processos ainda mais inaudíveis para a luta política (RAMOS, 2017). Não estamos em pé de igualdade, pois, como destaca Ramos (2017, p. 49), “nada lhes é concedido, nem mesmo o direito de escolher o vocabulário a partir do qual a sociedade deve a eles se referir. Eles não desfrutam do direito de dar-se um nome”. Ao pautar a censura, a discussão sobre o racismo é invisibilizada.

No vídeo, a *youtuber* Ana Paula Xongani se posiciona contra o emprego dos estereótipos acerca do cabelo crespo na literatura infantil, o que não está vinculado

estritamente à suspensão da obra *Peppa* (2009). Ao retomarmos a teoria do reconhecimento, entendemos que as lutas visam a ampliação das relações de respeito e diálogo, não sua aniquilação por meio de rupturas, como no caso do recolhimento da obra em questão. Ao invés de se confrontarem com a questão racial negra, os responsáveis pela obra optaram pela suspensão desse conflito. Em Honneth (2009), se o conflito é a base para a ampliação das relações de respeito, a ausência dele só contribui para a manutenção do *status quo*.

Aqui cabe remontarmos ao contexto no qual a suspensão de circulação do livro *Peppa* (2009) foi recebida e justificada pelas protagonistas do caso em estudo. No primeiro vídeo em seu canal no Youtube, Ana Paula Xongani convida pais, mães e responsáveis a verificarem se o livro *Peppa* (2009) está sendo lido nas escolas de suas crianças. O que se explica, pois, nas palavras da *youtuber*, é preciso mostrar que “esse livro não é bacana, ele não está valorizando a autoestima da minha filha [...] é importante a gente ter esse diálogo com as escolas” (XONGANI, 2016a). No terceiro vídeo, publicado em 2017, Xongani comemora o recolhimento da obra infantil, pois, “a partir do vídeo e com o compartilhamento e os comentários de vocês, com a mobilização de todos nós, a gente conseguiu tirar de circulação um livro racista” (XONGANI, 2017). A *youtuber* justifica que não queria estabelecer apenas uma conversa com a autora do livro *Peppa* (2009):

Eu queria que esse debate estivesse no âmbito social, ou seja, que a gente se afastasse e discutisse ele de forma coletiva e pensasse em possibilidades como uma sociedade. Mas, diferente de mim, Silvana Rando fez um post no Facebook [...] e nesse post ela me marca e me ataca diretamente [...] Por outro lado, outras pessoas, extremamente educadas, abriram o debate [...] pedindo que a autora fizesse uma reflexão. Eu acho que foram esses comentários positivos, educados e com muita qualidade que fizeram com que a autora excluísse seu post (XONGANI, 2017, *online*).

Reforçamos aqui as possibilidades do diálogo proposto e não do recolhimento do livro. Já em entrevista ao portal de notícias *G1*⁶⁰ em 23 de novembro de 2017, matéria que consta no nosso *corpus*, Silvana Rando afirma que “não é mimimi e não foi censura”. A autora do livro explica que foi xingada pela repercussão da obra e que retirou o livro porque “não quer alimentar discórdia entre os defensores do livro

⁶⁰ MOREIRA, Ardilhes. 'Não é mimimi e não foi censura', diz autora que tirou livro *Peppa* de circulação após acusação de racismo. *G1*, 23 nov. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/nao-e-mimimi-e-nao-foi-censura-diz-autora-que-tirou-livro-peppa-de-circulacao-apos-acusacao-de-racismo.ghtml>>. Acesso em: 3 out. 2021.

e os críticos”. O movimento cessou não apenas o ataque, como também a não admissão dos estereótipos racistas. Isto posto, uma das lacunas que podemos apontar é a dificuldade quanto à reparação de injustiças tanto históricas quanto pontuais, tal como vemos no estudo em questão. A pluralidade dos posicionamentos nos permite verificar que a retirada de circulação do livro *Peppa* (2009) não contribuiu para a luta por reconhecimento, pelo contrário, em virtude da menção à censura serviu como mais uma camada silenciadora, na medida em que a obra foi retirada sem explicações formais a respeito. O que, de acordo com as nossas análises, se deve mais pela forma com que a retirada foi feita do que diretamente pelas críticas, uma vez que o grupo de pessoas negras que se sentiu injustiçado não detém poder na tomada de decisão para a retirada do livro.

Se o problema primário – a presença do racismo – não é colocado ou reconhecido, ele não é resolvido e, mais importante, não são promovidos esforços nesse sentido. Sem enfrentar o conflito, não há avanço da luta por reconhecimento. No cerne da teoria do reconhecimento, o movimento de conflito é fundamental para o alcance do horizonte de expectativas morais e pretensões normativas de reconhecimento e respeito. A atualização da linguagem passa por esse processo, especialmente quando relacionada às identidades em formação como em obras infantis. Com efeito, é natural que o antirracismo alcance também o universo simbólico, da linguagem (FERES et al., 2013). No caso de abordagens e representações que ferem grupos quando nas relações intersubjetivas que essas pessoas estabelecem, não é possível inferir que determinadas palavras e termos estão proibidos. Como bem sabemos essas palavras e termos continuarão a ser empregadas e proferidas – já que o grupo subalternizado, reforçamos, não está no centro dessas decisões –, mas é inevitável que quem as enuncie responda por elas quando o conflito se estabelecer.

Eliane Cavalleiro (1998) estudou as dinâmicas de silenciamento de práticas racistas no ambiente escolar e no lar de crianças negras e não-negras. Assim como argumentamos até aqui, o enfrentamento do racismo na escola – um ambiente que se pretende neutro – é visto, em sua pesquisa, como mais problemático do que a própria opressão. A falta de enfrentamento dessa questão ainda mantém o *status quo* e Cavalleiro (1998, p. 114) endossa que

O silêncio e a omissão sobre o problema étnico parecem apagar o problema. É como se a discussão sobre o problema fosse capaz de lhe dar vida. É como se ele só existisse a partir do momento em que dele se falasse. Esse discurso parece denunciar o medo que se tem em discutir a questão da convivência pluri-étnica na sociedade e no espaço escolar. Parece-me que é um discurso que está de acordo com a sociedade. O silêncio sobre o tema aparece aqui como um indicador da inexistência do problema.

A dinâmica da retirada de circulação do livro *Peppa* (2009) parece algo similar. O debate que poderia ter sido costurado e proposto institucionalmente, foi postergado para a eliminação do conflito – que também seria o lugar de expor de que maneira as pessoas se sentiram injustiçadas e, dessa forma, trabalhar na reparação das injustiças.

5.3.1.2 *Interpretação individual e militância equivocada*

Ao justificarem a opressão como uma leitura exclusiva de uma pessoa (interpretação individual) ou grupo (militância equivocada), esses posicionamentos ignoram que o racismo é uma prática cotidiana e estrutural (ALMEIDA, 2019), organizadora de aspectos econômicos e políticos e que, por isso mesmo, é normalizada. Na interpretação individual, agrupamos os posicionamentos que justificam que a linguagem figurativa empregada no livro *Peppa* (2009) e a leitura de texto e imagem pode ser feita de forma distinta. Nesse sentido, para elucidar mobilizamos os comentários abaixo:

- 1) “Longe de mim ser hipócrita e dizer que racismo é ‘mimimi’. Acho apenas que não se pode generalizar e, nesse caso, concordo com quem critica a questão da interpretação” (comentário coletado do Facebook).
- 2) “Não existe racismo no livro, só na interpretação dela” (comentário coletado do Facebook).
- 3) “Eu só vi ótimos valores feministas na Peppa. Valoriza o cabelo forte, valoriza o que é natural nela como menina (cabelo crespo e forte) e não o artificial (cabelo que foi alisado) que a impede de curtir a infância [...] e não uma desvantagem como está sendo interpretado aqui” (comentário coletado do Facebook).
- 4) “Calma aí. Eu sempre levantei a bandeira antirracista. Mas... Interpretação é tudo!!!! O livro é Antirracista! O livro mostra que cabelo

crespo é forte. [...] O papel da professora é justamente trabalhar essa interpretação. Eu usaria esse livro se fosse professora. O livro mostra que um final feliz acontece somente assumindo sua própria identidade. Peppa tem um final feliz” (comentário coletado do Youtube).

Nos dois primeiros comentários, é possível aferir como a interpretação individual é utilizada como justificativa. No terceiro comentário, há a alegação de que Peppa transmite valores feministas ao, de certo modo, demonstrar que a naturalidade deve imperar diante da artificialidade. No quarto comentário, a pessoa afirma que “levanta bandeiras antirracistas”, mas que a interpretação da *youtuber* Ana Paula Xongani foi equivocada. Embora os posicionamentos reconheçam o racismo em sua existência, apontam que ele não está presente no livro *Peppa* (2009). Como destacam Ângela Figueiredo e Ramón Grosfoguel (2010, p. 229), “não só o Brasil é um país em que existe racismo sem que haja racistas, como o racismo é visto como algo abstrato”.

Uma das justificativas usadas para negar a luta é a de que personagem retratada, no caso Peppa, era branca/rosa e que o cabelo crespo não é um traço étnico “exclusivo”. Como visto nas seções anteriores, pessoas que se autodeclararam brancas, mas possuem os cabelos crespos, também apoiam a luta. O que esses comentários não compreenderam é como o cabelo tem funcionado socialmente, em se tratando do cabelo crespo como marca de inferioridade (GOMES, 2019). O símbolo do cabelo crespo carrega, por si só, as desigualdades relativas às hierarquias raciais. No que se refere a miscigenação à brasileira, ainda temos a questão do colorismo (ou pigmentocracia), a discriminação racial que surge com base nas diferentes tonalidades de pele, cujos “instrumentos de exclusão e inferioridade continuaram a ser exemplarmente efetivados pela camada branca” (SILVA, 2017, p. 17). Como as matérias jornalísticas fizeram referência ao prêmio Jabuti de ilustração de livro infantil recebido pela autora de *Peppa* (2009), o fato de Silvana Rando ser uma autora premiada “por quem entende do assunto” resultou em uma estratégia de deslegitimação da crítica. No comentário abaixo, podemos constatar um exemplo de deslegitimação da crítica feita pela *youtuber* Ana Paula Xongani ao livro em questão.

- “Assisti seu vídeo, mas discordo da sua opinião. [...] Creio que a autora e ilustradora Silvana Rando criou esse livro na intenção de trazer à tona

os aspectos de cada criança para que sejam aceitos, não é à toa que ganhou o prêmio” (comentário coletado do Youtube).

Foi possível notar como a maioria dos comentários se dirige à *youtuber* e à crítica feita por ela ao livro *Peppa* (2009). Ao definir a luta como assunto individual, à mercê da interpretação e de modos de leitura, esses comentários apontam para uma questão de interpretação que invisibiliza e busca silenciar a reivindicação daqueles que se ofenderam com a obra infantil. Trata-se, então, de uma estratégia de invalidação afirmar que o grupo de pessoas negras não consegue discernir o impacto desse estereótipo e o que seria essa injustiça. O racismo, como Almeida (2019) argumenta, não é uma questão psicologizante e individual, pois conforma comportamentos e desigualdades sociais. Também vale retomar Lélia Gonzalez (1984), especificamente ao enfatizar que as mulheres negras têm sido faladas, infantilizadas, lhes sendo retirado o agenciamento quanto ao seu próprio modo de se entender e também de entender sua realidade. No que passa pela questão do agrupamento da “militância equivocada”, os posicionamentos colocaram a luta em xeque por causa da reivindicação seja de forma personificada, como por meio da figura de Ana Paula Xongani, ou coletivizada, como em nome de movimentos. De todo modo, a militância é o destinatário da crítica e podemos verificar isso nos seguintes comentários:

1) “Nossa, enquanto 70% dos negros não concluem o ensino médio. [...] Enquanto temos problemas sérios, o pobre ficando mais pobre mal tendo o que comer... E nem importa a cor dele... E o problema é a menina branca do cabelo crespo...” (comentário coletado do Youtube).

2) “Este tipo de interpretação radical mostra uma certa neurose racial. Uma coisa é se emponderar, se valorizar, isso é ótimo e serve para todo mundo. Outra coisa é criar uma polêmica séria e com consequências ruins por causa de uma tempestade em copo d’água” (comentário coletado do Facebook).

No primeiro comentário, a questão simbólica seria menor do que os outros problemas da população negra. O dado também é distorcido para justificar o argumento. No Brasil, de acordo com o PNAD 2019, das 50 milhões de pessoas com idade entre 14 e 29 anos, 20% (10,1 milhões) não completaram a educação básica, dentre elas 72% (7,24 milhões) eram pretos ou pardos. Ao contrário do dado trazido pelo comentário exposto, de que 70% dos negros – o que corresponderia a

mais de 130 milhões de pessoas – não concluíram a educação básica. O segundo comentário, por sua vez, aponta para uma “neurose racial” ao julgar que o movimento de valorização e empoderamento são positivos, ao passo que as “polêmicas” são exageradas. O termo “polêmica” foi usado em duas manchetes nos *sites* de notícias e blogs, cujos comentários fazem parte do nosso *corpus*, e em pelo menos dois conteúdos (descrição do teor das notícias no Anexo 5). A expressão “neurose racial” é interpretada nos comentários como a busca infundada pelo atrito. Para Lélia Gonzalez (1984, p. 232), a neurose faz parte da cultura do povo brasileiro no esforço de ocultar o racismo, “essa construção o liberta da angústia de se defrontar com o recalçamento”. Ou ainda, podemos remontar à provocação feita por Grada Kilomba com a metáfora da máscara: o que a branquitude ouviria se não fosse tapada a boca do negro?

Ao querer definir quais pautas podem ou não ser levantadas, essas justificativas buscam silenciar a agenda das pessoas injustiçadas mediante a deslegitimação. Além disso, essa proposta de hierarquização de pautas para os movimentos e ativismos também não leva em conta que os estereótipos são parte do mesmo processo violento de racismo, que tem classificado e mantido as pessoas negras como inferiores – no âmbito econômico, simbólico e social. No artigo *Gênero, autonomia e subjetivação política de mulheres negras no Brasil* (2018), Ângela Marques e Viviane Freitas argumentam que os constrangimentos de poder se articulam também pela dimensão do simbólico. A linguagem, de fato, importa. A respeito do uso de estereótipos, Olívia Souza (2021, p. 42) defende que ao propor distinções entre pessoas negras e brancas “de forma valorativa, eles também definiram as representações racializadas desses dois grupos, em uma posição binária entre aceitável e inaceitável”.

As estratégias de silenciamento desses posicionamentos cuja finalidade é deslegitimar essa luta por reconhecimento, podem ser agrupadas da seguinte forma: I) racismo sem racistas, já que os comentários explicitam que o racismo existe, mas não o enxergam em suas leituras; II) tentativa de desvincular o cabelo crespo das relações raciais; III) utilizar uma premiação da autora Silvana Rando para legitimar sua posição em contraposição à da *youtuber* Ana Paula Xongani que fez a crítica; e IV) tentativa da branquitude de hierarquizar quais pautas devem ou não importar para a luta negra.

O impacto dos estereótipos incide sobre a perpetuação das desigualdades raciais sobre as novas gerações. O espaço escolar infantil, no qual o livro *Peppa* (2009) é lido, é também onde ocorrem as primeiras experiências públicas de rejeição do corpo das pessoas negras (GOMES, 2019). A partir da invisibilização de demandas de grupos historicamente subjugados e da deslegitimação de questões de injustiça que impactam a vivência negra, a branquitude ajuda a abalar a autorrelação das pessoas negras. A criação de uma autorrelação mais positiva é feita na luta. Para Honneth (2009, p. 259), o “engajamento individual na luta política restitui ao indivíduo um pouco de seu autorrespeito perdido”. Cabe destacar que o agrupamento de comentários que intitulamos “mimimi” será apresentado na seção de ataques.

5.4 A graça, o deboche: na luta e no silenciamento

Compilamos os modos comunicativos ironia/sarcasmo e humor/piada, para pensarmos tensões entre as contribuições na luta e no silenciamento de forma conjugada. Se de forma quantitativa, os registros desses dois modos comunicativos foram poucos, em uma análise qualitativa é possível perceber sua apropriação em comentários com posicionamentos diametralmente opostos. Como já definimos no capítulo anterior, consideramos ironia e sarcasmo, respectivamente, quando o autor ou autora do comentário disse o contrário do que desejava dar a entender e quando houve zombaria ou escárnio em relação a alguém ou assunto. Vejamos nos comentários a seguir alguns exemplos da presença de ironia ou sarcasmo:

- 1) “Nada de novo sob o sol, Haha. Mais uma vez os brancos desmerecendo nossa luta e fingindo que racismo nem existe. Nós pretos que somos loucos... ATA meu anjo” (comentário coletado do Facebook).
- 2) “Aproveita e tira também a história de Sansão... o problema é que vivemos em um país de ‘COITADINHOS’” (comentário coletado do Youtube).

Nos comentários acima, é notório o uso de ironia e sarcasmo. No primeiro deles, cujo posicionamento reconhece a luta, é ressaltado que a branquitude mais uma vez desmerece a luta contra o racismo, o que não é novidade, e que os negros seriam loucos, sem capacidade de dar conta do que é racismo ou não. Explicitamente, o comentário irônico afirma o contrário do que quer dizer. Já no

segundo comentário, cujo posicionamento nega a luta, há uma provocação feita pela retirada da história de Sansão, guerreiro traído por Dalila, que enquanto ele dormia cortou seus cabelos, os quais eram a origem de sua força. A relação do tema cabelo com a história de Sansão é reforçada como sarcástica em razão da parte final do comentário, em que o autor ou autora afirma que a luta é de um grupo de “coitadinhos”. Já a presença de humor ou piada foi identificada quando o teor do comentário era cômico, de fazer rir, a exemplo do que podemos ler abaixo:

- “Aah nós fomos escravizados durante dois séculos, as chicotadas ainda me doem’, Ata, Desculpa aí Drácula!” (comentário coletado do Facebook).

Esse comentário é explicitamente cômico – embora outros comentários tenham conteúdo cômico duvidoso –, pois estabelece uma relação entre o argumento da dor proporcionada pela escravidão e um vampiro, figura folclórica imortal, de tal maneira que o autor ou autora do comentário está caçoando das dores e possíveis heranças desse período. Ao recuperar a autora Whitney Phillips, Vicktor Chagas defende que a “risada excludente”, a misoginia, a sátira que desumaniza, a homofobia e o racismo são aspectos intrínsecos da cultura da Internet. O que está em jogo, porém, é que nos ambientes virtuais, a piada pode promover a aceitação de estereótipos racistas, por exemplo (CHAGAS, 2020, p.10). Podemos compreender melhor o problema em questão a partir da leitura e interpretação dos comentários a seguir:

- 1) “tem um docinho típico em Maceió, chamado de nego bom. E agora, como vai se chamar? Posso ser processado se pedir um? Ou devo pedir afrodescendente bom?” (comentário coletado de *sites* notícias e blogs).
- 2) “É correto você pedir um, mas, caso o contrário, se você disser que não gosta do nego bom, como homem, você será não só indiciado por racismo, mas também por homofobia. Você é obrigado a dizer que gosta desse doce, até mesmo se você for diabético. Espero ter ajudado” (comentário coletado de *sites* notícias e blogs).
- 3) “Aliás, sou branco e minha mãe me chama carinhosamente de ‘neguinho’, posso processá-la?” (comentário coletado de *sites* notícias e blogs).

Chagas (2020) argumenta que o valor da “graça” é fundamental para o sucesso dessas ações, para garantir que sejam percebidas e que sejam legitimadas

por parte da audiência, que partilha do mesmo entendimento de ironia/sarcasmo ou humor/piada dos quais os autores de comentários lançam mão. Como na linha dos três comentários transcritos acima, a ironia é tão bem compreendida que convida outros participantes a “jogarem o jogo”. Amber Day (2012) defende que o movimento político faz uso do humor e da ironia, dentre outras coisas, como estratégia para atrair mais visibilidade e encaminhar seus objetivos. A ironia seria usada tanto para atrair atenção à causa quanto para apelar ao público, convocando-o a se engajar politicamente. Contudo, se o uso desses recursos há muito é feito por classes populares em esforço de resistência, negociação e desobediência em direção àqueles que os oprimem, segundo Chagas (2020), eles também fazem parte da retórica de grupos conservadores. A diferença é que quando feita por poderosos ao invés dos grupos periféricos, o recurso à ironia reforça as relações de poder. No que tange especificamente ao racismo, Adilson Moreira (2019, p. 64) afirma que o humor pode ser um veículo de hostilidade racial, legitimando “arranjos sociais existentes”, tal como vemos no comentário abaixo:

- “Mas a Peppa está tão bonitinha! Até se parece com Whoopi Goldberg!” (comentário coletado de sites de notícias e blogs).

Goldberg é uma atriz estadunidense, negra, cuja aparência é caracterizada pelos cabelos *dreads*. A comparação sarcástica do comentário acima traça uma linha entre a personagem Peppa e a atriz por meio da aparência, qualificando mais a beleza da personagem fictícia do que a da pessoa real. O conteúdo revela desdém e menosprezo e pode ser uma associação sarcástica à figura da *youtuber* Ana Paula Xongani: na tela vemos que Xongani também é uma mulher negra, de pele escura, com *dreadlocks* no cabelo. Mas há comentários que reconhecem não se tratar apenas de ironia ou humor, tal como vemos no exemplo abaixo:

- “É muita crueldade disfarçada de ludicidade... No meu caso, e de outras tantas meninas e meninos, ‘era só brincadeira’. A cartunista Laerte disse em uma série de entrevistas que uma piada nunca é ‘só uma piada’, sempre há uma intencionalidade no discurso que ela carrega” (comentário coletado do Youtube).

No comentário acima, em resposta às justificativas das próprias experiências no ambiente escolar, a autora ou autor relega as “brincadeiras” a intenções que mesmo não sendo explícitas, são compreendidas e alcançam os grupos aos quais se dirigem. É preciso realçar e insistir que a desqualificação do outro por meio da

piada e do humor também resvala no desrespeito. Se, por um lado, o humor pode oportunizar uma crítica sofisticada das relações de poder, por outro, também pode ser utilizado para reforçar as desigualdades operando como forma de dominação. Moreira (2019) exemplifica que a associação da negritude ao que é feio é usada, diversas vezes, como elemento “cômico”, como um mecanismo mais aceitável da hostilidade racial. Em muitos casos, o que vemos é a animalização dessas referências e a bestialização da representação da pessoa negra retoma a questão da desumanização como processo intrínseco ao racismo.

Isso significa que o humor construído a partir de estereótipos raciais produz o mesmo efeito que discursos culturais e políticos destinados a reproduzir a opressão racial: a presunção de que apenas pessoas brancas são merecedoras de respeitabilidade social porque só elas devem ser consideradas como agentes capazes de atuar de forma competente no espaço público (MOREIRA, 2019, p. 64).

Para Moreira, o humor é um recurso que dialoga com o mito da democracia racial, pois confunde os limites entre o que é brincadeira e o que é discriminatório, sem responsabilizar as pessoas pelo que foi dito em momento de “descontração”. Sob esse aspecto, o humor e a piada podem ser usados como estratégias de silenciamento porque ajudam a consolidar estereótipos e estigmas carregados por esse grupo, atuando nas dicotomias belo/feio, superior/inferior e desejável/repulsivo. Assim, podem ser concebidos como uma “lesão moral” por provocarem o sentimento “de não possuir o *status* de um parceiro de interação com igual valor” (HONNETH, 2009, p. 216). De todo modo, argumentamos que não é possível polarizar esse modo comunicativo. Contudo, podemos identificar de que forma o sarcasmo/ironia e o humor/piada são operacionalizados de modo a reforçar as relações de poder. Nesse caso, ao invés de promoverem espaços propícios à autodefinição e para a luta por reconhecimento, o sarcasmo/ironia e o humor/piada aprisionam os grupos marginalizados. Nas palavras de Silveira (2017, p. 54), “a ofensa destilada pelo opressor não se constitui como humor”.

5.5 Ataques

A partir da análise dos ataques foi possível constatar suas duas dimensões, tal como apresentaremos adiante: ataques ofensivos cujo direcionamento estava

associado aos aspectos pessoais de alguém e suas capacidades; ataques que se concentravam na crítica e denúncia da opressão. Isto posto, os ataques ora materializam a desconsideração completa da questão racial negra e de suas reivindicações, como estratégia de silenciamento; ora lançam luzes sobre as injustiças raciais. Nas subseções que seguem, discutiremos essas duas funções do ataque, isto é, a de ofensa, centrada nos ataques pessoais e no “mimimi”, assim como a de denúncia. Na sequência, analisaremos os registros dos ataques raciais, tipificados conforme a legislação vigente, que foram identificados no *corpus*.

5.5.1 Ataques que silenciam e o “mimimi”

Nesta subseção, apresentaremos de que modo os ataques foram usados como estratégias de silenciamento, invisibilização e manutenção de injustiças no que concerne à questão racial negra. Os ataques foram feitos por pessoas com diferentes posicionamentos e em direção a diversos destinatários: os participantes nos comentários, a *youtuber* Ana Paula Xongani, a autora Silvana Rando, a editora Brinque-Book. Faz-se necessário salientar que houve casos também em que apesar de ser constatado o ataque, não foi possível identificar o destino. Na comparação dos comentários com ataques feitos à *youtuber* e ataques feitos à autora do livro *Peppa* (2009), porém, foi possível identificar uma diferenciação quanto ao alvo das ofensas. Nas críticas feitas a Ana Paula Xongani, há uma tendência de aparição de críticas relacionadas não só aos seus feitos (a resenha crítica), como também à sua capacidade cognitiva e mental, eventual desocupação e aparência. Ao passo que, as críticas a Silvana Rando se concentraram no livro infantil, na questão do racismo e em sua profissão. A partir de um recorte feito na Tabela 10, é possível distinguir abaixo o percentual dos ataques direcionados à *youtuber* Ana Paula Xongani e à autora Silvana Rando, em posições antagônicas na luta por reconhecimento.

Tabela 13 – Ataques personificados: *youtuber* e autora

Código	Youtube (697)	Facebook (924)	Sites de notícia e blogs (269)
Ataque à <i>youtuber</i>	25%	6%	21%
Ataque à autora	37%	12%	4%

Fonte: Elaborado pela autora.

Nesta tabela demonstramos o percentual de ataques que a *youtuber* e a autora receberam nas três plataformas. Enquanto nos **sites de notícias e blogs**, há uma concentração de ataques à *youtuber* sete vezes maior (21%), no **Facebook**, os ataques à autora ocorrem duas vezes mais (12%). O **Youtube** é a plataforma com maior registro de ataques direcionados à *youtuber* e à autora, contudo, com certo equilíbrio percentual deles, embora a maior parte dos ataques tenha sido direcionada a Silvana Rando. Vejamos, nos comentários abaixo, alguns ataques feitos a Ana Paula Xongani:

- 1) “Além de não ser bonita é complexada..., mas, pelo menos, conseguiu aparecer, né?!” (comentário coletado do Youtube).
- 2) “Que cabeça fantasiosa. Ou você não amadureceu, ou faltou estudo escolar para saber interpretar” (comentário coletado do Facebook).
- 3) “Está claro que a Srta. mimimi, que narra essa ridícula indignação, tem sérios problemas de aceitação por ter seus cabelos crespos e rebeldes como os de Peppa. Ela se viu ali, porém de uma maneira negativa” (comentário coletado do Facebook).

Dentre os comentários apresentados acima, o primeiro deles ataca a aparência da *youtuber* e a desqualifica como “complexada”. No segundo comentário, a capacidade interpretativa e inteligência da *youtuber* são colocadas em xeque a partir da interpretação feita do livro *Peppa* (2009). Já no terceiro comentário, sua capacidade mental e psicológica é desafiada sob o rótulo de “problemas de aceitação” com seus cabelos crespos. Como veremos nos comentários expostos mais adiante, os ataques à autora Silvana Rando se concentram em dois aspectos: I) ataques de caráter interpessoal, como mostraremos abaixo; II) ataques direcionados ao livro tendo sido identificada a presença de racismo.

- 1) “Tem que processar essa pseudo escritora” (comentário coletado do Facebook).
- 2) “Tal autora [...] deveria escrever livro de autoajuda para ela mesma” (comentário coletado do Facebook).

Em ambos os comentários, é possível identificar o caráter pessoal das críticas feitas, cujos ataques são relacionados à profissão de Silvana Rando. Em parcela considerável dos ataques feitos à autora do livro *Peppa* (2009), porém, a crítica residia no racismo presente na obra infantil. Nos comentários direcionados à autora não identificamos, por exemplo, qualquer ataque cujo conteúdo dizia respeito à sua

aparência. No entanto, o mesmo não ocorre nos ataques pessoais a *youtuber* Ana Paula Xongani. Como vimos, a referência à aparência foi feita para criticar e desqualificar a *youtuber*: uma mulher negra, de pele retinta, *dreadlocks* no cabelo. Esses ataques centrados na aparência ratificam o racismo, ao apontar que o lugar do corpo negro é inferior e consiste num desvio à regra.

A partir das considerações feitas por Oracy Nogueira, Ronaldo Araújo e Jobson Júnior (2020), reforçamos que no Brasil a aparência racial e a exclusão se dão por características, tais como “textura do cabelo, tom da pele, formato do nariz, forma de se vestir”. Nesse sentido, é pertinente destacar que é justamente no âmbito da aparência que uma frente das lutas afirmativas das identidades negras emerge. Nos comentários que consistiam em uma forma de ataque, uma segunda estratégia de silenciamento foi o “mimimi”, denominação de um dos agrupamentos dos posicionamentos que negam a luta. Por englobar um alto nível de descredibilização de determinados proferimentos, trouxemos as reflexões desses comentários para a seção de ataques.

O termo “mimimi” é usado na Internet e, em estudos anteriores que abrangem os comentários de Internet, foi definido como expressão para “a ridicularização de alguma pauta, como forma de deslegitimar certa demanda ou questão específica” (SILVEIRA, 2020, p. 88). Nesta análise, foram agrupados aqueles comentários que não justificam seus posicionamentos, mas evidenciam sua total invalidação da reivindicação feita. Alguns comentários recorrentes no *corpus* foram: “Agora tudo é racismo”, “Isso é vitimismo” e “Vitimismo ridículo”. Além desses, sublinhamos os comentários abaixo:

- 1) “MIMIMI MIMIMI MIMIMI MIMIMI E MAIS MIMIMI” (comentário coletado de *sites* de notícias e blogs).
- 2) “Infelizmente estamos na geração mimimi mesmo. Tudo é ofensivo, opressor, machista e racista” (comentário coletado do Youtube).
- 3) “Quanto ao racismo, a verdade é que os negros vêem racismo até na sombra, poucos são os que tem capacidade de superação, parem de mi mi mi [...] já passou da hora de superarem essa fase de ‘negro dodói’” (comentário coletado do Youtube).

No primeiro comentário, todo o espaço foi preenchido com a sílaba “mi”. O resultado foi uma recusa irônica em compreender a crítica ao livro *Peppa* (2009) e aos estereótipos racistas. No segundo comentário, há descredibilização não só das

questões de raça, mas de tudo que é apontado como opressor. No exemplo do terceiro comentário, o “mimimi” também é usado como ofensa às capacidades cognitivas desse grupo/pessoa. Mobilizando a categoria “mimimi”, o que esses comentários expressam é que embora já esteja publicamente colocada, essa pauta de debate não tem valor ou vez, de tal maneira que o posicionamento contrário não é “autorizado” a se expressar. Logo de saída já há a descrédibilização do debate, como ocorre historicamente quando se coloca a questão racial.

Além do descrédito, esses posicionamentos instigam de forma explícita a invalidação dessa luta e o menosprezo pelos comentários que identificam o racismo. Isso se torna uma nova camada de desrespeito para a luta. Não há razões para esse posicionamento: a parcela de pessoas que comentaram apontando para o “mimimi” não discorda ou nega a luta porque, na verdade, nem estão dispostas a compreendê-la. Há, mais uma vez, uma lacuna na reparação de injustiças: quando não se reconhece os danos e desrespeitos dessas ações, não se pode agir para resolvê-las. Se ao invés de contra argumentarem as críticas aos estereótipos raciais no livro *Peppa* (2009), a maioria dos comentários apenas descrédibiliza as injustiças perpetuadas pela retratação simbólica de pessoas negras – o que vai refletir na empregabilidade, noção de beleza e autoestima desse grupo – isso consiste em uma estratégia de silenciamento da luta. Esses ataques invisibilizam e desconsideram as questões de injustiça da negritude sobre as três lacunas das lutas por reconhecimento: I) na desumanização, já que há a desconsideração completa do outro; II) no silenciamento histórico, por ofender ao invés de criar pontos de diálogo e espaços para as lutas; e III) na impossibilidade de reparação de injustiças, cujo pré-requisito é a admissão da opressão e de seus danos.

5.5.2 Ataques que denunciam o dano

Estratégias de silenciamento verificadas a partir de ataques e ofensas não são novas. A história mostra que esses ataques não são ignorados, mas enfrentados em processos de resistência – nas artes, na política, no cotidiano. Com efeito, as dinâmicas de voz e silenciamento transpassam as décadas desde a abolição da escravidão. Assim, as lutas podem ser dar de forma mais contundente pelos injustiçados, o que podemos constatar na denúncia que as pessoas fazem ao

adjetivar a escritora e/ou sua obra como racista, tal como vemos nos comentários abaixo.

- 1) “Se a autora quis passar a mensagem de empoderamento das características étnicas da personagem, foi desastrosamente ineficiente!” (comentário coletado de *sites* de notícias e blogs).
- 2) “A escritora desse livro é totalmente racista” (comentário coletado do Facebook).
- 3) “Lixo de livro racista em pleno século XXI [...] Tal autora que ganhou até prêmio deve se sentir com um complexo de inferioridade a ponto de jogar essa m@\$%# nas nossas crianças” (comentário coletado do Facebook).
- 4) “Não dá pra acreditar que um livro desses existe nos dias de hoje. Em que planeta essa autora vive?” (comentário coletado do Youtube).

A expressão de raiva e indignação é defendida por Lorde (2019 [1984]) como uma das formas de incentivar a transformação, uma vez que a raiva dos grupos subalternizados não é o que cria a opressão, mas consiste em uma resposta aos processos de desumanização. No primeiro comentário, o participante critica a responsabilidade de transmitir uma mensagem como ineficiente pela autora. No segundo, há um posicionamento não justificado com o uso do adjetivo racista para Silvana Rando. No terceiro comentário, há ataque ao livro *Peppa* (2009) e uso da linguagem inapropriada para criticar a atitude da autora. No quarto comentário, Silvana Rando é criticada por não se ater às discussões do que é adequado ou não atualmente. Menos do que uma ofensa pessoal à autora, os comentários acima se traduzem em um exercício de denúncia da prática racista pelo emprego de estereótipos, a exemplo do “cabelo de aço”.

Diante do que foi exposto até aqui, apreendemos uma distinção entre os ataques cujo foco é exclusivamente a ofensa pessoal e o descrédito, e o ataque que vai ser ater frequentemente ao objeto da crítica – no caso, o livro *Peppa* (2009) – para apontar injustiças. Assumimos que se trata de uma ofensa, quando um dos comentários chama o livro de “lixo”, por exemplo. Mas ao qualificar os ataques sofridos tanto pela escritora Silvana Rando quanto pela *youtuber* Ana Paula Xongani observamos diferenças substanciais. O que se explica se considerarmos que a fisionomia, a sanidade mental e a capacidade cognitiva da *youtuber* negra que fez a crítica são colocadas em xeque. Em contraposição à escritora branca, foi uma

mulher negra que falou – esses ataques têm outros vieses, conforme já demonstramos ao sublinhar a ênfase na aparência e características físicas. Em alguns comentários, a *youtuber* negra foi chamada de “preta f@4!&*”, um atentado à sua cor e à sua existência no mundo, esse ataque desvaloriza a *youtuber* em uma de suas características étnico-raciais: Ana Paula Xongani é uma mulher negra. No apontamento do dano, feito de forma categórica, a crítica vai em direção a uma ação e um produto resultante do contexto estrutural do racismo.

Sentimentos morais, tais como a indignação e a raiva, aparecem aqui mais uma vez (HONNETH, 2009) tanto como mola propulsora da luta quanto expressão da demarcação do *ad infinitum* na luta. Por mais que existam estratégias de silenciamento e os ataques funcionem como uma segunda camada opressora, esses sentimentos são mobilizados mais uma vez e renovam as percepções da injustiça, do racismo.

5.5.3 Ataques raciais

Como vimos no segundo capítulo, o racismo foi criminalizado após a promulgação da Constituição Federal de 1988, por meio da lei 7.716/1989, conhecida como Lei do Racismo. Essa legislação define os crimes que resultariam no preconceito racial, como o preconceito de origem étnica; praticar, induzir ou incitar a discriminação de raça e cor de uma coletividade, toda a raça, sem especificação de apenas uma pessoa ofendida. Já o Código Penal, tipifica a injúria racial no terceiro parágrafo do artigo 140 como forma qualificada de injúria, com pena maior. Praticam esse crime aqueles que usam de ofensa à dignidade de alguém, em específico, com base em elementos referentes à raça, cor, etc. A partir desses documentos legais, identificamos comentários explicitamente racistas nos quais deparamos com a discriminação de raça de uma coletividade e ofensa personalizada à dignidade com base na raça e cor. Na plataformas digitais que são objeto de nosso estudo, temos o seguinte cenário: dentre os 697 comentários do Youtube, 16 (2,3%) deles foram identificados como tipificáveis como crime; no Facebook, não foram encontrados comentários com esse teor; nos *sites* de notícias e blogs, oito (3%) comentários continham teor racista, conforme indica a legislação brasileira atual. Vejamos alguns exemplos desses comentários:

- 1) “Preta fodida, você é o tipo que faz o racismo existir, com esse vitimismo ridículo e essa vontade de aparecer” (comentário coletado do Youtube).
- 2) “Foi mimimimi sim, mas quero deixar claro que não tenho nada contra os CRIoulos nem contra os VIADOS” (comentário coletado de *sites* de notícias e blogs).
- 3) “Xongani nem se fosse branquela e cabelo liso eu pegava... kkkk slc... demônio... a Peppa do livro é mais bonitinha...” (comentário coletado de *sites* de notícias e blogs).

Tatiana Stroppa e Wlaler Rothenburg (2015) caracterizam o discurso de ódio como aquele que prega e difunde a superioridade de quem o profere, além de estimular formas de ataques baseados na intolerância, a exemplo do ódio racial. Esse discurso é empregado para justificar a privação de direitos e a progressiva exclusão social dos grupos que são discriminados. O que nos interessa demonstrar aqui é que ao negar às pessoas negras o direito de darem conta de si e da própria opressão, esses comentários impedem o debate. Além de desumanizarem as pessoas negras, os ataques mencionados anteriormente também relegam essas reivindicações ao silenciamento histórico. Nos lugares em que nem a escuta é exercitada, não será possível promover a reparação de injustiças, situação que pode ser exemplificada por meio do comentário abaixo:

- “Você é uma piada para a sua Raça! Infelizmente pessoas como você têm se proliferado de maneira absurda! Nem te conheço e já tenho um imenso nojo da sua pessoa” (comentário coletado do Youtube).

No referido comentário, há a descredibilização completa da luta por reconhecimento com ofensas diretas à *youtuber* Ana Paula Xongani e sua capacidade cognitiva. Esses aspectos do conteúdo assinalam o “desrespeito a direitos e liberdades individuais [...] divergentes” (ROSSINI, 2017, p. 55) evidenciando, portanto, o caráter intolerante do comentário em questão. No Facebook, cujos perfis não identificáveis (anônimos) estiveram presentes em menor número, não foram identificados quaisquer comentários que se enquadraram como racismo, conforme a legislação. Esta também foi a plataforma com menor percentual de ataques. Estudos anteriores têm demonstrado que as plataformas que favorecem o anonimato estão mais propensas a expressões de ódio ou à incivildade (ROSSINI,

2017; MAIA; REZENDE, 2015). Nossos resultados coadunam com essa tendência entre o anonimato e a presença de ataques.

Queremos chamar a atenção para o fato de que, ao todo, 24 comentários foram codificados como tipificáveis de racismo segundo a legislação brasileira. Considerando que o número total de comentários do *corpus* é 2.273, a soma de comentário cujo conteúdo é racista foi pequena para nossa surpresa. O que se notou foi a inferiorização das pessoas negras por outros artifícios, ou seja, ataques, comparações, ironias e outras formas já exemplificadas. Ora, são sutilezas e mecanismos sofisticados da linguagem que disfarçam o racismo. É nesse sentido que Adilson Moreira (2019, p. 23) problematiza a distinção entre os crimes de racismo e injúria racial, alegando que “todas as ofensas raciais possuem uma dimensão coletiva, porque incidem sobre uma forma de identidade. As pessoas são ofendidas porque fazem parte de um determinado grupo”.

O esforço de identificar os ataques tipificáveis como crime de racismo ou injúria racial, foi no sentido de averiguar de que forma essas práticas se materializam como passíveis de crime. Conforme apresentado, no universo de 2.273 nas plataformas digitais apenas 24 deles foram identificados enquanto tal. Em *Racismo recreativo* (2019, p. 22), Moreira critica as tipificações legais por sugerirem um sentido estático a essa opressão:

[...] O racismo não pode ser identificado exclusivamente com concepções tradicionais de discriminação fundamentadas na pressuposição de que a exclusão decorre apenas de atos intencionais e arbitrários. O fenômeno social sob análise demonstra que ele possui uma natureza dinâmica e múltipla. O racismo pode assumir diversas formas em diferentes lugares e em diferentes momentos históricos. Suas várias manifestações têm o mesmo objetivo: preservar e legitimar um sistema de privilégios raciais, o que depende da circulação contínua de estereótipos que representam minorias raciais como pessoas incapazes de atuar de forma competente na esfera pública.

Acerca da legislação brasileira referente ao racismo, Moreira (2019, p. 27) argumenta que ela “sugere que esse termo tem um significado estático”, isto é, sem atualizações em diferentes períodos e/ou sociedades. Desse modo, o texto e a tipificação legal não esgotam as características e as definições das práticas racistas tampouco são suficientes para fixar esses sentidos. Assim, é fato que a injustiça está para além do que é tipificado legalmente. Como argumentamos ao longo desta dissertação, o racismo está presente nas desigualdades do mundo simbólico, bem

como nos processos de desumanização, silenciamento e nas dificuldades quanto a reparação de injustiças. Posicionamentos diferentes e com apropriações distintas do que chamamos de modos comunicativos utilizaram estratégias que buscam silenciar o tema. Essas práticas, porém, são atualizadas e sofisticadas a fim de manter o poder do grupo racial dominante. As estratégias de legitimação também precisam se modificar. Ao acusar as pessoas negras de não conseguirem dar nome às injustiças que sofrem, esse grupo atualiza as práticas excludentes, tal como podemos entender a partir do comentário abaixo:

- “Eu conheço pessoas brancas de cabelo pixaim, bombril e conheço pessoas negras de cabelo liso. Tudo fruto da mistura racial que existe no Brasil. Cabelo pixaim é horrível e ninguém pediu pra ter. Se antes de nascer a pessoa pudesse escolher, queria ver o ser humano que faria essa escolha. Hipócritas. Nem tudo é racismo não. Mas fatos são fatos” (comentário coletado de *sites* de notícias e blogs).

Se nas décadas passadas, os movimentos nas ruas foram a resposta ao mito da democracia racial e de denúncia de outras violências, hoje o coletivo, por meio da Internet – como no caso estudado –, ajuda a fazer com que essa luta se amplie, seja atualizada e com que mais pessoas se percebam como injustiçadas. No comentário apresentado a seguir podemos perceber como esse movimento de ampliação acontece:

- “E quem disse que não sabemos o que é racismo?! Sabemos porque sentimos na pele. Racismo vai além de não gostar de negros/chamar de macaco. É estrutural e sutil muitas vezes. E tem quem não goste de ser apontado como racista porque a imagem do racista é de Ku Klux Klan. Mas racista pode ser uma velhinha fofa que faz bolo de chocolate para netos e chama o cabelo de alguém de duro ou ruim. Ou aquele paizão que acha que mulher negra é fogosa. O racismo está na construção de estereótipos, na visão de que os negros são pessoas sem identidade individual e que devem obedecer a um padrão de comportamento X” (comentário coletado do Youtube).

No comentário acima, o participante explicita que o racismo não se restringe às ofensas animais, mas inclui um imaginário sutil que ainda relega o lugar da negritude ao inferior ou à redução dos seus comportamentos e capacidades. Essa noção de que o racismo opera de forma sofisticada por meio da linguagem dialoga

com a crítica aos estereótipos racistas e o prejuízo que eles causam à autoimagem que as pessoas negras têm de si mesmas. Na medida em que a dimensão simbólica reduz a imagem desse grupo (COLLINS, 2016), as pessoas negras têm resistido às imagens inferiores as quais são submetidas pelo racismo por meio da autodefinição – processo que rompe com esse *status* de subalternidade. Nosso trabalho, portanto, evidencia alguns dos sentidos e artifícios empregados para reproduzir o racismo mediante os recursos simbólicos, bem como as estratégias que as pessoas oprimidas pelo racismo lançam mão para terem suas reivindicações ouvidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Tendo um cabelo tão bom, cheio de cacho em movimento,
cheio de armação, emaranhado, crespura e bom comportamento,
grito bem alto, sim?*

*Qual foi o idiota que concluiu que meu cabelo é ruim?
Qual foi o otário equivocado que decidiu estar errado o meu cabelo enrolado?
ruim pra quê?
ruim pra quem?
Infeliz do povo que não sabe de onde vem”.*

*(Emicida em Milionário do Sonho
Trecho extraído de um dos comentários analisados)*

O objetivo deste trabalho foi discutir de que forma diferentes modos comunicativos incidem na luta por reconhecimento e na valorização do corpo negro. Discussão essa, cujo ponto de partida foram as conversações *online* desencadeadas pelo vídeo “Peppa NÃO!” da *youtuber* Ana Paula Xongani e estabelecidas nos comentários presentes no Youtube, no Facebook e em *sites* de notícias e blogs. Iniciamos nosso percurso investigativo por meio de uma retomada bibliográfica acerca da compreensão de Axel Honneth sobre as lutas por reconhecimento. A partir dela, pincelamos algumas de suas principais críticas e identificamos três lacunas para pensar as lutas raciais. Um dessas lacunas tem a ver com o processo de desumanização a que essas pessoas estão sujeitas, em momento *a priori* das três esferas propostas pelo filósofo alemão, a saber, o amor, o direito e a estima social. A segunda lacuna diz respeito ao silenciamento histórico ao qual esse grupo está submetido, o que dificulta que suas demandas sejam ouvidas. Em última análise, a terceira lacuna está relacionada à reparação de injustiças, que só pode ser realizada a partir do confronto da opressão pelas pessoas brancas.

As três lacunas expostas anteriormente fazem parte de uma mesma dinâmica opressiva em direção às pessoas negras. Para relacionar a teoria honnethiana com essas lutas, recorreremos às críticas da questão racial negra e aos conhecimentos de intelectuais negros e negras, dentre eles, Patricia Hill Collins, Grada Kilomba, Nilma Lino Gomes, Silvio de Almeida e Lélia Gonzalez. Mediante as contribuições das(os) intelectuais negras(os), nosso principal objetivo foi tensionar as lutas por reconhecimento conforme foram entendidas por Honneth. No passo seguinte,

fizemos o mapeamento do *corpus* e a coleta de comentários acerca da retirada de circulação do livro *Peppa* (2009), objeto empírico em estudo. Coletamos um total de 2.273 comentários públicos de três vídeos no Youtube, um *post* no Facebook e de seis *sites* de notícias e blogs. Compreendemos que a retirada do livro foi feita em razão da mobilização de pessoas nas plataformas digitais, contudo, a Internet também é um espaço de reprodução das desigualdades raciais. Diante disso, por meio dos comentários buscamos evidenciar de que forma o conteúdo dos posicionamentos nas conversações impulsionaram a luta e como eles também foram apropriados como estratégias de silenciamento.

Para operacionalizar a análise pretendida, alguns recursos comunicacionais foram agrupados como modos comunicativos: posicionamentos justificados e não justificados; a narrativa pessoal nos termos da *storytelling* conforme definida por Young (2002); presença de ironia/sarcasmo, humor/piada e/ou linguagem chula. Também analisamos a apropriação da temática racial e dos ataques entre aqueles que reconheceram e os que negaram a luta. Nossas principais percepções incluem: I) a negociação acerca do termo “racismo”. As pessoas entendem que essa opressão existe, mas há disputas para relacioná-la ao contexto da obra infantil *Peppa* (2009) mesmo com pessoas negras construindo argumentos a respeito; II) é notório que a desumanização, o silenciamento e a não reparação de injustiças, frutos da mesma opressão, dificultam a ampliação da luta por reconhecimento de pessoas negras; III) os modos comunicativos tanto ajudam a descortinar as opressões quanto podem conter estratégias de silenciamento, ao individualizar as questões e invalidar as experiências de injustiça; IV) os ataques são utilizados como forma de denúncia ao dano e também como ofensa.

Caracterizamos a repercussão das críticas ao livro *Peppa* (2009) como uma luta por reconhecimento, na medida em que o racismo é uma tecnologia intersubjetiva que tem perpetuado o símbolo do cabelo crespo e cacheado (dentre outros traços negros), como uma marca de inferioridade (GOMES, 2019). Como insistimos no desenvolvimento do percurso investigativo, isso afeta tanto a percepção positiva que as crianças crespas têm de si mesmas, quanto socialmente, já que essa característica também é lida como de menor valor, inadequada para o ambiente de trabalho, exótica, áspera, impossível de cuidar... No estudo de caso, sobretudo mediante a análise dos comentários, depreendemos que a tipificação legal do racismo não é suficiente para abarcar as práticas opressivas. Práticas essas

que são atualizadas por meio da linguagem de forma sutil, através da reprodução de desigualdades raciais que subjagam um povo em virtude de suas características étnico-raciais.

Vimos que os modos comunicativos incidem de forma distinta na luta, seja para contribuir com ela ou invalidá-la, a depender de como as pessoas se apropriam deles. Em nosso estudo, foi possível identificar que entre os posicionamentos que negam a luta são apresentadas as seguintes justificativas: a falta de capacidade das pessoas negras em se autocompreender; o vitimismo; a falta de expertise ou capacidade interpretativa das pessoas negras; e, não menos importante, o “mimimi”. Elucidamos como essas justificativas são usadas como estratégias de silenciamento da luta por reconhecimento das pessoas negras, características essas que assinalam o racismo à brasileira, o mito da democracia racial com a suposta igualdade entre negros e brancos. Em contrapartida, quando foi possível generalizar as experiências de desrespeito, expressar a injustiça e, principalmente, os danos simbólicos e políticos do racismo, esses modos comunicativos contribuíram com a luta.

No desenvolvimento da discussão, tivemos duas importantes percepções contraintuitivas. Uma delas indicando que no *corpus* da pesquisa, as autorreferências das pessoas negras não foram um indicador suficiente para demarcar um posicionamento favorável à luta afirmativa na Internet. Dito de outro modo, as pessoas mencionaram a cor da pele ou o cabelo crespo, em maior proporção, para negar a luta. A outra percepção é referente ao papel dos ataques como denúncia da injustiça, no caso, feitos por quem luta. Nesse sentido, o adjetivo “racista” e a racialização dos envolvidos na suspensão do livro serviram para revelar e confrontar as injustiças. Com efeito, a presente dissertação expõe questões não resolvidas, uma vez que elas fazem parte das dinâmicas sociais sobre o uso dos estereótipos e da opressão. No caso da retirada de circulação do livro *Peppa* (2009), foi preciso o poder econômico (editora Brinque-Book) dar a resposta final já que o Poder Público não se manifestou. Como argumentamos exaustivamente, a retirada de circulação da obra infantil contribuiu pouco ou nada para o debate acerca do racismo e das questões raciais. Além do que, enquanto as injustiças – do genocídio à representação estereotipada dos traços físicos de pessoas negras – continuarem a serem deslegitimadas por pessoas ou instituições, não será possível fazer a

reparação para esse grupo, uma vez que essa passa necessariamente pelo campo simbólico.

Foi um esforço amplo e atual partir das plataformas digitais, que embora componham a mesma tecnologia, possuem complexidades e funcionamentos específicos. Embora o objetivo desta dissertação não seja comparar as plataformas, em consonância com outros estudos, identificamos que o **Youtube** emerge como a principal plataforma digital de autoexpressão, com frequentes referências dos autores e autoras de comentário. Esse também foi o espaço que contou com mais ataques, porém, os ataques passíveis de crime e mais ofensivos estiveram mais presentes naqueles comentários oriundos de *sites* de notícias e blogs. Os comentários ambíguos ou neutros figuraram entre os desafios da análise, tendo em vista a impossibilidade de identificar os posicionamentos pela conversação pulverizada e incompleta das plataformas digitais; eles estiveram em maior proporção no **Facebook**. Nesta plataforma, a principal justificativa para a negação da luta foi a "interpretação individual" (79%). Já os **sites de notícia e blogs** contaram com a maior proporção de negação da luta, cujo principal sentido vinculado à negação é o "mimimi" (56%); também houve maior proporção de uso de linguagem chula nesses espaços.

De forma bastante concisa podemos afirmar que a contribuição deste trabalho está relacionada ao estabelecimento de um diálogo, partindo de um objeto empírico, entre a teoria do reconhecimento de Axel Honneth e a produção de conhecimento amparada na vivência negra. A injustiça em direção às pessoas negras irrompe antes mesmo de suas vozes, de seus posicionamentos, formas de pensar, contribuições para a sociedade ou direitos individuais – a cor da pele comunica de forma irreversível antes da voz desse grupo. Essa comunicação, porém, é redutora, restrita, inferior e preconceituosa, pois nos confina, desde a infância, a baixas expectativas em relação à sociedade.

O diálogo que propomos e desenvolvemos nesta dissertação, tensiona e sistematiza as críticas às lacunas teóricas presentes na obra de Honneth (2009), quando essa é estudada à luz da opressão racial com o objetivo de promover discussões profícuas e relevantes sobre o tema. O trabalho pode ser um ponto de partida de pesquisas futuras para o aprofundamento de questões referentes à desumanização, o silenciamento histórico e as dificuldades inerentes à reparação de injustiças. Na esteira de estudos que mobilizam a teoria do reconhecimento e as

plataformas digitais, o presente trabalho também pode incentivar a operacionalização dos conceitos para análises comunicacionais. Embora a ampliação e o silenciamento sejam partes antagônicas da luta por reconhecimento, reforçamos que esse processo não é dicotômico tampouco linear. Em termos evidentes, a ampliação das relações de respeito acontece de forma contínua e em um processo agonístico. Se, por um lado, a luta é processual em contextos de desrespeito e desvalorização, por outro, é possível perceber a materialidade das suas contribuições no aumento do número de pessoas que se enxergam como desrespeitadas e, então, se juntam à luta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

ARAÚJO, Ronaldo F.; JÚNIOR, Jobson da Silva. Blackfishing e a transformação transracional monetizada. In: SILVA, Tarcízio (org.). *Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: Olhares Afrodiaspóricos*. São Paulo: LiteraRua, 2020, p. 103-119.

AVRITZER, Leonardo; GOMES, Lilian C. B. Política de reconhecimento, raça e democracia no Brasil. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, 2013, p. 39-68.

BARBOSA, Suzana; DA SILVA, Fernando Firmino; NOGUEIRA, Leila. Análise da convergência de conteúdos em produtos jornalísticos com presença multiplataforma. *Revista Mídia e Cotidiano*, v. 2, n. 2, p. 241-264, 2013.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BASEVICH, Elvira. W.E.B. Du Bois's Critique of American Democracy during the Jim Crow Era: On the Limitations of Rawls and Honneth. *Journal of Political Philosophy*, v. 27, n. 3, 2019, pp. 318-340.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Tradução de Pedrihno Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2017.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BERNARDES, Mayra. *Esse boom é nosso? Discursos sobre transição capilar na publicidade de cosméticos*. 2019. 135f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Belo Horizonte, 2019.

BERTH, Joice. *Empoderamento*. São Paulo: Pólen, 2019.

BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo "científico": sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. *Educar em Revista*, n. 12, p. 153-165, 1996.

BONILLA-SILVA, Eduardo. The linguistics of color blind racism: How to talk nasty about blacks without sounding "racist". *Critical Sociology*, v. 28, n. 1-2, p. 41-64, 2002.

BORGES, Rosane. Mídia, racismos e representações do outro. In: BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane (Orgs.). *Mídia e racismo*. Petrópolis: DP et Alii; Brasília: ABPN, 2012.

BROMELL, Nick. "That Third and Darker Thought": African-American Challenges to the Political Theories of Jacques Rancière and Axel Honneth. *Critical Philosophy of Race*, v. 7, n. 2, p. 261-288, 2019.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

CHAGAS, Viktor Henrique Carneiro de Souza. Digerindo o indigesto: a escatologia política do Vomitação. *Galáxia* (São Paulo, online), n. 40, 2019, p. 41-56.

CHAGAS, Viktor Henrique Carneiro de Souza. Dolce farmeme: a retórica da brincadeira política. In: ANAIS DO 29º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2020, Campo Grande. *Anais eletrônicos...* Campinas, Galoá, 2020. Disponível em: <<https://proceedings.science/compos-2020/papers/dolce-farmeme--a-retorica-da-brincadeira-politica>>. Acesso em: 28 jan. 2022.

COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Londres: Routledge, 2000.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

CONCEIÇÃO, Raquel Suely Cardoso da. *O pensamento Feminista Negro: contribuições de Patricia Hill Collins*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Guarulhos, 2018.

COULDRY, Nick. *Why voice matters: culture and politics after neoliberalism*. Londres: Sage. 2010.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, 1991, pp. 1241-1299.

DAHLBERG, Lincoln. The Habermasian public sphere: Taking difference seriously? *Theory and Society*, v. 34, n. 2, p. 111-136, 2005.

DAY, Amber. Satire and dissent: A theoretical overview. *Comunicazione politica*, v. 12, n. 1, p. 19-42, 2012.

FELIPPI, Maria Cristina Poli. *O espírito como herança: as origens do sujeito contemporâneo na obra de Hegel*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

FERES JÚNIOR, João; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes; EISENBERG, Zena Winona. Monteiro Lobato e o politicamente correto. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, v. 56, n. 1, 2013, pp. 69-108.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. 2. ed. São Paulo: Global Editora, 2013.

FERNANDES, Pablo Moreno. “É a representação da miscigenação, parem de problematizar”: o racismo na circulação midiática da campanha de natal Chester Perdigão. In: CORRÊA, Laura Guimarães (org.). *Vozes Negras em Comunicação: mídia, racismos, resistências*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

FIGUEIREDO, Ângela. Fora do jogo: a experiência dos negros na classe média brasileira. *Cadernos pagu* (23), 2004, pp.199-228.

FIGUEIREDO, Ângela. Carta de uma ex-mulata à Judith Butler. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 3, p. 152-169, 2015.

FIGUEIREDO, Ângela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0102, jan./abr. 2020.

FIGUEIREDO, Ângela; GROSGOUEL, Ramón. Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário. *Sociedade e Cultura*, v. 12, n. 2, p. 223-234, 2010.

FRANÇA, Vera Veiga; SIMÕES, Paula (Org.). *O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2018.

FRASER, Nancy. Social Justice in the Age of Identity Politics: Redistribution, Recognition, and Participation. In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange*. Translated by Joel Golb, James Ingram and Christine Wilke. London; New York: Verso, 2003.

GARCÊZ, Regiane Lucas de Oliveira. *O valor político dos testemunhos: os surdos e a luta por reconhecimento na internet*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Belo Horizonte, 2008.

GARCÊZ, Regiane Lucas de Oliveira. *Representação Política e Lutas Sociais: Quem fala em nome de quem no debate sobre a educação de surdos*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Belo Horizonte, 2015.

GARCÊZ, Regiane Lucas de Oliveira. Teoria do reconhecimento: uma teoria dos movimentos sociais. In: SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE DEMOCRACIA E DESIGUALDADES, v. 2, 2014, Brasília. *Anais...* Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

GARCÊZ, Regiane Lucas de Oliveira; MAIA, Rousiley Celi Moreira. Lutas por reconhecimento dos surdos na Internet: efeitos políticos do testemunho. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 85-101, 2009.

GARCÊZ, Regiane; PRUDÊNCIO, Kelly; OLIVEIRA, Vanessa Veiga de; ARANTES, Larissa; PAULA, Júlia. Ativismo em rede e a dimensão moral das lutas por moradia. In: ELLER, Barbara; CAL, Danila; ROSA, Ana Paula da (org.). *Midiatização (in)tolerância e reconhecimento*. Salvador: EDUFBA, 2020.

GARCIA-SILVA, Hermann Bergmann; MARQUES, Rodrigo Moreno. Falsa percepção de gratuidade: a prática do zero-rating e o Marco Civil da Internet. *Transformação*, Campinas, v. 31, 2019.

GOMES, Nilma Lino. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. 3. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos Alfredo. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984. p. 223-244.

GUIMARÃES CORRÊA, Laura; GUIMARÃES-SILVA, Pâmela; BERNARDES, Mayra; FURTADO, Lucianna. Entre o interacional e o interseccional: Contribuições teórico-conceituais das intelectuais negras para pensar a comunicação. *Revista ECO-Pós*, v. 21, n. 3, p. 147-169, 2018.

GUIMARÃES-SILVA, Pâmela (org.). *Orientação Afirmativa: interseccionalidade e comunicação*. Selo PPGCOM/UFMG, 2021, 182 p.

GUIMARÃES-SILVA, Pâmela. O racial é propriamente comunicacional. In: SOUZA, Pilar Olívia et al (orgs.). *Comunicar, Insurgir: engajamentos metodológicos na pesquisa em Comunicação*. Selo PPGCOM/UFMG, 2020, 400p.

HASENBALG, Carlos Alfredo. Raça, Classe e Mobilidade. In: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos Alfredo. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

HAYES, Andrew F.; KRIPPENDORFF, Klaus. Answering the call for a standard reliability measure for coding data. *Communication methods and measures*, v. 1, n. 1, p. 77-89, 2007.

HONNETH, Axel. Redistribution as recognition: A response to Nancy Fraser. In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange*. London; New York: Verso, 2003.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

HOOKS, bell. Alisando o nosso cabelo. *Revista Gazeta de Cuba, Unión de Escritores y Artistas de Cuba*, 2005. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/alisando-o-nosso-cabelo-por-bell-hooks/>>. Acesso em: 15 set. 2021.

HOOKS, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Censo Demográfico 2010 – Características da população e dos domicílios*. Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Censo Demográfico 2010 – Educação e deslocamento*. Resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b.

JENKINS, David. James Baldwin and Recognition. *American Political Thought*, v. 8, n. 1, p. 82-107, 2019.

KILOMBA, Grada. A Máscara. Tradução Jessica Oliveira de Jesus. *Cadernos de Literatura em Tradução*, Brasil, n. 16, p. 171-180, 2016.

LORDE, Audre. *Irmã outsider: ensaios e conferências*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MAIA, Rousiley Celi Moreira; GARCEZ, Regiane Lucas de Oliveira. Recognition, feelings of injustice and claim justification: a case study of deaf people's storytelling on the internet. *European Political Science Review*, v. 6, n. 3, p. 359-382, 2013.

MAIA, Rousiley Celi Moreira; REZENDE, Thaianne Alexandra Silva. Democracia e a ecologia complexa das redes sociais online: um estudo sobre discussões acerca do racismo e da homofobia. *Intexto*, n. 34, p. 492-512, 2015.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. *Mídia e Lutas por Reconhecimento*. Tradução Juliana S. Botelho. São Paulo: Paulus, 2018.

MAIA, Rousiley Celi Moreira; GARCÊZ, Regiane Lucas de Oliveira. Reconhecimento, sentimentos de injustiça e justificação pública: as histórias pessoais de surdos na Internet. In: MAIA, Rousiley Celi Moreira. *Mídia e Lutas por Reconhecimento*. Tradução Juliana S. Botelho. São Paulo: Paulus, 2018.

MAIA, Rousiley Celi Moreira; REZENDE, Thaianne. Reconhecimento como uma luta permanente: conflitos envolvendo racismo e homofobia em ambientes conversacionais *online*. In: MAIA, Rousiley Celi Moreira. *Mídia e Lutas por Reconhecimento*. Tradução Juliana S. Botelho. São Paulo: Paulus, 2018.

MAIA, Rousiley Celi Moreira; ROCHA, Simone Maria. A moralidade do reconhecimento: adolescentes moradores de favelas discutem a representação de suas vidas em uma série de TV. In: MAIA, Rousiley Celi Moreira (org.). *Mídia e Lutas por Reconhecimento*. Tradução Juliana S. Botelho. São Paulo: Paulus, 2018.

MAIO, Marcos Chor. O contraponto paulista: Florestan Fernandes, Oracy Nogueira e o Projeto Unesco de relações raciais. *Antíteses*, v. 7, n. 13, p. 10-39, 2014.

MANSBRIDGE, Jane; PARKINSON, John [edited by]. A systemic approach to deliberative democracy. In: *Deliberative systems: Deliberative democracy at the large scale*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, p. 01-26.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; FREITAS, Viviane Gonçalves. Gênero, autonomia e subjetivação política de mulheres negras no Brasil. *Líbero*, v. 20, n. 40, p. 16-28, 2018.

MATTONI, Alice. A situated understanding of digital technologies in social movements. Media ecology and media practice approaches. *Social Movement Studies*, v. 16, n. 4, p. 494-505, 2017.

MBEMBE, Achille. *A Crítica da Razão Negra*. Portugal: Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Dimensão intersubjetiva da auto-realização: em defesa da teoria do reconhecimento. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 70, p. 143-154, 2009.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Democracia e desigualdade: as contribuições da teoria do reconhecimento. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 9, p. 119, 2012.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. What if the forms of recognition contradict each other? The case of the struggles of people affected by leprosy in Brazil. *Constellations*, v. 21, n. 1, p. 32-49, 2014.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; PORTO, Nathália França Figuerêdo. Reconhecimento ideológico: uma reinterpretação do legado de Gilberto Freyre sob a ótica da teoria do reconhecimento. *Dados*, v. 60, n. 1, p. 145-172, 2017.

MOREIRA, Adilson. *Racismo recreativo*. São Paulo: Pólen, 2019.

MOURA, Maria Aparecida. Semioses decoloniais: afrofuturismo, performance e o colapso do privilégio branco. In: CORRÊA, Laura Guimarães (org.). *Vozes Negras em Comunicação: mídia, racismos, resistências*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

NETO, Antonio Fausto. As bordas da circulação. *Alceu*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 55-69, 2010.

OLIVEIRA, Vanessa Veiga de. *Mídia, memória pública e comissão da verdade no Brasil: a luta pela verdade e justiça como uma luta por reconhecimento*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Belo Horizonte, 2017.

RAMOS, Silvana de Souza. O politicamente correto e a topologia da exclusão. *Revista USP*, n. 115, p. 41-50, 2017.

REIMÃO, Sandra. "Proíbo a publicação e circulação..." – censura a livros na ditadura militar. *Estudos Avançados*, v. 28, p. 75-90, 2014.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Pólen, 2019.

ROGERS, Melvin Lee. Rereading Honneth: Exodus politics and the paradox of recognition. *European Journal of Political Theory*, v. 8, n. 2, p. 183-206, 2009.

ROSSINI, Patrícia Gonçalves da Conceição. *Conversação Política, Incivilidade e Intolerância em Ambientes Digitais*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Belo Horizonte, 2017.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; BARROS, Chilani Torquato Gonçalves de. Internet como esfera pública? Análise de usos e repercussões reais das discussões virtuais. *Estudos em Comunicação/Communication Studies*, n. 9, p. 161-183, 2011.

SAMPAIO, Rafael; LYCARIÃO, Diógenes. Eu quero acreditar! Da importância, formas de uso e limites dos testes de confiabilidade na Análise de Conteúdo. *Revista de Sociologia e Política*, v. 26, p. 31-47, 2018.

SCHWARCZ, Lilia. Raça sempre deu o que falar. In: *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global Editora, 2007.

SCOLARI, Carlos A. Media ecology: Exploring the metaphor to expand the theory. *Communication theory*, v. 22, n. 2, p. 204-225, 2012.

SILVA, Tainan Maria Guimarães Silva e. O colorismo e suas bases históricas discriminatórias. *Direito UNIFACS – Debate Virtual*, n. 201, 2017.

SILVA, Tarcízio (org.). *Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: Olhares Afrodiaspóricos*. São Paulo: LiteraRua, 2020.

SILVEIRA, Bruna. *O mal-estar da regulação discursiva: o brasileiro e a aversão ao politicamente correto no período eleitoral de 2018*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Belo Horizonte, 2020.

SOUZA, Dayana. Que voz é essa? identidade e narrativa da mulher negra no Youtube. In: SILVA, Tarcízio; BUCKSTEGGE, Jaqueline; ROGEDO, Pedro (Orgs.). *Estudando Cultura e Comunicação com Mídias Sociais*. Brasília: Editora IBPAD, p. 97-111, 2018.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Olívia Luiza Pilar. *REPRESENTATIVIDADE IMPORTA?* Representação, imagens de controle e uma proposta de representatividade a partir das personagens mulheres negras em *Malhação: Viva a diferença*. 164f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Belo Horizonte, 2021.

STROPPIA, Tatiana; ROTHENBURG, Walter Claudius. Liberdade de expressão e discurso do ódio: o conflito discursivo nas redes sociais. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*, v. 10, n. 2, p. 450-468, 2015.

TRERÉ, Emiliano; MATTONI, Alice. Media ecologies and protest movements: main perspectives and key lessons. *Information, Communication & Society*, v. 19, n. 3, p. 290-306, 2016.

TRINDADE, Luiz Valério de Paula. Mídias sociais e a naturalização de discursos racistas no BRASIL. In: SILVA, Tarcízio (org.). *Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: Olhares Afrodiaspóricos*. São Paulo: LiteraRua, 2020, p. 103-119.

VIANA, Géssica de Castro Silva; CARRERA, Fernanda Ariane Silva. A (in) visibilidade da mulher negra youtuber. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, v. 13, n. 4, 2019, p. 707-724.

VIMIEIRO, Ana Carolina; BARGAS, Janine de Kássia Rocha. O uso de dados e métodos digitais nas pesquisas em comunicação. *Revista Famecos*, v. 26, n. 2, p. 1-24, 2019.

VIMIEIRO, Ana Carolina; MAIA, Rousiley Celi Moreira. Enquadramentos da mídia e o processo de aprendizado social: transformações na cultura pública sobre o tema da deficiência de 1960 a 2008. *E-Compós*, Brasília, v. 14, n. 1, 2011, p. 01-22.

XXXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM, 39, 2016, São Paulo. FARIA, Maurício; PEREZ, Clotilde. A influência da circulação midiática nas narrativas publicitárias. São Paulo: Intercom, 2016. Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-0766-1.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2022.

YOUNG, Iris Marion. *Inclusion and Democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

Vídeos

XONGANI, Ana Paula. Peppa NÃO! – Resenha. Youtube, 14 de abr. de 2016. Publicado pelo canal Ana Paula Xongani (6 min. e 23 seg.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ONMqIROJ9pl&ab_channel=AnaPaulaXongani>. Acesso em: 07 set. 2019.

XONGANI, Ana Paula. Peppa Não, Lelê SIIM!!! – Resenha. Youtube, 19 de mai. de 2016. Publicado pelo canal Ana Paula Xongani (7 min. e 55 seg.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iH2GcP7yN_w>. Acesso em: 26 out. 2020.

XONGANI, Ana Paula. Definitivamente Peppa Não! Youtube, 10 de nov. de 2017. Publicado pelo canal Ana Paula Xongani (7 min. e 48 seg.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cDU3_7Am63o&ab_channel=AnaPaulaXongani>. Acesso em: 26 out. 2020.

ANEXOS

Anexo 1 – Resultado do teste de confiabilidade – Facebook

Variável	Cohen's Kappa	Coefficiente Krippendorff	Acordo	Desacordo	Concordância (%)
1	1	1	112	0	100
2	1	1	112	0	100
3	1	1	112	0	100
4	1	1	112	0	100
5	1	1	112	0	100
6	1	1	112	0	100
7	0,931	0,931	110	2	98,2
8	0,931	0,931	110	2	98,2
9	1	1	112	0	100
10	1	1	112	0	100
11	1	1	112	0	100
12	1	1	112	0	100
13	1	1	112	0	100
14	0,904	0,905	111	1	99,1
15	1	1	112	0	100
16	0,904	0,905	111	1	99,1
17	0,786	0,787	109	3	97,3
18	0,786	0,787	109	3	97,3
19	0,866	0,866	110	2	98,2
20	0,866	0,866	110	2	98,2
21	1	1	112	0	100
22	1	1	112	0	100
23	0,952	0,952	111	1	99,1
24	0,952	0,952	111	1	99,1
25	0,784	0,785	100	12	89,3
26	0,883	0,884	106	6	94,6
27	0,824	0,825	106	6	94,6
28	0,723	0,724	105	7	93,8
29	0,723	0,724	105	7	93,8
30	0,676	0,675	104	8	92,9
31	0,674	0,676	98	14	87,5
32	0,694	0,693	98	14	92,9
33	1	1	112	0	100
34	0,714	0,714	107	5	95,5
35	0,684	0,683	107	5	95,5
36	0,853	0,853	111	1	99,1
37	0,853	0,853	111	1	99,1
38	1	1	112	0	100
39	0,648	0,65	108	4	96,4
40	1	1	112	0	100
41	1	1	112	0	100
42	0,796	0,796	111	1	99,1
43	0,845	0,845	107	5	95,5
44	1	1	112	0	100
45	1	1	112	0	100
46	0,909	0,909	108	4	96,4
47	0,971	0,971	111	1	99,1
48	1	1	112	0	100
49	0,806	0,806	105	7	93,8
50	0,719	0,718	102	10	91,1

51	1	1	112	0	100
52	0,879	0,880	110	2	98,2
53	0,663	0,664	111	1	99,1
54	0,791	0,972	110	2	98,2
55	0,806	0,806	105	7	93,8
56	0,910	0,911	107	5	95,5
57	0,743	0,742	103	9	92
58	1	1	112	0	100
59	1	1	112	0	100

Fonte: Elaborado pela autora.

Anexo 2 – Resultado do teste de confiabilidade – Youtube

Variável	Coefficiente Alfa	Coefficiente Krippendorf	Acordo	Desacordo	Concordância (%)
1	1	1	83	0	100
2	1	1	83	0	100
3	1	1	83	0	100
4	1	1	83	0	100
5	1	1	83	0	100
6	1	1	83	0	100
7	0,895	0,896	81	2	97,6
8	0,895	0,896	81	2	97,6
9	1	1	83	0	100
10	1	1	83	0	100
11	1	1	83	0	100
12	1	1	83	0	100
13	1	1	83	0	100
14	1	1	83	0	100
15	1	1	83	0	100
16	1	1	83	0	100
17	1	1	83	0	100
18	1	1	83	0	100
19	1	1	83	0	100
20	1	1	83	0	100
21	1	1	83	0	100
22	1	1	83	0	100
23	1	1	83	0	100
24	1	1	83	0	100
25	0,976	0,976	82	1	98,8
26	1	1	83	0	100
27	0,927	0,927	82	1	98,8
28	0,726	0,724	76	7	91,6
29	0,726	0,724	76	7	91,6
30	0,927	0,927	82	1	98,8
31	0,968	0,968	82	1	98,8
32	1	1	83	0	100
33	1	1	83	0	100
34	1	1	83	0	100
35	1	1	83	0	100
36	0,661	0,663	82	1	98,8
37	0,661	0,663	82	1	98,8
38	0,820	0,821	81	2	97,6
39	1	1	83	0	100
40	0,780	0,781	80	3	96,4
41	1	1	83	0	100
42	0,654	0,656	81	2	97,6
43	0,909	0,909	80	3	96,4
44	1	1	83	0	100
45	1	1	83	0	100
46	0,936	0,937	81	2	97,6
47	1	1	83	0	100
48	0,926	0,926	81	2	97,6
49	0,914	0,915	81	2	97,6
50	0,903	0,903	81	2	97,6
51	1	1	83	0	100
52	1	1	83	0	100
53	1	1	83	0	100
54	0,788	0,788	81	2	97,6
55	0,914	0,915	81	2	97,6

56	0,952	0,952	81	2	97,6
57	0,903	0,903	81	2	97,6
58	1	1	83	0	100
59	1	1	83	0	100

Fonte: Elaborado pela autora.

Anexo 3 – Resultado do teste de confiabilidade – Sites de notícias e blogs

Variável	Coefficiente Alfa	Coefficiente Krippendorf	Acordo	Desacordo	%
1	1	1	32	0	100
2	1	1	32	0	100
3	1	1	32	0	100
4	1	1	32	0	100
5	1	1	32	0	100
6	1	1	32	0	100
7	0,784	0,786	31	1	96,9
8	0,784	0,786	31	1	96,9
9	1	1	32	0	100
10	1	1	32	0	100
11	1	1	32	0	100
12	1	1	32	0	100
13	1	1	32	0	100
14	1	1	32	0	100
15	1	1	32	0	100
16	1	1	32	0	100
17	1	1	32	0	100
18	1	1	32	0	100
19	1	1	32	0	100
20	1	1	32	0	100
21	1	1	32	0	100
22	1	1	32	0	100
23	0,937	0,938	31	1	96,9
24	0,937	0,938	31	1	96,9
25	0,618	0,617	26	6	81,3
26	0,625	0,625	26	6	81,3
27	1	1	32	0	100
28	0,890	0,892	31	1	96,9
29	0,890	0,892	31	1	96,9
30	0,937	0,938	31	1	96,9
31	0,938	0,938	31	1	96,9
32	1	1	32	0	100
33	1	1	32	0	100
34	1	1	32	0	100
35	1	1	32	0	100
36	1	1	32	0	100
37	1	1	32	0	100
38	0,904	0,905	31	1	96,9
39	1	1	32	0	100
40	0,871	0,873	31	1	96,9
41	1	1	32	0	100
42	1	1	32	0	100
43	0,870	0,872	30	2	93,8
44	0,871	0,873	31	1	96,9
45	0,871	0,873	31	1	96,9
46	1	1	32	0	100
47	0,871	0,873	31	1	96,9
48	1	1	32	0	100
49	1	1	32	0	100
50	0,929	0,930	31	1	96,9
51	1	1	32	0	100
52	1	1	32	0	100
53	1	1	32	0	100
54	1	1	32	0	100
55	1	1	32	0	100

56	0,711	0,715	29	3	90,6
57	0,776	0,779	29	3	90,6
58	1	1	32	0	100
59	1	1	32	0	100

Fonte: Elaborado pela autora

Anexo 4 – Livro de códigos

Gerais: plataforma, identificação e pertinência

1. Plataforma de origem do comentário

- 1.1 Youtube;
- 1.2 Facebook;
- 1.3 Sites de notícia e blogs.

Explicação: o *corpus* dessa análise foi coletado de três diferentes plataformas digitais. Assim, neste código há apenas 3 opções, mutuamente excludentes, que podem ser marcadas.

2. Comentário anônimo ou identificado

- 2.1 Não é possível inferir.
- 2.2 Nome ou apelido.
- 2.3 Pseudônimo ou nome falso.

Explicação: quando for possível definir, por meio do nome disponível, se a pessoa faz uso de um nome/apelido ou pseudônimo/nome falso.

Exemplo: “Carlos” seria considerado nome; enquanto “Brasileiro Comum”, pseudônimo. O uso de nomes comerciais, como de possíveis lojas, deve ser codificado como pseudônimo, como “Aqurismo”. Quando não for possível identificar, codificar como “Não é possível inferir”, ex.: “tt0121”.

3. Pertinência

- 3.1 Sim;
- 3.2 Não.

Explicação: definir por meio do código se o conteúdo do comentário diz respeito às discussões sobre o livro, a crítica, a retirada de circulação do livro e os assuntos que tangenciam o tema ou se o comentário versa sobre assuntos aleatórios, desconexos ou fora do contexto, como links.

Exemplo: “Vou bem e você”; “Racismo ataxia deade a escola para cresceres de cara para baixo”.

Legitimidade da fala

4. Autodeclaração racial do participante no comentário

- 4.1 Negro(a) e/ou preto(a) e/ou pardo(a);
- 4.2 Branco(a);
- 4.3 Indígena;
- 4.4 Amarelo(a);
- 4.5 Não há.

Explicação: verificar, quando for possível, se há autodeclaração no comentário de forma direta ou indireta. Atualmente, o Censo IBGE considera negros(as) as pessoas autodeclaradas pretas ou pardas.

Exemplo: “Sou negra, cacheada assumida”; “Sou branca”.

5. Explícita experiência autorreferencial com cabelos

- 5.1 Pessoa com cabelo crespo, cacheado ou termos que remetam ao cabelo afro;

5.2 Pessoa com cabelo liso;

5.3 Não explicita no comentário ou não é possível identificar;

Explicação: como a temática do vídeo no Youtube aborda o cabelo crespo de pessoas negras, considerar quando há menção explícita do tipo de cabelo e experiência autorreferencial do participante.

Exemplo: “Tenho cabelo liso”; “a gente já vive uma realidade que as pessoas acham nosso cabelo feio e duro” (grifo nosso); “Eu tenho cabelo crespo bem grande e já fui muito zuada”.

6. Aciona expertise profissional ou acadêmica (conhecimentos práticos e/ou teóricos sobre o tema)

6.1 Sim;

6.2 Não.

Explicação: verificar se há autodeclaração de educação formal, prática profissional ou ensino superior relacionado ao universo da literatura infantil ou interpretação (Letras, Pedagogia, etc.).

Exemplos: “Esse livro foi trabalhado na escola que eu trabalho”; “Qual a sua formação, para dar essa conclusão.”

7. Experiência individual na vida pessoal (1ª pessoa do singular)

7.1 Sim;

7.2 Não.

Explicação: identificar, quando possível, se o teor do comentário contém auto relatos da pessoa que comenta referente ao cabelo e às experiências raciais ou de preconceito.

Exemplo: “Estou me sentindo tão mal em ouvir coisas horríveis num livro infantil sobre meu cabelo crespo!”; “É tão chocante perceber como [...] implantam coisas na nossa cabeça para fazer com que nos sintamos feios e inferiores”.

8. Experiência individual na vida pessoal (3ª pessoa/singular e plural)

8.1 Sim;

8.2 Não.

Explicação: identificar se o teor do comentário contém relatos de vida de terceiras pessoas: filhas, irmãs, mães, pais, vizinhos, colegas de sala, etc., sobre experiências com o cabelo, questões raciais ou de preconceito sofridas por essa terceira pessoa. Não são opiniões sobre a terceira pessoa, mas o relato da experiência dela. Não sendo considerados casos hipotéticos.

Exemplo: “Minha filha é morena e com o cabelo crespo e sempre amou seu cabelo. Achei a história super divertida”.

9. Proferimento que menciona o racismo

9.1 Sim;

9.2 Não.

Explicação: identificar quais comentários acionam o racismo e termos afins à opressão racial ou ao preconceito. Seja por meio de justificativas que levam em conta a história do país (escavidão, luta, opressão), seja apenas pelo uso do termo “racismo” e suas variações.

Exemplo: “[...] disseminando e dando continuidade ao racismo”. “Absurdo fazer isso com as crianças é aí que começa o preconceito isso é ensinar a criança a ser racista e o negro ser menosprezado”; “A luta continua”.

Modos comunicativos

10. Posicionamentos justificados e não justificados

10.1 Sim, apresenta posicionamentos não justificados (julgamentos pessoais);

10.2 Sim, apresenta posicionamento justificado (com definições, exemplos, soluções, etc.);

10.3 Não apresenta posicionamentos.

Explicação: em Rossini (2017), os argumentos e opiniões podem ser justificadas ou não justificadas.

A justificativa é comum ter definições, exemplos, soluções, dentre outros. Enquanto a falta de justificativa está presente nos casos em que há apenas o julgamento individual sobre algum tópico de conversa. Esse código avalia em que medida os participantes justificam suas visões.

Exemplos:

– Posicionamento não justificado: “Bobagem”; perguntas retóricas;

– Posicionamento justificado: “[...] As crianças precisam urgentemente serem apresentadas a visões de mundo inclusivas e respeitadas desde pequenas, para evitar que tenhamos tantos adultos insensíveis e racistas”.

11. Uso das narrativas pessoais para validar pontos de vista

11.1 Sim;

11.2 Não.

Explicação: identificar se no teor do comentário há relatos de experiências ou percepções pessoais para demonstrar pontos de vista, conforme um dos modos comunicativos elencados por Iris Young (2002). Serão considerados conteúdos sobre questões relacionadas ao cabelo crespo e às relações raciais.

Exemplo: “Tenho um exemplo dentro da minha casa, uma de minhas filhas tem o cabelo crespo e a identifiquei com a Peppa. Fiquei muito triste com a decisão da autora em retirar o livro de circulação”; e, “Eu conheço pessoas brancas de cabelo pixaim, bombril e conheço pessoas negras de cabelo liso. [...] Cabelo pixaim é horrível e ninguém pediu pra ter”.

12. Há uso de ironia e/ou sarcasmo

12.1 Sim;

12.2 Não;

12.3 Não é possível inferir.

Explicação: identificar, quando possível, se o teor do comentário lança mão do uso de ironia ou sarcasmo. Por ironia e sarcasmo entende-se, respectivamente, um artifício retórico na qual a pessoa diz o contrário do que quer dar a entender e zombaria ou escárnio de alguma pessoa ou tópico de conversa. Pela percepção subjetiva e interpretativa desses dois recursos de linguagem (ironia e sarcasmo), incluímos a opção “Não é possível inferir”. Se o comentário é ambíguo (17.5 e 18.7), codificar como “12.3 Não é possível inferir”. Ex: “socorro”; “Fiquem com estes super poderes para ti e as mulheres de sua família”; “Tudo se resume a processo”. Expressões de indignação ou de tristeza

serão consideradas de maneira literal. Exemplos: “bobagem”; “que horror”; “uma vergonha”; “absurdo”. Quando houver, codificar como “12.2 Não”.

Exemplos: “Daqui a pouco vão censurar a banana, o macaco do automóvel etc.”; “Aproveita e tira também a história de Sansão... o problema é que vivemos em um país de ‘COITADINHOS”.

13. Há uso de piada ou de humor

13.1 Sim;

13.2 Não;

13.3 Não é possível inferir.

Explicação: identificar, quando possível, se o teor do comentário lança mão do uso de piadas ou de humor com a finalidade cômica, de fazer rir. Pela percepção subjetiva e interpretativa desses dois recursos de linguagem (piada e humor), incluímos a opção “Não é possível inferir”.

Expressões de indignação, interjeições serão consideradas de maneira lexical, sem uso de humor.

Ex. “absurdo!”, “que horror!”, “que vergonha”; “bobagem”. Quando houver, considerar termo literal e codificar como “13.2 Não”.

14. Linguagem inapropriada ou vulgar

14.1 Sim;

14.2 Não.

Explicação: identificar se o teor do comentário do participante contém linguagem vulgar, chula e sem polidez. Os proferimento com termos de baixo calão e ofensivos devem ser marcados.

Exemplos: “Bunda mole”, “mala”; “idiota”; “isso já encheu o saco”; “trouxa”; “merd*”, “f*****”, “c*”; etc.

15. Ataques a outros participantes

15.1 Sim, há ataques, mas não é possível identificar a quem são direcionados;

15.2 Sim, há ataque a outros participantes do fórum;

15.3 Sim, há ataque à *youtuber* Ana Paula Xongani;

15.4 Sim, há ataque à escritora Silvana Rando;

15.5 Sim, há ataque aos responsáveis pela circulação do livro (editora, escola, etc.);

15.6 Nenhuma das alternativas anteriores.

Explicação: identificar, quando possível, se o teor do comentário contém ofensas aos demais participantes, tanto de forma direta (ao se dirigir e responder outro comentário ou os participantes da conversa), tanto de forma indireta (ao generalizar os usuários que deixaram seus comentários). Se o ataque for direcionado a mais de uma das opções, codificar como “15.1”.

16. Ataques a grupos étnicos e raciais

16.1 Sim;

16.2 Não.

Explicação: identificar se o teor do comentário faz ataques a grupos étnicos e/ou raciais. Esse código será considerado quando houver ataques diretos a grupos raciais (negros, brancos, etc.). São comentários que ofendem essas coletividades.

Exemplo: “O problema é que muitas raças se auto diminuem [...] temos que parar de aceitar que algumas raças são ‘COITADINHOS’”; “Isso já está chato hein! Cadê o orgulho da raça? Parece que se ofendem com tudo!!!”. “sou racistaaaa...”

17. Posicionamento que reconhece a luta

17.1 Sim, reconhece que pode ou pode haver dano ou prejuízos morais;

17.2 Sim, reconhece que houve ou pode haver danos, identifica-os e os nomeia (se menciona preconceito, raça, racismo, cor, impacto na autoestima, etc.);

17.3 Não reconhece que há dano ou prejuízo moral;

17.4 O posicionamento não está explícito (quando o comentário é impertinente, não é possível inferir, não tem sentido, não tem caracteres suficiente, etc.);

17.5 Posicionamento neutro ou ambíguo.

Explicação: identificar, quando possível, qual o posicionamento do participante quanto ao reconhecimento da demanda. Nesta pesquisa, consideramos que a demanda feita é pelo reconhecimento das pessoas negras de suas estéticas próprias e seus traços físicos como dignos de valor, nesse caso o cabelo crespo.

Exemplos:

17.1 – “Sinto muito por todas as crianças [...] que leram e lerão esse livro”;

17.2 – “Gente é óbvio que é racista e ainda tem gente falando de censura”;

17.3 – “a meu ver não se configura racismo, ao contrário de seus comentários”;

17.4 – “kkkkkkk”; comentários fora do tópico e comentários não explícitos “também acho”; “concordo”;

17.5 – Considerar como posicionamento ambíguo ou neutro quando não for possível identificar, por meio do comentário, se o participante reconhece ou nega a demanda.

18. Nega que houve ou que pode haver dano

18.1 Nega que houve ou que pode haver dano, porque defende que a crítica ou retirada do livro é autoritária ou se configura como censura;

18.2 Nega que houve ou pode haver dano porque defende que é uma questão de interpretação;

18.3 Nega que houve ou pode haver dano porque julga a militância seletiva ou inapropriada;

18.4 Nega que houve ou que pode haver dano porque, descredibiliza ou menospreza com o uso de expressões como “tudo hoje é racismo”, “mimimi”, “o mundo ficou chato” e opiniões afins.

18.5 O posicionamento não está explícito (quando o comentário é impertinente, não é possível inferir, não tem sentido, não tem caracteres suficiente, etc.);

18.6 Não nega que houve ou que pode haver dano (quando codificar comentário como 17.1 ou 17.2);

18.7 Posicionamento neutro ou ambíguo.

Explicação: identificar, quando possível, qual o posicionamento do participante quanto à negação da luta e a partir de qual grupo de justificativas.

Exemplos:

18.1 – “NÃO À CENSURA”;

18.2 – “não adianta muito mostrar quando a pessoa não quer ver... O livro mostra que somos mais felizes quando somos nós mesmo..., Mas hoje em dia o importante é chamar atenção a aparecer”; “Desculpe, mas não foi essa a interpretação que dei ao livro, muito pelo contrário”;

18.3 – “Às vezes acho que estamos caçando pelo em ovo com essa história de "politicamente correto”;

18.4 – “Isso já está chato hein! Cadê o orgulho da raça? Parece que se ofendem com tudo!!!”; “[...] Essa coisa de MI-MI-MI ainda vai terminar ruim”;

18.5 – “kkkkkkk”; comentários fora do tópico, como em: “a frase (...) ficou ambíguo”;

18.6 – “Gente é óbvio que é racista” (quando são marcados os códigos 17.1 ou 17.2);

18.7 – Considerar como posicionamento ambíguo ou neutro quando não for possível identificar, por meio do comentário, se o participante reconhece ou nega a demanda.

19. Presença de racismo e suas tipificações

19.1 Sim;

19.2 Não.

Explicação: De acordo com a lei 7.716/1989, conhecida como Lei do Racismo, as seguintes práticas são crimes de racismo: preconceito de origem étnica; praticar, induzir ou incitar a discriminação de raça e cor de uma coletividade, toda a raça, sem especificação de apenas uma pessoa ofendida. Já o terceiro parágrafo do artigo 140 do Código Penal inclui a injúria racial como forma qualificada de injúria, com pena maior, com a ofensa à dignidade de alguém, em específico, com base em elementos referentes à raça, cor, etc. A partir das tipificações legais elencadas, marcar quando houver a presença de algum cometimento dessas práticas nos comentários: discriminação de raça de uma coletividade e ofensa personalizada à dignidade com base na raça e cor.

Anexo 5 – Esquema descritivo do corpus

ORIGEM E DATA	TEMAS
<p>Youtube: Peppa NÃO! – Resenha 14/04/2016</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Vídeo que inicia o debate, com a leitura crítica da obra completa; • Argumenta que há estereótipos racistas no livro já que o cabelo ruim da protagonista remete ao cabelo crespo, em contraposição aos cabelos lisos, loiros e sedosos ilustrados; • Argumenta que ela e a filha são alvos de racismo. Ela como mulher, negra, mãe de uma criança negra que tem evitado representações que depreciam o cabelo crespo; e a filha, como criança crespa em desenvolvimento; • Ao fim, convida as pessoas que se sentiram incomodadas pela história a visitarem a escola dos filhos(as) e perguntarem se esse livro é usado por lá; • Argumenta, no fim, que é preciso sair em defesa da valorização e autoestima das características físicas e naturais de crianças negras.
<p>Youtube: Peppa Não, Lelê SIM! 19/05/2016</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Vídeo continua o debate, a youtuber agradece as pessoas que comentaram e lê alguns comentários na tela; • Apresenta o livro infantil <i>O cabelo de Lelê</i> e faz sua leitura completa. • Apresenta essa segunda obra infantil como um contraponto à história de Peppa; argumenta que é um livro melhor por valorizar do cabelo crespo da personagem e as possibilidades desse cabelo;
<p>Youtube: Definitivamente Peppa Não! 10/11/2017</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Vídeo repercute a retirada do livro de circulação; • O primeiro assunto é a resposta da <i>youtuber</i> a uma publicação da autora Silvana, posteriormente excluída; • Xongani aponta que a maioria dos comentários em defesa da autora a desqualificam e atacam; • Por fim, Xongani afirma que o processo de retirada do livro não foi uma vitória, mas que impediu derrotas.
<p>Facebook: Post Carlos Machado 31/10/2017</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Compartilha o vídeo de Ana Paula Xongani no Facebook; • Acima do vídeo está escrito: “Este livro <i>Peppa</i> da Silvana Rando (2009, Editora Brinque-Book) foi distribuído em todas as creches da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Foi premiado e é um desserviço às crianças negras! Veja o conteúdo da publicação. Se gostou do vídeo se inscreva no canal www.youtube.com/anapaulaxongani”.
<p>Site do G1: Acusação de racismo faz autora tirar livro 'Peppa' de circulação 22/11/2017</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O texto retoma o vídeo e as críticas de Ana Paula Xongani e apresenta a decisão da suspensão do livro como ação da autora, com entrevista de Silvana Rando; • Uma das informações de destaque no <i>lead</i> é o Prêmio Jabuti em 2011 da autora na categoria ilustração de obra infantil; • A matéria afirma que o meio literário se manifestou “em defesa da autora e contra a censura”.
<p>Site do G1: 'Não é mimimi e não foi censura', diz autora que tirou livro Peppa de circulação após acusação de racismo 23/11/2017</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A autora Silvana Rando foi entrevistada; • A matéria conta com o número de exemplares vendidos da obra infantil; • Autora afirmou que a decisão de retirar o livro foi apenas dela.
<p>Blog da Folha de S. Paulo: Livros infantis são retirados de escolas e livrarias por pressão de grupos que os acham impróprios 23/11/2017</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Lista o caso do livro <i>Peppa</i> e casos de livros que geraram polêmicas; • Com entrevista de Silvana Rando, da ativista Ana Paula Xongani, o escritor José Mauro Brant e especialista em Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura; • Traça relação de semelhança das polêmicas com o encerramento da mostra Queermuseu sob acusações de pedofilia.

<p>Site da Nova Escola: A polêmica do livro Peppa e as discussões sobre racismo na escola 17/11/2017</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Como fontes da matéria estão o vídeo de Ana Paula Xongani, o post no Facebook da autora Silvana Rando (posteriormente excluído) e a entrevista com a doutora em Educação Waldete Tristão. • Entrevistada argumenta que mesmo “sem intenção” é possível “reforçar preconceitos e estereótipos raciais”. Enumera alternativas para a não adoção de livros que ofendam grupos para uso no ambiente escolar.
<p>Site da UOL: Não é só Peppa: Sexo, incesto e piadas renderam polêmicas em outros livros 24/11/2017</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Elenca títulos da literatura infanto-juvenil que geraram polêmica recentemente; • Destaca a época polarizada e com “debates acalorados no mundo das artes”.
<p>Site da Revista Emília: Peppa e o debate público: relações raciais nas páginas de livros infantis 12/12/2017</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Coluna escrita pela antropóloga e coautora de uma obra juvenil. Discute a relação do cabelo crespo, politicamente correto e relações raciais na infância; e como a obra pode submeter a “criança leitora negra a uma camada de preconceitos sobre a própria imagem”.

Anexo 6 – Quadro de dados

*Coluna referente ao código **Não é possível identificar (NEPI)

*	Facebook (924)	Youtube (697)	Notícias e blogs (269)
1	100% do Facebook	100% do Youtube	100% de <i>sites</i> notícias e blogs
2	99,46% identificável 0,21% não identificável 0,32% NEPI**	82,93% identificável 17,07% não identificável	83,64% identificável 16,36% não identificável
3	100% de pertinentes	100% de pertinentes	100% de pertinentes
4	96,65% não se identificaram racialmente 2,38% negras 0,9% brancas	95,41% não se identificaram racialmente 3% negras 1,58% brancas	98,51% não se identificaram racialmente 0,7% negras 0,7% brancas
5	95,35% não identificou seu cabelo 4,33% com cabelo afro 0,3% cabelo liso	93,69% não identificou seu cabelo 5,74% com cabelo afro 0,57% cabelo liso	98,88% não identificou seu cabelo 1,12% com cabelo afro
6	4,55% acionaram expertise profissional	3,44% acionaram expertise profissional	1,12% acionaram expertise profissional
7	5,84% acionaram experiência individual	6,6% acionaram experiência individual	1,12% acionaram experiência individual
8	0,32% acionaram experiência de terceiros	5,45% acionaram experiência de terceiros	0,37% acionaram experiência de terceiros
9	30,09% mencionam racismo, discriminação e termos afins	30,85% mencionam racismo, discriminação e termos afins	26,39% mencionam racismo, discriminação e termos afins
10	56,71% não justificados 38,85% justificados 4,44% não há	63,41% não justificados 36,44% justificados 0,14% não há	57,62% não justificados 40,15% justificados 2,23% não há
11	11,36% há narrativas pessoais	14,20% há narrativas pessoais	6,32% há narrativas pessoais
12	92,97% não há ironia 5,09% há ironia 1,95% NEPI**	70,30% não há ironia 18,22% há ironia 11,48% NEPI**	82,16% não há ironia 17,10% há ironia 0,75% NEPI**
13	98,48% não há humor 0,97% há humor 0,5% NEPI**	87,09% não há humor 1,58% há humor 11,33% NEPI**	95,17% não há humor 4,46% há humor 0,37% NEPI**
14	4,11% de linguagem chula	6,74% de linguagem chula	13,75% de linguagem chula
15	80,8% dos proferimentos sem ataques 1. maioria dos ataques a outros participantes	64,28% dos proferimentos sem ataques. 1. maioria dos ataques à autora/livro (13,34%)	46,84% dos proferimentos sem ataques. 1. maioria dos ataques sem direcionamento explícito

	(8,33%) 2. seguida de ataques sem direcionamento explícito (5,74%) 3. à autora (2,38%) 4. aos responsáveis pela circulação do livro (1,62%) 5. a youtuber (1,08%)	2. seguido de ataques à youtuber (8,75%) 3. a outros participantes (5,74%) 4. sem direcionamento explícito (5,45%) 5. aos responsáveis pela circulação do livro (2,44%)	(34,94%) 2. seguida de ataques à youtuber (11,15%) 3. ataques a outros participantes (4,83%) 4. à autora (2,23%) 5. aos responsáveis pela circulação do livro (0%)
16	1,19% de ataque a grupos	2,73% de ataque a grupos	6,32% de ataque a grupos
17	46,10% comentários reconhecem a luta 1. 23,05% reconhece o dano 2. 23,05% o nomeia 3. 19,81% não reconhece 4. 13,85% não explícito 5. 20,24% ambíguo ou neutro	59,25% comentários reconhecem a luta 1. 37,45% reconhece o dano 2. 21,81% o nomeia 3. 26,54% não reconhece 4. 3,44% não explícito 5. 10,76% ambíguo ou neutro	13,75% comentários reconhecem a luta 1. 4,46% reconhece o dano 2. 9,29% o nomeia 3. 66,54% não reconhece 4. 7,43% não explícito 5. 12,27% ambíguo ou neutro
18	19,81% não reconhece a luta 1. 0,1% apontam censura 2. 15,58% apontam interpretação individual 3. 0,97% militância exagerada ou equivocada 4. 3,14% mimimi 5. 13,85% não explícito e 20,24% ambíguo ou neutro	26,54% não reconhece a luta 1. 2,30% apontam censura 2. 13,20% apontam interpretação individual 3. 0,7% militância exagerada ou equivocada 4. 10,33% mimimi 5. 59,25% reconhece 6. 3,44% não explícito e 10,76% ambíguo ou neutro	66,54% não reconhece a luta 1. 8,55% apontam censura 2. 14,13% apontam interpretação individual 3. 6,69% militância exagerada ou equivocada 4. 37,17% mimimi 5. 13,75% reconhece 6. 7,43% não explícito e 12,27% ambíguo ou neutro
19	Não há	2,30% proferimentos tipificados como crime	2,97% proferimentos tipificados como crime